

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS BAIXADA SANTISTA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
POLÍTICAS SOCIAIS**

VALÉRIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA

**A VIOLÊNCIA DE ESTADO E AS MULHERES/MÃES:
SOFRIMENTO E REPARAÇÃO PELA PERDA DE
FAMILIARES DURANTE E APÓS OS CRIMES DE MAIO DE
2006 NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA
SANTISTA (RMBS)**

**SANTOS
2021**

VALÉRIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA

A VIOLÊNCIA DE ESTADO E AS MULHERES/MÃES:
SOFRIMENTO E REPARAÇÃO PELA PERDA DE FAMILIARES
DURANTE E APÓS OS CRIMES DE MAIO DE 2006 NA REGIÃO
METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (RMBS).

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – campus Baixada Santista, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção.

SANTOS
2021

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586v Silva, Valéria Aparecida de Oliveira.
A violência de Estado e as mulheres/mães:
sofrimento e reparação pela perda de familiares
durante e após os Crimes de Maio de 2006 na Região
Metropolitana da Baixada Santista (RMBS/SP) . /
Valéria Aparecida de Oliveira Silva; Orientadora
Raiane Patrícia Severino Assumpção. -- Santos, 2021.
104 p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço
Social e Políticas Sociais) -- Instituto Saúde e
Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

1. Mulheres/Mães. 2. Violência de Estado. 3. Mães
de Maio. 4. Sofrimento ético-político. 5.
Resistência. I. Assumpção, Raiane Patrícia Severino ,
Orient. II. Título.

CDD 361.3

Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais - PPGSSPS

Dissertação de Mestrado intitulada A violência de Estado e as mulheres/mães: sofrimento e reparação pela perda de familiares durante e após os Crimes de Maio de 2006 na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS/SP) de autoria da mestranda Valéria Aparecida de Oliveira Silva, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista, aprovada pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras.

Orientadora: Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção

BANCA EXAMINADORA

Titulares:

Profa. Dra. Sylvia Helena Batista - UNIFESP

Profa. Dra. Renata Gonçalves - UNIFESP

Profa. Dra. Enedina do Amparo Alves – PUC/SP

Suplente:

Profa. Dra. Ana Maria Dietrich – UFABC

*Dedico este trabalho a todas as mulheres.
Mulheres forjadas no amor,
no carinho e paciência com o outro.
Mulheres que, desde sempre, são sinônimos de luta e resistência.
A elas, minha eterna gratidão pelo aprendizado e pelas trocas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Débora Maria da Silva, a Verinha (in memorian), a Rute, a July, a Lu, a Nena, a Maga, a Dri, a Mila e a todas as mulheres/mães que perderam suas filhas e filhos para a violência praticada pelo Estado. Vocês são exemplos de coragem na luta por justiça. Sou grata por partilharem suas histórias comigo e materializarem a esperança de dias melhores.

Agradeço pelo carinho e apoio recebido das minhas filhas Daniela Ribeirinho e Daiane Caseli, do meu filho Diego Ribeirinho, meu genro Diego Caseli, minha nora Ana Cortez e minha sobrinha Taynara. Amo vocês!

Agradeço a minha querida e amorosa Raiane, mãe do Raul (o futuro), mestra, educadora, orientadora, amiga e parceira, minha sincera admiração por sua generosidade, pelo carinho e paciência. Tenho orgulho de ter conhecido e convivido com você nos últimos anos e mais ainda, por saber que nossas trocas trouxeram mais leveza às vivências na universidade que permanecerão em minha memória, sempre.

Agradeço a minha adorada Nina, parceira de vida, da educação popular, de luta, de conflitos, de aprendizados, de trabalho, de construção e reconstrução. Partilhamos e compartilhamos risos, alegrias, lágrimas, sonhos e dificuldades. Meu amor por você, vem de outras existências. Estava escrito nas estrelas e encontra-se gravado em meu coração, eternamente.

Agradeço as mulheres/mães que aceitaram meu convite para a banca, Sylvia, Dina e Renata. Agradeço ao corpo docente do PPGSSPS, especialmente a atual coordenadora, Liduína.

Agradeço a minha mãe Terezinha por todo o incentivo.

Por fim, agradeço a Mamãe Oxum – a dona do meu ori – Orixá do amor e da beleza, rainha das águas doces, dona das cachoeiras.

Mãe amorosa, mãe guerreira, que me guia, me orienta e me protege!

Ora ayê, ayê Mamãe Oxum!

Hoje, eu torço para que minhas pesquisas sejam sempre panfletárias mesmo. Que possam ser acessíveis como são os panfletos distribuídos nas áreas de trânsito popular. Que possam ser facilmente compreendidas. Que estejam sempre ali, ao alcance de uma mão quando se precisa. Que elas ofereçam o que as pessoas precisam. Que anunciem e *vocalizem* o que constantemente é silenciado.

(SILVA, Brenda Barbosa da. 2020, p. 12)¹

¹ Citação retirada da Dissertação de Mestrado em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política – Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo, 2019.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado acadêmico apresenta um estudo sobre o significado e as consequências que o sofrimento tem para as mulheres/mães e familiares de vítimas da violência de Estado, bem como a forma que as mesmas têm enfrentado a dor da perda. O uso da pesquisa participante e da etnometodológica tem promovido troca de experiências, a criação de vínculos, a coleta de informações e dados sobre o processo vivido por 5 mulheres/mães. Entre os resultados obtidos neste processo de pesquisa destacamos neste trabalho um aspecto historicamente presente em nossa sociedade, mas que vem sendo intensificado na atualidade com a retomada neoliberal conservadora: a relação existente entre a religião e a condição da mulher/mãe. O dogmatismo religioso revela-se como uma forma de conter a emancipação da mulher frente ao domínio masculino, que de fato têm como finalidade o controle social, para a proteção do patrimônio e da propriedade privada. A análise sobre a trajetória das mulheres/mães de vítimas da violência de Estado tem demonstrado que ainda que sejam reconhecidas como mulheres responsáveis pela harmonia do lar, pela educação dos filhos e em muitos casos pela manutenção da vida doméstica, assim como Eva (a mulher da criação); são capazes de se manterem puras, além de amorosas e compreensivas frente ao olhar dos filhos e também de suportar toda a dor e sofrimento da qual são vítimas, assim como Maria (a mãe de Jesus). Contudo, o mais importante a ser destacado é que essas mesmas mulheres/mães são vistas como loucas, rebeldes e lutadoras (como na Inquisição religiosa) quando não se submetem à lógica da violência estrutural (pelo Estado, pela cultura do patriarcado e pela Igreja). De modo geral, esse jugo reproduzido tornam as mulheres/mães de vítimas da violência estrutural, tão vítimas quanto seus filhos, tendo como consequência os processos de adoecimento.

Palavras-chave: Mulheres/Mães, Violência de Estado, Mães de Maio, Sofrimento ético-político, Resistência.

ABSTRACT

This academic master's thesis presents a study on the meaning and consequences of suffering for women/mothers and family members of victims of State violence, as well as the way they have faced the pain of loss. The use of participatory research and ethnomethodology has promoted the exchange of experiences, the creation of bonds, the collection of information and data about the process experienced by 5 women/mothers. Among the results obtained in this research process, we highlight in this work an aspect that is historically present in our society, but which is currently being intensified with the conservative neoliberal resumption: the relationship between religion and the condition of the woman/mother. Religious dogmatism reveals itself as a way to contain the emancipation of women in the face of male domination, which in fact has the purpose of social control, for the protection of heritage and private property. The analysis of the trajectory of women/mothers of victims of State violence has shown that even though they are recognized as women responsible for the harmony of the home, for the education of children and in many cases for the maintenance of domestic life, just like Eva (the woman of creation); they are able to keep themselves pure, in addition to being loving and understanding in front of their children's eyes and also to bear all the pain and suffering of which they are victims, just like Mary (the mother of Jesus). However, the most important thing to be highlighted is that these same women/mothers are seen as crazy, rebellious and fighters (as in the religious Inquisition) when they do not submit to the logic of structural violence (by the State, by the culture of patriarchy and by the Church) . In general, this reproduced yoke makes women/mothers of victims of structural violence as victims as their children, resulting in disease processes.

Keywords: Women/Mothers, State Violence, May Mothers, Ethical-Political Suffering, Resistance.

RESUMEN

Esta tesis de maestría presenta un estudio sobre el significado y las consecuencias que tiene el sufrimiento para las mujeres / madres y familiares de víctimas de violencia de Estado, así como la forma en que han enfrentado el dolor de la pérdida. El uso de la investigación participante y la etnometodología ha promovido el intercambio de experiencias, la creación de vínculos, la recolección de información y datos sobre el proceso vivido por 5 mujeres / madres. Entre los resultados obtenidos en este proceso de investigación, destacamos en este trabajo un aspecto que históricamente está presente en nuestra sociedad, pero que actualmente se está intensificando con la reanudación neoliberal conservadora: la relación entre religión y la condición de mujer / madre. El dogmatismo religioso se revela como una forma de contener la emancipación de la mujer de la dominación masculina, que de hecho tiene como finalidad el control social, la protección del patrimonio y la propiedad privada. El análisis de la trayectoria de las mujeres / madres de víctimas de violencia de Estado ha demostrado que si bien son reconocidas como mujeres responsables de la armonía del hogar, de la educación de los hijos y en muchos casos del mantenimiento de la vida doméstica, al igual que Eva (la mujer de la creación); son capaces de mantenerse puros, además de ser cariñosos y comprensivos ante los ojos de sus hijos y también de soportar todo el dolor y sufrimiento de los que son víctimas, al igual que María (la madre de Jesús). Sin embargo, lo más importante a destacar es que estas mismas mujeres / madres son vistas como locas, rebeldes y luchadoras (como en la Inquisición religiosa) cuando no se someten a la lógica de la violencia estructural (por el Estado, por la cultura). del patriarcado y por la Iglesia). En general, este yugo reproducido convierte a las mujeres / madres de víctimas de violencia estructural en víctimas como a sus hijos, resultando en procesos de enfermedad.

Palabras-Clave: Mujeres / Madres, Violencia de Estado, Madres de Mayo, Sufrimiento ético-político, Resistencia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O ANTES E DEPOIS DOS CRIMES DE MAIO DE 2006	22
1.1 DITADURA CIVIL MILITAR: MOVIMENTOS DE MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS	22
1.2 ANTES DE 2006: A IMPUNIDADE DA DITADURA MILITAR NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO	27
1.3 ANO 2006: O MASSACRE, O INÍCIO DO MOVIMENTO MÃES DE MAIO E AS MULHERES/MÃES	31
1.4 O PAPEL DO MOVIMENTO NOS ANOS POSTERIORES (2012, 2014 E 2015).....	39
1.5 QUEM SÃO ESSAS MULHERES/MÃES: O QUE VIVEM E COMO VIVEM APÓS OS CRIMES .	41
CAPÍTULO 2 – CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES A RESPEITO DA FIGURA DA MULHER/MÃE.....	59
2.1 MULHER/MÃE E A RELIGIÃO.....	59
2.2 A MULHER/MÃE NA SOCIEDADE CAPITALISTA	66
CAPÍTULO 3 – A VIOLÊNCIA DE ESTADO	71
3.1 ESTADO E DOMINAÇÃO: RELAÇÕES DE PODER EM NOME DE DEUS	71
3.2 ESTADO DE EXCEÇÃO: FORÇA REPRESSIVA E A POLÍTICA DA MORTE	78
CAPÍTULO 4 – AS MULHERES/MÃES: O SOFRIMENTO E ADOECIMENTO	81
4.1 MEMÓRIAS SILENCIADAS TRANSFORMADAS EM POTÊNCIA: O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO	81
4.2 COMO SUPERAR O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E SEGUIR EM FRENTE?	88
CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

INTRODUÇÃO

No contexto desta escrita, breves detalhes sobre a atual conjuntura.

Estamos no ano de 2021 e à exceção dos escritos bíblicos cristãos, jamais imaginamos um cenário como este que estamos vivendo. Torna-se relevante salientar que este trabalho aborda a questão da violência de Estado, violência essa que se acirrou atualmente, atingindo quase sem nenhum respaldo, principalmente, a população pobre e moradora das periferias.

Esta afirmação tem por base os fatos ocorridos desde meados de dezembro de 2019, momento em que o mundo se percebeu no caos provocado pela disseminação de um vírus nomeado como “novo coronavírus” ou COVID-19. Este vírus foi identificado na cidade de Wuhan na China e rapidamente se espalhou para outros países. A OMS (Organização Mundial da Saúde) classificou como *pandemia* devido ao rápido avanço de contágio e imediatamente passou orientações sanitárias para controlar a letalidade do vírus, recomendando o isolamento social, o uso de máscaras e desinfecção com álcool gel.

Sem precedentes na história, considera-se que estamos diante da maior crise epidemiológica desde a gripe espanhola no início do século 19. O resultado da disseminação do vírus em toda a população mundial tem sido devastador. No contexto brasileiro, palco das reiteradas manifestações do projeto de extermínio que vem assolando reiteradamente a população pobre, preta e das periferias característico da violência estrutural adotada pelo sistema capitalista com a anuência do Estado, a situação é ainda mais grave. Até o momento já contabilizamos mais de 570.000 óbitos².

Acrescenta-se que além de toda a situação ocasionada pela pandemia, o governo brasileiro com visível “negação” a respeito do contágio pelo vírus, tem incitado seus apoiadores causando aglomerações e apoiando manifestações contra o isolamento social, contra o STF – Superior Tribunal Federal, a favor do AI-5 (Ato Institucional número 5) decretado no período ditatorial e ameaças de golpe. Essas ações causaram forte indignação, de modo que foi instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Investigação) para apurar denúncias de corrupção acerca das providências adotadas pelo governo federal no combate à pandemia.

O agravamento da situação política somada à propagação do vírus, colocou o Brasil no patamar de pior país no combate à pandemia e considerando as desigualdades e injustiças

² Dados na data de hoje 25/08/2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>

sociais evidentes em nosso país – palco de lutas históricas – decerto que o mundo mudou muito em um curto espaço de tempo, o que torna tudo o que conhecemos mais estarrecedor.

Tudo isso chama a atenção porque ao contrário do que ocorre quanto à repressão policial nas manifestações da classe trabalhadora em diversas reivindicações por direitos, nos casos em questão, não é tomada nenhuma medida, visto que essas manifestações ferem a Constituição Federal de 1988 e o princípio democrático de direito.

Contrariando todas as expectativas, tendo em vista as determinações e orientações da OMS, as ações implementadas pelos órgãos estatais brasileiros não têm sido suficientes para minimizar os impactos provocados pela transmissão do vírus.

Diante disso, é mais que relevante salientar que além dos inúmeros desafios postos para conter a letalidade do vírus, o descaso com que o atual governo vem enfrentando o problema nos coloca frente a outros tantos desafios que se concretizam nas diversas realidades, principalmente na camada mais vulnerável da população, por exemplo, o retorno do espectro da inflação, a fome, etc. Com o passar dos meses o que se viu foi a grande maioria da população abandonada à própria sorte, com milhares de pessoas desempregadas e a disseminação do vírus fora de controle, colocando em colapso nosso sistema de saúde.

Além das crescentes mortes pelo vírus, o que permanece acontecendo nas periferias e favelas, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, é a forte repressão policial com inúmeros casos de morte, desaparecimentos forçados, além dos índices alarmantes de letalidade conforme aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020.

Segundo os dados, no Estado de São Paulo houve aumento de 20,7% de mortes em decorrência de intervenção policial no primeiro semestre de 2020 – já no contexto da pandemia – em relação ao mesmo período de 2019. (A.B.S.P, 2020. p. 24), ou seja, mesmo com a diminuição de pessoas em circulação as ações da polícia militar mantêm a mesma lógica de extermínio fazendo uso da força contra a população, implementando ataques aos direitos individuais e coletivos.

Memórias de um passado recente

Considerando a referência ao momento crítico que atravessamos, antes de tudo, gostaria de explicitar as muitas inquietações decorrentes das inúmeras histórias que vivi e ouvi, e após ler o texto de (ROLNIK, 1993, p. 9) me ocorreu que este trabalho de escrita “representa um conjunto de marcas, ou seja, a escrita são marcas de experiências [...] e são as marcas que escrevem [...]” e justo por concordar com esta referência é que se tornou relevante descrever a

conjuntura atual. Diante disso, é inegável afirmar que existe muito conhecimento e potência nas histórias narradas tanto dentro e igualmente fora dos muros das universidades. Essa constatação despertou em mim a curiosidade típica da descoberta, e me levaram a buscar referências teóricas sobre a importância da memória, da oralidade, dos relatos e da sistematização das experiências na produção do conhecimento.

Partindo disso, considero igualmente importante dizer que o caminho proposto para realizar esta pesquisa nasceu durante minha formação em Serviço Social, onde pude me apropriar da concepção freiriana de educação popular³ alinhando o referencial teórico-metodológico de Paulo Freire ao meu exercício profissional. Dessa percepção, talvez a mais importante tenha sido justamente questionar sobre o fazer cotidiano e o modo de produzir conhecimento, devido à crença de que o conhecimento deve ser construído *junto, com e para* os sujeitos.

Em consequência da minha trajetória acadêmica, surgiu a oportunidade de integrar um grupo de pesquisadores para desenvolver a pesquisa⁴ intitulada “*Violência de Estado no Brasil: um estudo sobre os crimes de maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição*”⁵. Esta pesquisa foi realizada junto e com o Movimento Independente Mães de Maio – no qual eu já acompanhava a trajetória – tanto pela produção de conhecimento quanto para contribuir com as reivindicações do movimento.

No entanto, essa aproximação permitiu estreitar um vínculo maior com as mulheres/mães de vítimas dos crimes de maio de 2006 e também dos anos posteriores. Esses crimes ocorreram no período em que a violência de Estado esteve presente nas ações de repressão perpetradas pelos seus agentes de segurança, inseridos em grupos de extermínio, intensificando os ataques a jovens moradores das periferias de todo o estado de São Paulo.

Naquele momento, estar em conjunto com as mulheres/mães pesquisando e conhecendo suas histórias, me fizeram refletir sobre alguns *ditos* da sabedoria popular e o quanto podem

³ A concepção de Educação Popular em referência é entendida como um processo em que as/os educadoras/es possam refletir e conhecer mais sobre a realidade, no movimento da práxis (ação-reflexão-ação), pois entende-se que a Educação Popular freiriana, enquanto uma referência teórico-metodológica, possibilita efetivar uma construção coletiva na perspectiva da transformação social. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido* (2017).

⁴ Trata-se do projeto de pesquisa realizado a partir da parceria entre o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF/UNIFESP e a Universidade de Oxford, com fomento do Fundo Newton e o Movimento Independente Mães de Maio, composto por pesquisadores (docentes e alunos de mestrado e graduação) dos campi: São Paulo; Guarulhos; São José dos Campos e Baixada Santista da Unifesp, coordenados pelo Prof. Dr. Javier Amadeo.

⁵Para mais informações sobre os resultados dessa pesquisa consultar o Relatório Final no link: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf

expressar o que há de mais profundo no modo simples de compreender a vida. Um deles é dizer que “*o tempo se encarrega de tudo*”, especialmente de amenizar as dores.

Mas ousou dizer que existem dores que não podem ser amenizadas. Uma delas é aquela relacionada com a ausência de não ter mais a presença de quem amamos, ouvir o som do riso ou do choro, de sentir o calor do abraço ou o carinho do toque das mãos. Essas lembranças são responsáveis por despertar a saudade, e como disse o poeta “*saudade é a presença dos ausentes*”⁶.

E de que trata a saudade senão da relação com a memória e o tempo? Nesses casos, é o tempo que se encarrega de aumentar ou diminuir essa dor, que fica ali, meio adormecida, mas presente. Vez ou outra trata de acordar, abruptamente, seja através de uma imagem, um aroma ou determinada situação. Quando chega, dói tanto que tira o fôlego. Está ali. Por vezes se aquieta, mas sempre estará ali, só para lembrar que nada vai fazer com que seja arrancada, tampouco esquecida.

Mas é o tempo que trata de aguçar nossa memória. É ele que se encarrega de recontar a história. A nossa história. Que seria da nossa história contada e recontada, se o tempo nos levasse ao esquecimento? A memória, por se dar sobre o tempo vivido, é um elemento importante em nossa construção. É através da memória que podemos construir outras formas de ver e sentir o mundo, transformando realidades e trazendo outro sentido às nossas vidas (BOSI, 2004).

Anterior ao contato com essas histórias, nunca houve um só pensamento sobre as várias questões colocadas a respeito das relações de gênero e dos privilégios de classe, e nem sobre o quanto isso se agrava se somadas à essa relação as questões étnico-raciais. Menos ainda, sobre os enfrentamentos aos quais as mulheres foram submetidas quando, ironicamente, passaram a “contribuir” economicamente com a manutenção do lar e o sustento da família.

No passado, era esta a explicação dada à inserção da mulher nos modos de produção capitalista. Naquela época e ainda hoje, famílias inteiras são mantidas por mulheres que sendo as responsáveis pela educação dos filhos e pelos trabalhos domésticos, percebe-se que ainda são influenciadas por questões de ordem moral religiosa, tornando os enfrentamentos presentes no cotidiano, cercado de mais violência, somente pela condição de serem mulheres.

Ao falar sobre o *ser mulher*, me refiro ao ser mulher/filha, ser mulher/mãe, ser a mulher que enfrenta os vários desafios postos nas relações sociais e nas condições de desigualdade,

⁶ Esta frase é atribuída ao poeta Olavo Bilac.

especialmente a partir do conceito de gênero e sua intersecção com a questão de classe social e étnico-racial, principalmente hoje, com o crescente aumento do feminicídio.

Este, é um estudo sobre as mulheres/mães e familiares de vítimas da violência de Estado. Mulheres/mães que acumularam em suas trajetórias marcas da vida e das experiências que tiveram. Mulheres/mães como eu, que apesar do privilégio da branquitude miscigenada, traz na memória as marcas e experiências da vida, que permitem compreender o significado de ser mulher/mãe em uma sociedade que estigmatiza e violenta as mulheres de diversas formas.

Enfim, este trabalho trata de evidenciar as histórias dessas mulheres/mães, que transformaram o luto pela dor da perda de seus filhos em luta, contudo, além da constante tristeza e saudade, adoecem por conta das reiteradas formas de violência que sofreram e ainda sofrem.

Justificativa ao tema: Nos caminhos da pesquisa, vivências da militância.

“*Cuidado menino, cuidado! É maio*”. Estas palavras vêm sendo pronunciadas pela mulher/mãe fundadora e liderança do Movimento Independente Mães de Maio nos últimos 15 anos. Em nosso calendário, é no mês de maio que se comemora o Dia do trabalho, é considerado o mês das noivas (para o capitalismo) e também o mês que se comemora o Dia das Mães. Irônico pensar que justamente neste mês é comemorado o que alicerça a família: o trabalho, sem o qual não seria possível mantermos as relações sociais, tampouco garantir o sustento. O casamento – a partir das imposições da igreja e da sociedade como condição legal para a constituição familiar – e também comemoramos, com demonstrações de amor de filhos, toda nossa admiração às nossas mães.

No entanto, é neste mês que muitas mulheres/mães relembram a trágica perda de seus filhos para a violência de Estado. Para estas mulheres/mães, é no mês de maio que as lembranças de uma semana repleta de dor, angústia e sofrimento chega com mais intensidade.

Como citado, a partir da aproximação que tive com as mulheres/mães e familiares de vítimas da violência de Estado no projeto anterior, foi possível estreitar relações durante os constantes encontros e conversas ao longo de dois anos como pesquisadora. Posteriormente, minha participação intensificou-se, contribuindo com as ações enquanto militante do movimento e ativista pelos direitos humanos contra a violência de Estado.

Desde então, essa proximidade com as diversas realidades e histórias de vida das mulheres/mães, unindo os resultados obtidos no processo de pesquisa e a militância, ficou evidente a necessidade de aprofundar a discussão sobre o adoecimento das mulheres/mães,

decorrente do sofrimento pela perda de seus filhos/as causado pela violência de Estado e principalmente pela falta de responsabilização, inclusive submetendo-as a todo tipo de constrangimento e criminalização.

As evidências sobre o adoecimento das mulheres/mães foram reforçadas dias antes da divulgação do relatório final da pesquisa em 2018, quando tivemos notícias sobre o falecimento de uma das mulheres/mães que contribuiu na fundação e luta do Movimento Mães de Maio. Tudo indica que ela, após doze anos de espera por justiça, sucumbiu à dor e ao sofrimento, restando para nós a certeza de que a tristeza e saudade foram implacáveis, e o tempo impiedoso.

Este tempo, supostamente responsável por apagar ou amenizar todas as dores, não deu conta de aplacar o pesar que essa mulher/mãe sentia. Dizem que o maior sofrimento para uma mulher/mãe é sobreviver à morte de um filho/a, e sua partida causou grande comoção entre as pessoas ligadas aos movimentos e coletivos, principalmente por ter ocorrido justamente no mês de maio, causando manifestações de carinho e respeito pela luta que travou.

Essas questões intensificaram minhas inquietações e como já dito, acredito que produzir conhecimento implica em estabelecer posicionamentos quanto ao modo de se fazer pesquisa acadêmica. Dito isso, na ocasião em que esta proposta de pesquisa foi qualificada, fui sutilmente alertada para “*evitar o tom panfletário, pois inegavelmente as maiores vítimas foram as pessoas mortas*”, devo dizer que não compreendi bem naquele momento.

Algum tempo depois, entendi que alinhar minhas percepções e experiência de vida ao modo de produzir conhecimento, bem como demonstrar empatia aos fatos que conjuntamente vivencio com as mulheres/mães, podem ser compreendidos como um modo de “*propagandear*” o que vem ocorrendo sistematicamente ao longo dos anos, de um modo particular.

Ora, qual seria então o modo de contribuir com as demandas dessas mulheres/mães tão duramente castigadas? Seja pela perda e pela falta de acesso ao sistema de justiça (justo), seja pelo sofrimento causado pela morte de seus filhos, seja pela condição social e a desigualdade causada por um sistema que exclui, que mata e que criminaliza. Por tudo isso, deveria eu manter a neutralidade enquanto pesquisadora?

Em resposta utilizo aqui, oportunamente, afirmações das quais compartilho sinceramente, pois não vejo outro modo de exercer o papel que conquistei, assim como muitas outras pessoas, incluindo as mulheres/mães com as quais me propus a lutar. Não pelo fato de ter vivenciado as mesmas perdas, mas principalmente porque somos mulheres/mães.

Hoje, para mim, ofensivo é ser considerada *muito acadêmica* — no sentido hegemônico do que acadêmico é. Trabalho fortemente para que a academia não tenha

retirado minha qualidade de ser mesmo extremamente panfletária e cometer o absurdo de sistematizar e produzir conhecimento vivo. E comprometo-me ainda mais em fazer do contexto acadêmico um lugar para a autoria e edição de panfletos.

Hoje, considero pretensão demais de minha parte querer que minhas pesquisas sejam assim tão panfletárias e esforço-me para que elas sejam e permaneçam assim. *Conhecimento preso em prateleira e poucas cabeças não cumpre sua função social. Deus me livre me tornar latifundiária de conhecimento!* (SILVA, 2020, p. 12)

Reafirmo que neste caso e todos os que futuramente pretendo contribuir, me coloco contrária ao modo positivista da produzir ciência, considerando que o olhar de neutralidade – sujeito/objeto – ou “nortecêntrico” posto nas abordagens das ciências sociais, não condiz com o que acredito.

Por essa via, concordo com Santos (2018) quando afirma em seus estudos que:

As ciências sociais modernas, sobretudo a partir do século XIX, permitiram uma representação do Norte global a partir da sua autorrepresentação. Esta capacidade de criar uma representação de si próprio significa que os conhecimentos, os conceitos, as metodologias, as teorias desenvolvidas a partir do Norte permitem que o Norte global experimente o mundo como seu e tenha capacidade de o transformar. Entretanto, no Sul global, estas mesmas ciências sociais não permitem que a grande maioria da população mundial represente o mundo como seu. De alguma maneira, as populações do Sul global parecem estar sempre do lado errado da história do mundo, não experimentam o mundo como seu e, por isso, também não o podem transformar. (SANTOS, 2018, p. 117).

Com isso, o autor tem como proposta descolonizar as ciências sociais e repensá-las a partir de “uma compreensão mais ampla do mundo” (p. 117), afirmando que:

É muito importante compreender se as ciências sociais no seu conjunto podem ter a capacidade de permitir que mais pessoas e comunidades autorrepresentem o mundo de tal forma que ele possa ser experimentado como próprio. Ou seja, que mais gente possa ajudar a transformar o mundo. Este é um trabalho extremamente difícil, porque todos somos produtos das ciências nortecêntricas. Por esta razão cabe-nos realizar um esforço de despensar e reaprender muitas coisas. (Ibidem, p. 118)

Complementa sugerindo que não se trata simplesmente de abordagens teóricas, mas sim de construir novas epistemologias, a partir do Sul global, no sentido de abarcar novas possibilidades e de “alcançar outras formas de conhecimento, entendimento, compreensão e de transformação do mundo” visto que a “compreensão do mundo é muito mais ampla e diversificada do que a compreensão ocidental do mundo” (p. 118).

Partindo dessa compreensão sobre outros modos de construir conhecimento, e trazendo como metodologia a pesquisa participante, concordo com Silva (2006) destacando que existe:

[...] a necessidade de os setores populares integrarem o processo de conhecimento enquanto sujeitos, transformando-se também em pesquisadores junto com os

cientistas e acadêmicos, fazendo com que o conhecimento produzido se coloque a serviço das classes populares e suas lutas [...] mesmo quando produzido sem a participação direta das classes populares no desenvolvimento de seu processo de construção, poder ser disponibilizado para participar e contribuir para o avanço das lutas sociais, o que significa dizer que o conhecimento produzido pela pesquisa pode colocar-se a serviço das transformações sociais, mesmo que os sujeitos sociais interessados nessa transformação não tenham atuado como pesquisadores em todos os momentos do processo de investigação. (SILVA, 2006, p. 124-125)

Ainda de acordo com a autora, a pesquisa participante apresenta-se basicamente como uma:

[...] relação de reciprocidade entre sujeito e objeto e relação dialética entre teoria e prática. Isso significa que o conhecimento da realidade só se dá no estabelecimento de uma relação entre pesquisador, técnicos, grupos, em que já não se pode mais falar na separação produzida pela dicotomia entre sujeito e objeto da investigação [...] a distância entre pesquisador e informante se não eliminada é encurtada e o produto do conhecimento é mais amplo, mais profundo, mais capaz de superar o imediato dado pela aparência do fenômeno em consideração. A realidade é tomada como objeto de investigação, mas numa perspectiva crítica, capaz de desenvolver um movimento que busque compreender essa realidade enquanto totalidade e produto de múltiplas determinações. (SILVA, 2006, p. 127)

Além disso, segundo Brandão (2006), este modo de fazer pesquisa:

[...] envolve questões teóricas, metodológicas e práticas diretamente relacionadas à participação ativa das pessoas e de grupos humanos na vida social cotidiana, nos processos de ação e decisão política a respeito de suas vidas e de seus mundos de vida. Mas as envolvem no campo das relações entre as diferentes modalidades de partilha e participação social, e a construção de saberes e valores a partir da pesquisa. (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 9)

Diante dessas colocações, inicialmente considerei abordar o tema da pesquisa partindo de uma estratégia metodológica que pudesse contribuir não somente com as ações do Movimento, mas também que colocasse as mulheres/mães como protagonistas de suas próprias histórias dentro do contexto acadêmico, considerando o que isso significa para uma parcela de pesquisadores que se colocam na contramão do que hegemonicamente é defendido nas universidades.

Assim, frente à imprescindível necessidade de refletir sobre as presentes e constantes violações que essas mulheres/mães sofreram e ainda sofrem nas relações sociais, principalmente por serem pobres, em grande maioria negras e moradoras das periferias foi que surgiu o meu interesse em estudar o tema “sofrimento” na relação com a violência de Estado.

Considerando que o maior intuito deste trabalho é contribuir com a luta e as demandas dessas mulheres/mães, a hipótese de que as ações coletivas e os vínculos estabelecidos pelas mulheres/mães de vítimas da violência de Estado permitem trocas, escutas e cuidados que

fortalecem a luta por justiça e também criam estratégia para a superação do processo de adoecimento causado pelo sofrimento e a dor da perda, ainda permaneceram como uma inquietação. No entanto, os objetivos de construir coletivamente espaços de acolhimento, troca e cuidado para fortalecimento das lutas cotidianas; de identificar o que sentem, o que pensam e como pensam as violações sofridas e o processo de superação, sistematizar propostas e ações, construídas com as mulheres/mães, que seriam eficazes na superação do sofrimento, já vinham sendo construídos no processo, restava identificar como isso se concretizava no cotidiano.

Contudo, em decorrência do atual momento de crise sanitária pelo qual passamos, muitas dúvidas surgiram quanto ao caminhar desse estudo, e me colocaram durante meses em um estado de total inércia em relação à escrita. Foi preciso buscar referências que pudessem garantir que este trabalho seria considerado científico o suficiente para contemplar o papel de importância que essas mulheres/mães ocupam hoje, tanto no contexto social quanto político havendo a necessidade de adequar o percurso metodológico previsto no projeto de pesquisa.

Desse modo, foi inviabilizada a formação de um grupo de mulheres/mães para dar prosseguimento à investigação através dos círculos de cultura para construir narrativas de vida dessas mulheres, assim busca-se com este estudo garantir elementos da participação e do diálogo com as mulheres/mães diretamente envolvidas nesse processo. Com isso, a opção foi coletar através de entrevistas online, em substituição aos círculos de cultura, as histórias de vida de 5 mulheres/mães ou familiares de vítimas, transformadas em narrativas. Nesse sentido, busca-se dialogar com os seguintes casos:

- 1 fato com vítima fatal ocorrido no ano de 2006 na cidade de Santos/SP;
- 1 fato com vítima fatal ocorrido no ano de 2012 na cidade de Santos/SP;
- 1 fato com vítima sobrevivente ocorrido no ano de 2012 na cidade de São Vicente/SP;
- 1 fato de desaparecimento forçado ocorrido no ano de 2014 em Salvador/BA;
- 1 fato com vítima fatal ocorrido no ano de 2015 na cidade de Guarujá/SP.

Isso posto, este trabalho se estrutura da seguinte forma:

No Capítulo 1 aborda-se o antes e o depois dos Crimes de Maio de 2006, subdividindo em cinco partes – na primeira busco o contexto da violência de Estado durante o período da ditadura civil-militar; na segunda parte aponto alguns dos crimes perpetrados por agentes da segurança pública no contexto democrático; a terceira parte inicio resgatando o contexto dos Crimes de Maio de 2006 enfatizando a criação do Movimento Independente Mães de Maio, dialogando com uma das fundadoras, a Sra. Débora Maria da Silva e nesta parte, discorro sobre o importante papel do movimento social no contexto dos crimes ocorridos em 2012, 2014 e 2015 e na ultima parte apresento as mulheres/mães que fazem parte deste estudo.

O Capítulo 2 é dividido em duas partes. Na primeira, fundamento as concepções e as implicações a respeito da figura da mulher/mãe na sociedade sob a influência da religião. Na segunda parte, a abordagem desvenda as implicações do ser mulher/mãe na lógica de (re)produção capitalista.

No Capítulo 3 aborda-se a violência de Estado a partir do debate teórico, tomando como referência o conceito de “aparelhos ideológicos do Estado”, “dominação através da coerção”, “estruturas e relações de poder”, “Estado de exceção” e a política da morte ou “necropolítica”.

No Capítulo 4 o tema tratado é o sofrimento das mulheres/mães desencadeados pela perda de seus familiares nos crimes de maio de 2006 e nos anos posteriores na RMBS/SP e quais as implicações que esse processo causou/causa em suas vidas. A partir de suas narrativas, busca-se identificar quais estratégias são adotadas por elas para a superação desse sofrimento, abordando o conceito de sofrimento ético-político e de saúde-doença da OMS – Organização Mundial da Saúde.

No Capítulo 5, para discutir os resultados apurados neste estudo, conforme exposto, foram utilizadas as narrativas de mulheres/mães contidas nos livros publicados pelo Movimento Independente Mães de Maio em conjunto com as narrativas concedidas por familiares das vítimas da violência de Estado, com o objetivo de identificar os significados e as consequências do sofrimento ocasionados pela dor da perda, bem como as formas de enfrentamento aos processos de adoecimento, considerando a relação dialética entre a violência estrutural, sofrimento ético-político e a inserção na luta social, a partir da intersecção de classe, gênero e étnico-racial.

Para analisar o caminho percorrido nessa discussão, foi utilizado o DSC – Discurso do Sujeito Coletivo que tem como finalidade obter um discurso síntese a partir de um conjunto de discursos com sentido semelhante. Essa técnica foi desenvolvida por Lefevre e Lefevre com o intuito de organizar dados qualitativos, e se fundamenta na teoria da representação social conforme Figueiredo; Chiari e Goulart (2013, p. 130).

Nesse sentido, a proposta para abordagem dessa técnica é contida, primeiramente, na definição das categorias a serem analisadas. No caso desse estudo, para responder a hipótese formulada e atender os objetivos propostos buscou-se elencar três categorias:

- ◇ Violência de Estado
- ◇ Gênero, classe social e relação étnico-racial
- ◇ Sofrimento ético-político e adoecimento

A partir das categorias, busca-se nas narrativas as expressões chave que respondem às questões formuladas, originando um discurso síntese que demonstra o sentido semelhante da coletividade.

Por fim, nas considerações finais é abordada a conclusão desse estudo.

CAPÍTULO 1 – O ANTES E DEPOIS DOS CRIMES DE MAIO DE 2006

[...] é o som, é a cor, é o suor
 É a dose mais forte e lenta
 De uma gente que ri quando deve chorar
 E não vive, apenas aguenta
 Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
 É preciso ter gana sempre
 Quem traz no corpo a marca, [...]
 Mistura a dor e a alegria.

(Música: Maria, Maria.
 Milton Nascimento)

1.1 Ditadura Civil Militar: Movimentos de Mães e Familiares de Vítimas

Anteriormente quando afirmei que nunca havia pensado sobre as questões postas sobre as relações de gênero e classe social, é porque nasci pobre na periferia da zona sul de São Paulo, e conforme Souza (2009, p. 21) pertenci a “uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida [...] das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação”, de modo que também posso afirmar que antes de adentrar a universidade, pouco sabia sobre o significado e as marcas deixadas no período ditatorial.

Os primeiros contatos mais aprofundados sobre este contexto histórico, se deram quando participei de eventos relacionados à *Memória, Verdade e Justiça: Ditadura, nunca mais!*⁷ ouvindo as narrativas de mulheres que vivenciaram aquele período e que sofreram violações inimagináveis.

Assim, sendo este um tema que trata da violência de Estado, é necessário compreender quais implicações ainda são sentidas atualmente, como resultado daquele período. Busquei informações no blog Memórias da Ditadura⁸, entendendo que foi desenvolvido como acervo

⁷ Grifo da autora

⁸ O blog é administrado pelo Instituto Vladimir Herzog composto por uma comissão, a eles são dados os créditos pelas histórias e publicações. **Presidente** – Clarice Herzog. **Diretor Executivo** – Rogério Sottili. **Presidente do Conselho** – Ivo Herzog. **Produção de conteúdo:** Camilo Vannuchi, Carlos Azevedo, Cristiano Navarro, Felipe Lavignatti, Igor Ojeda, Leonardo Sakamoto, Ligia Ximenes, Lúcia Ramos Monteiro, Peu Robles, Tatiana Merlino. **Edição e revisão de texto:** Fernanda Sucupira. **Coordenação executiva:** Ana Rosa Abreu e Lucas Paolo Vilalta. **Coordenação Geral de Conteúdo:** José Luis Del Roio. **Coordenação de conteúdo:** Lucas Paolo Sanches Vilalta, Rafael Schincariol. **Produção de Conteúdo:** Anita Vaz, Bruno Bontempi Jr, Fábio Cascardo, Fábio Franco, Flávia Rios, Flamarión Maués, Gabriela Carrocini, Gizele Martins, Jacqueline Sinhoretto, José de Jesus Filho, Juliana Amoretti, Sarah de Roure, Lucas Pedretti, Lucas Paolo Vilalta, Marcelo Zelic, Marco Antônio Baratto, Maria Carolina Schlittler, Patrícia Mechi, Pedro Obliziner, Renan Quinalha, Rodrigo Patto. **Edição e Revisão de Texto:** Elvira Nadai, Thaís Chita. **Colaboração de Material audiovisual:** Centro de Documentação e Memória

dos fatos ocorridos, abertos ao público, no sentido de manter a memória e para que nunca mais aconteça. O blog conta com uma equipe composta por pesquisadores, jornalistas e outros intelectuais relatam os acontecimentos da fase mais conturbada do país nos últimos 50 anos.

Consta que um ano após o golpe civil militar, em 1965, intelectuais renomados protagonizaram um protesto de repercussão nacional e internacional, se manifestando contra a ditadura em frente ao Hotel Glória, no Rio de Janeiro, durante uma Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em decorrência disso, ficaram presos por vinte dias, enquanto corriam abaixo-assinados no Brasil e no exterior por sua libertação.

Este fato fez com que o espírito de resistência crescesse nos primeiros anos do golpe civil-militar, sendo denominado como “*primeiro ciclo de protestos de 1966 a 1968*”⁹ que teve forte atuação dos estudantes que demonstraram a insatisfação da classe média, na medida em que o programa econômico da ditadura ampliava a concentração da riqueza e o empobrecimento dos trabalhadores. Também consta que uma das maiores manifestações daquele período foi a Passeata dos Cem Mil em 1968 trazendo à cena os operários que haviam sofrido várias intervenções militares em seus sindicatos.

Já o “*segundo ciclo de protestos compreende os anos de 1970 a 1984*”¹⁰, mais especificamente após 1977 quando a crise econômica se agravava. No contexto de luta e resistência iniciada naqueles anos, é imprescindível destacar a participação ativa e protagonista de pelo menos uma centena de mulheres, na maioria jovens com menos de 30 anos, universitárias, atuantes no movimento estudantil, nos partidos, sindicatos e organizações clandestinas que tomaram parte diretamente na luta armada.

Infelizmente muitas delas foram presas e outras tantas assassinadas. Mas essas mulheres ficaram conhecidas pela coragem e por participações arrojadas nas ações armadas, pois além de militantes, não só na guerrilha, mas também nos partidos clandestinos, eram consideradas duplamente transgressoras, por desafiarem a ordem estabelecida, na tentativa de derrubar o regime militar.

No período entre 1970 e 1974¹¹ entendido como o mais violento da ditadura militar, durante o governo do general Médici, as mulheres se tornaram importantes na luta pela anistia

(CEDEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Disponível no link: <http://memoriasdaditadura.org.br/panorama-da-resistencia/> Acesso em 06 e 10/11/19.

⁹ Grifo da autora.

¹⁰ Grifo da autora.

¹¹ Em 1971 varias pessoas foram presas e desaparecidas e em decorrência disso, as mães passaram a denunciar a arbitrariedade, sendo mortas anos depois, em consequências estranhas. Dois casos emblemáticos foram de Esmeraldina Carvalho Cunha, encontrada em casa vítima de enforcamento em 1972 e Zuzu Angel vítima de acidente de carro em 1976. (TELES, 2019, p. 315)

e pelos direitos humanos, pois eram companheiras, mães, filhas, irmãs, organizadas nas mais diversas formas de luta, procurando por maridos, filhas e filhos, pais, irmãos, incansáveis diante dos portões dos presídios, em busca de respostas.

Foi a partir disso que surgiram os clubes de mães, as associações de bairros, a oposição sindical, as comunidades eclesiais de base, o movimento contra o custo de vida, que organizavam encontros unindo-se para pressionar o poder público por melhores condições de vida. Vários grupos se encontravam nas paróquias, sob a proteção principalmente da igreja católica, criando, assim, uma forma de organização e participação social das mulheres, em plena ditadura militar, apoiadas pela Cúria Metropolitana de São Paulo, dirigida pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que abriu suas paróquias para acolher essa nova organização popular.

Com o aumento das manifestações e da repressão contra a juventude, surge um movimento de mães em defesa de seus filhos no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como União Brasileira de Mães. Essas mulheres se conheceram, uniram-se e formaram comissões de familiares de presos e desaparecidos. Aquelas que haviam saído dos cárceres da ditadura iam se incorporando a essas comissões, levando sua experiência de luta e o testemunho de seu sofrimento.

Essas mulheres, ao ocuparem esses espaços rompiam com estereótipos do que é ser mulher, pois o espaço público, a política, e até a luta armada eram lugares que pertenciam somente aos homens. Esses motivos eram usados para justificar que, ao serem capturadas pelo regime, as forças repressoras tentavam recolocá-las em seu “devido lugar” sendo chamadas de “vagabundas” e “prostitutas” e eram obrigadas a ficar nuas em frente aos agentes da ditadura, sempre do sexo masculino e quando encarceradas depois da tortura eram tratadas com igual dureza¹².

Desses grupos se originou o Movimento Feminino pela Anistia que, unindo mulheres e homens, se estendeu pelo país, e foi ampliado com a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e seus comitês regionais espalhados por vários estados. As mulheres lideraram e formaram grande parte das lideranças na luta pela anistia.

Considerando esses processos organizativos, identifica-se no contexto do regime militar, que foram intensificadas as ações de resistência contra a repressão e o autoritarismo.

¹² Segundo a história contada no blog, a tortura aplicada às mulheres era diferente daquela destinada aos homens. Para além das perversidades que sofriam, elas foram alvo sistemático de violência sexual, onde muitas grávidas sofreram abortamentos forçados durante as sessões de tortura. Em outros casos, eram aplicados choques elétricos em seus órgãos genitais, com ameaças de que não conseguiriam mais engravidar, foram estupradas por vários agentes do estado. Nem as crianças eram poupadas do terror: algumas mulheres foram torturadas em frente a seus filhos ou foram impedidas de amamentá-los. Crianças também foram torturadas física e psicologicamente para atingir suas mães. Disponível no link: <http://memoriasdaditadura.org.br/panorama-da-resistencia/>

Em meados de 1977 essas manifestações passaram a contar com a adesão de outros setores da classe média, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que acompanhados pela Igreja Católica através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo Movimento Operário em 1978 e pelos movimentos grevistas de 1979, pressionaram o governo a colocar fim ao regime de exceção¹³.

Mesmo com a morosidade imposta pelo governo militar no processo de transição democrática, no início do governo do General João Batista Figueiredo, ainda em 1979, foi criada a Lei da Anistia, que permitia o retorno dos exilados e libertava parte dos presos que aqui estavam. A lei foi resultante da campanha dos movimentos sociais, militantes e familiares de presos, mortos e desaparecidos em luta contra a manutenção da violência impetrada pelo Estado. Anos mais tarde, já no contexto democrático, foi criada a Comissão de Justiça e Paz que lançou o livro relatório ‘Brasil Nunca Mais’, com uma lista denunciando mais de 400 responsáveis por crimes de tortura a partir de depoimentos de ex-presos. Posteriormente, foram criadas em todo o país as Comissões da Memória, Verdade e Justiça, compostas por familiares de vítimas da violência e repressão, que persistiram na luta pelo reconhecimento do Estado dos crimes ocorridos no período ditatorial.¹⁴

Segundo Teles (2019, p. 314) com a Lei da Anistia aprovada em 28 de agosto de 1979, mesmo que parcial e restrita, muitos exilados puderam retornar ao Brasil, sendo considerado um momento de alegria, mas, ainda assim, para muitos familiares de desaparecidos uma pergunta ainda persistia: “Onde estão os desaparecidos políticos?”.

A autora relata que os muitos atos de persistência e coragem dos familiares durante este período – como por exemplo a Caravana de Familiares ao Araguaia em 1978, ou a criação da FEDEFAM (Federação de Familiares de Detidos e Desaparecidos na América Latina) em 1981 –, foi responsável por organizar os muitos Congressos e encontros para construir metodologias e estratégias que possibilitassem o reconhecimento político e jurídico do desaparecimento

¹³Informações obtidas no link: <http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/index.html> que complementa: “Os movimentos de esquerda (estudantil, operários, de bairro) tinham pautas e reivindicações diferentes dos grupos liberais (empresários, jornais da grande imprensa, profissionais liberais e políticos de carreira), embora todos falassem em democracia e respeito aos direitos humanos. Essa desunião de movimentos e pluralidade de propostas foi manipulada pelo regime para se manter relativamente forte ao longo dos anos, e negociar os termos da transição democrática”.

¹⁴Segundo informações contidas no site Memórias da Ditadura, disponível no link: <http://memoriasdaditadura.org.br/abertura-lenta-e-anistia-parcial/index.html> “As leis de 1995 e 2002 criaram mecanismos de reparação civil (emissão de atestado de óbitos para desaparecidos políticos) e financeira para os atingidos pela repressão. Mas a maior parte dos desaparecidos ainda não teve seus corpos localizados. Os acusados de tortura nunca foram intimados pela justiça criminal para depor. Os juízes tendem a considerar a Lei de Anistia como válida para a extinção dos crimes de tortura”

forçado; busca, identificação e esclarecimentos sobre as circunstâncias e responsabilidades estatais diante do crime de lesa-humanidade. (TELES, 2019, p. 317).

Em 2011 o Estado brasileiro assumiu o compromisso de investigar os crimes da ditadura civil-militar e para isso foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com o objetivo de investigar e esclarecer as violações de Direitos Humanos no período compreendido entre os anos de 1946 e 1988, pois as Forças Armadas, mesmo após 25 anos do fim do regime militar, nunca admitiu a existência de um sistema de tortura e desaparecimentos.

Assim, a partir das ações realizadas pelo Movimento de Familiares de Mortos e Desaparecidos da Ditadura Civil Militar que, denunciando o Estado brasileiro e as práticas violentas da polícia, exigiu um posicionamento sobre seus familiares desaparecidos (torturados e mortos) durante o regime de exceção. Contudo, somente em 2014, anos após a abertura democrática, que a CNV divulgou o relatório contendo 3 volumes, com 3000 páginas, apontando uma lista oficial de 434 pessoas reconhecidas como mortos e desaparecidos políticos, ressaltando 29 pontos importantes para que o Estado efetivasse uma justiça de transição.

Importante frisar que, das 29 recomendações¹⁵ contidas no relatório, destaca-se algumas das medidas compensatórias direcionadas aos familiares de vítimas da ditadura, dentre elas: a) - *A garantia de atendimento médico e psicossocial às vítimas de graves violações de direitos humanos*; b) - *A desmilitarização das polícias* e c) - *A desvinculação dos institutos médicos legais e dos órgãos de perícia criminal das secretarias de segurança pública e da Polícia Civil*.

Essas recomendações foram resultado da luta dos familiares das vítimas da ditadura, na perspectiva de efetivar a Justiça de Transição no Brasil¹⁶, tendo como objetivo livrar o país do espectro da violência que se instaurou naquele período.

Entretanto, apesar dos esforços empenhados no processo de transição de regime o que se instalou no período democrático foi o aumento sistemático da violência policial, que diferente dos atos praticados no período ditatorial, onde o alvo foi a pequena parcela de intelectuais classificada como subversiva, as ações da polícia militar – com a suposta bandeira de guerra contra o tráfico de drogas – passaram a atingir mais intensamente a grande parcela da população pobre das periferias de todo país.

¹⁵ O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade está disponível para download no endereço <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>

¹⁶ Nota da Autora: Não há intenção de aprofundar aqui o debate sobre a Justiça de Transição no Brasil. Para maiores informações consultar: <http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade-2/index.html#o-que-sao-comissoes-da-verdade>

1.2 Antes de 2006: A impunidade da ditadura militar no contexto democrático

Como já dito, os esforços implementados para a instauração da justiça de transição e a construção da democracia tiveram mais ênfase a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo assim não foram suficientes para estancar a sangria e o poder que o Estado exerce através do seu aparato ideológico, de modo que seguiu violentamente promovendo o extermínio da população.

Quanto ao poder exercido pelo Estado, concordo com Mandel (2003, p. 335) que afirma: “O Estado burguês é um produto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa”, nesse sentido, cito como exemplo o que diz respeito às instituições policiais, na medida em que o encorajamento proporcionado pelo Estado quanto ao uso da coerção, como pretexto para a defesa da sociedade – da ordem pública, das pessoas e do patrimônio – acaba por oferecer legitimidade e legalidade para o uso da violência policial.

Para melhor compreender as instituições policiais no Brasil, busco o aporte necessário nos estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo Cerqueira e Lobão (2003)¹⁷, apurou-se que essa história se inicia em 1831 em consequência de vários movimentos de insurreição popular existentes naquele período de Regência, havendo a necessidade de se criar uma estrutura policial capaz de reprimir e manter sob controle eventuais movimentos populares, sendo então instituído o Corpo de Guardas Municipais Permanentes.

Os autores afirmam que na organização do sistema de justiça criminal no Brasil, a missão do Corpo de Permanentes – que passou a se chamar Polícia Militar, a partir de 1920 – era inequívoca, pois fora criada para a manutenção da ordem pública, a repressão e o controle social de uma enorme maioria. As oligarquias vigentes à época, delegou ao seu primeiro comandante, o então major Luís Alves de Lima e Silva (o futuro Duque de Caxias), a organização dessa instituição, que imprimiu-lhe o perfil militar, com uma hierarquia rígida e profundos laços de solidariedade corporativa, tão necessários para manter os brios da tropa e vencer os sediciosos (potencialmente todos aqueles não-pertencentes à oligarquia ou à tropa), mantendo esse caráter até os dias atuais.

Acrescentam que a Secretaria de Polícia – o embrião do que seria a Polícia Civil – foi criada em 1833, e tinha como seu titular, o Chefe da Polícia, que segundo instituído no código

¹⁷ Texto divulgado para discussão no Atlas da Violência de 2017. Criminalidade: Social *versus* Polícia, Rio de Janeiro: 2003. Os autores são pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/33/criminalidade-social-versus-policia>

do processo penal de 1832, tinha como objetivo servir de elo entre o governo e os juizes de paz. Esses, eram responsáveis em primeira instância pelas tarefas judiciais, que ficavam subordinados hierarquicamente a esse chefe de polícia. Com isso, ainda na primeira metade do século XIX, praticamente todos os ingredientes que hoje representam as grandes mazelas inerentes ao quadro das instituições policiais atuais, já estavam presentes.

Explicam que desde sua criação, a intenção do governo era manter o controle do judiciário, subordinando os juizes de paz ao chefe de polícia, e conferindo autoridade judiciária a esse último, não obstante, mantendo essa questão até hoje como uma problemática relacionada ao inquérito policial. Continuam dizendo que desde 1841, os chefes de polícia e seus delegados supervisionavam toda operação do sistema policial, investigando crimes e reunindo provas contra os suspeitos, outrossim, tinham autoridade para reunir os autos e indiciar os mesmos, além de tramitar em julgado e sentenciar os que consideravam culpados de uma ampla gama de ofensas contra a pessoa, a propriedade e a ordem pública.

Discorrem afirmando que essa concentração autoritária de poderes nunca passou despercebida pelos liberais que sempre a denunciavam, mas, finalmente, em 1871, foi concluída uma reforma judicial – encabeçada pelo gabinete conservador, tendo o visconde de Rio Branco à frente – colocando fim à confusão quanto às responsabilidades entre as autoridades policial e judicial.

Além disso, declaram que o inquérito policial também permaneceu, posto que ao mesmo tempo em que não contempla o princípio do contraditório, porque não se trata de instância judicial, por outro lado sua instrução impacta diretamente na capacidade de o judiciário aceitar a denúncia e operar a condenação do réu.

Os autores analisam, que desse modo, o inquérito policial, além de ser perverso sob o ponto de vista da equidade social – posto que, os mais ricos teriam menores probabilidades de condenação, por meio da conhecida “armação do processo” –, impõe evidências de ineficácia da justiça criminal (colaborando com a impunidade), uma vez que todos os esforços empreendidos e depoimentos tomados de nada valem do ponto de vista judicial, tendo a investigação de ser novamente efetivada pelo Ministério Público, que é a autoridade para dar entrada ao processo judicial.

Entretanto, nota-se que os autores destacam a permanência de alguns resquícios desse paradigma autoritário: duas polícias repartindo o ciclo policial e disputando o poder; o espírito de solidariedade corporativa exacerbado nas instituições policiais (que abre espaço para os desvios de conduta); a polícia militarizada (cuja rigidez hierárquica se contrapõe à necessária

flexibilidade de uma polícia moderna orientada para a solução de problemas); e uma tomada de posições entre polícia e comunidade.

Segundo eles, naquele período nem mesmo assassinatos de civis acobertados pelos superiores hierárquicos (que talvez hoje possam ser comparados aos chamados “autos-de-resistência” constantes nos Boletins de Ocorrência) ou solicitação por melhores salários, faltavam para compor o quadro de arbítrio.

No Brasil, ainda segundo informações de Cerqueira e Lobão (2003), houveram somente duas experiências como tentativa de reforma da polícia. Uma em São Paulo, nas décadas de 1980, que procurava corrigir os graves problemas na segurança pública paulista diagnosticados como sendo consequência do aumento da corrupção, violência arbitrária e rebaixamento da eficiência policial.

A outra, foi no Rio de Janeiro, na década de 1990 que incorporava, além do treinamento e valorização profissional, uma reforma gerencial com o emprego intensivo da informática e o rígido controle quanto a desvios de conduta e corrupção policial. As tentativas se mostraram infrutíferas, posto que as consequências se configuram como atualmente, instituições degradadas e de comprovada ineficiência, com elementos que geram um sistema de segurança “precarizado”, tanto técnica quanto instrumentalmente, com profissionais despreparados, desmotivados e desvalorizados, socialmente e economicamente.

Isso posto, pode-se observar que o modelo de segurança pública desde seus primórdios manteve suas funções tradicionais no implemento de suas instituições. Acrescenta-se a isso, ao longo dos anos, a falta de mecanismos de controle administrativo e a fragmentação de poder de polícia¹⁸ alinhados à burocracia pública, gerando a total inoperância dessas instituições¹⁹, abrindo precedentes para os chamados desvios de conduta.

Nesse sentido, torna-se necessário apontar que o conceito de segurança pública posto nas discussões desde a reabertura democrática, na Assembleia Constituinte, caminharam entre duas concepções. A primeira centrada na ideia de combate, concebida como estratégia de guerra, de modo que medidas excepcionais se justificam, instaurando-se uma política de

¹⁸ Sobre isso, a Constituição Federal de 1988 prevê em capítulo específico (CAPÍTULO III e IV, Art. 144 e 144 A, respectivamente) definindo as atribuições dos órgãos de segurança pública, referenciando às seguintes modalidades de polícias, nas respectivas funções: a) a polícia ostensiva: prevenir e de reprimir de forma imediata a prática de delitos; b) a polícia de investigação: realiza investigação criminal; c) polícia judiciária: executar as diligências solicitadas por órgão judicial e ministerial; d) polícia de fronteiras, marítima, aeroportuária: visa o controle do fluxo de pessoas e de bens.

¹⁹ Para maiores informações, consultar dados do IPEA – Atlas da Violência no link: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

segurança de emergência e um direito penal do inimigo. A outra como uma prestação de serviço público sob a responsabilidade do Estado.

Desse modo, é de suma importância evidenciar quais as diretrizes estão colocadas na Constituição Federal Brasileira de 1988, acerca das políticas de segurança pública, que mesmo após o fim da Ditadura Civil-Militar, ainda são concebidas como estratégia de guerra, pois não se submetem ao programa democrático previsto constitucionalmente.

Considerando o Artigo 144 da CF/1988 que trata da segurança pública onde consta que devem ser mantidos e observados, em qualquer ação de policiamento e investigação, os princípios fundamentais – dos direitos humanos (a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança); e constitucionais (a república, a democracia, o estado de direito, a cidadania, a dignidade da pessoa humana) – portanto, deve se atentar aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, entendendo que seu principal papel institucional é promovê-lo, contudo, as práticas policiais não se submeteram ao programa democrático ora instituído.

Acrescento que a concepção democrática colocada nos programas e políticas da segurança pública, estimula a participação popular na gestão; valoriza arranjos participativos e incrementa a transparência das instituições policiais. Enfatiza-se que a polícia democrática não deveria discriminar; não deveria fazer distinções arbitrárias, respeitando os direitos individuais, independentemente de classe, etnia e orientação sexual.

Contrapondo esta concepção trago como exemplo os fatos ocorridos ainda na década de 90, com a recente retomada da democracia tão almejada pela população. Um desses exemplos foi a Chacina de Acari (assim conhecida devido ao fato de que a maioria das vítimas morava na Favela de Acari, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro) ocorrida em julho de 1990 quando homens encapuzados, identificados como policiais, assassinaram 11 jovens em sua maioria menores de idade, que estavam em um sítio em Magé (RJ). Até hoje seus corpos não foram encontrados.

Segundo as informações do blog Memórias da Democracia²⁰ esta chacina antecedeu outras tantas ocorridas na mesma década, tais como a Chacina da Candelária (RJ) em julho de 1993 com 8 jovens mortos, a Chacina de Vigário Geral (RJ) em agosto de 1993 com 21 jovens mortos, as Chacinas de Nova Brasília em outubro de 1994 com 13 jovens mortos e em maio de 1995 com mais 13 jovens mortos.

²⁰ Outras informações consultar: <http://www.memorialdademocracia.com.br/massacres-chacinas#>

Além disso, no mesmo período ocorreram os massacres na Penitenciária do Carandiru (SP) em agosto de 1993 contabilizando 111 mortos, o massacre de Corumbiara (RO) ocorrido em agosto de 1995 deixando 11 pessoas assassinadas e o massacre de Eldorado dos Carajás (PA) em abril de 1996 com 19 trabalhadores rurais assassinados.

Esta série de ações foram atribuídas a grupos de extermínio compostos por agentes da polícia militar que eclodiram na década dos anos 90, tornando esses casos famosos pela quantidade de mortos, revelando ainda mais a impunidade do estado brasileiro.

Esta impunidade foi lembrada em uma reportagem publicada no ano de 2019²¹ acerca da Chacina da Candelária. Na reportagem, foi relatado que houve um sobrevivente que após o fato, descreveu os homens que o atingiram com 4 tiros. Tempos depois voltou a ser alvo de novo atentado, sendo colocado no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas.

A partir da identificação e procedimentos investigativos, sete policiais militares foram indiciados, sendo que três deles foram inocentados, um foi morto no decorrer do processo e os demais considerados culpados com sentenças entre 20 até 300 anos de prisão. Contudo, antes de completarem o período mínimo de reclusão, foram soltos, inclusive um dos sentenciados está foragido, tendo cumprido somente 18 anos da pena dos 300 anos ao qual foi condenado.

Todos esses eventos demonstram que tanto os crimes ocorridos no período ditatorial quanto os cometidos no período democrático se entrecruzam, com diferentes nuances, mas com a mesma finalidade, o controle sobre os corpos sociais através da força destrutiva criada pelo Estado fazendo uso da violência como coerção, de modo que o resultado tem sido o mesmo, a reiterada impunidade.

1.3 Ano 2006: O massacre, o início do Movimento Mães de Maio e as mulheres/mães

*A minha alma tá armada e apontada
para a cara do sossego.
Pois paz sem voz, paz sem voz,
Não é paz, é medo! [...]*

(Música: Minha alma “A paz que eu não quero” – O Rappa)

²¹ Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-chacina-da-candelaria-uma-noite-de-brutalidade-no-rio-de-janeiro.phtml>. Acesso em 25/05/2021.

Foi no ano de 2012, por ocasião da semana de Serviço Social da Unifesp – Universidade Federal de São Paulo, que ouvi falar pela primeira vez sobre os Crimes de Maio de 2006. Em uma das mesas de debate, estava a fundadora do movimento social e mulher/mãe de uma das vítimas dos assassinatos ocorridos naquele período trágico, em todo o estado de São Paulo. Posteriormente, através do Programa de Educação Tutorial – PET Educação Popular, pude conhecer e entender melhor a história e alguns anos depois, construir com as mulheres/mães a pesquisa citada anteriormente, estabelecendo vínculos e me reconhecendo como militante do movimento, além de ativista pelos direitos humanos contra a violência de Estado.

Para contar esta história, farei uso do material publicado pelo Movimento Independente Mães de Maio²² que teve início no ano de 2006 e se assemelha com a história de outros movimentos, pois são os movimentos sociais que por meio de um conjunto de pessoas e de ações coletivas buscam um objetivo em comum. Esses movimentos veem na unidade, uma força plural de reivindicação mais ampla, fazendo com que seus representantes reconheçam essas demandas, transformando e implementando políticas públicas.

Assim, entende-se que eles surgem de uma iniciativa e motivação contidas, principalmente, nas diversas injustiças e desigualdades sociais, ou seja, quanto maior o cenário de desigualdade, maiores as chances do surgimento de diferentes movimentos sociais.

Para Gohn (1997) os movimentos sociais são:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (GOHN, 1997, p. 251).

Este movimento social surgiu da união das mulheres/mães que tiveram seus filhos/as assassinados após vários ataques de grupos de extermínio que vitimou cerca de 493 civis, em todo o estado de São Paulo, segundo as informações publicadas no primeiro livro lançado pelo movimento “Do Luto à luta!” no ano de 2011.

Os Crimes de Maio certamente foram o episódio mais emblemático deste contexto. Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, no estado de São Paulo, policiais e grupos paramilitares de extermínio promoveram um dos mais vergonhosos escândalos da história brasileira. Em uma cínica e mentirosa “onda de resposta” ao que se chamou

²² Nota da autora: Segundo a coordenadora e liderança do Movimento Mães de Maio, ele tornou-se *Independente* porque não se alia à ideologias partidárias específicas, mas em defesa dos Direitos Humanos. Todas as ações do movimento são desenvolvidas a partir de parceiras com outros coletivos, ONG's, e participação da sociedade civil.

na grande imprensa de “ataques do PCC”, foram assassinadas no mínimo 493 pessoas – que hoje constam entre mortas e desaparecidas. Há no período, considerando ocultações de cadáveres, falsificação de laudos e outros recursos utilizados por tais agentes públicos violentos. (p. 19)

Na ocasião desses ataques a justificativa dada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, segundo consta no relatório de pesquisa²³ foi de responsabilizar o PCC – Primeiro Comando da Capital²⁴ em retaliação pela transferência dos presos como tentativa de controle nas ações da organização. Essa versão foi reforçada pelo então secretário de Gestão Penitenciária Nagashi Furukawa que afirmou não ter dúvidas sobre a ligação com a organização comparando com uma outra rebelião ocorrida no ano de 2001 incluindo envolvimento de agentes penitenciários (AMADEO *et al*, 2018, p. 41).

No contexto da Baixada Santista, consta no mesmo relatório que foram apurados cerca de 60 casos para análise dos fatos ocorridos no período de 12 a 20 de maio de 2006. (Ibidem, p. 201). A partir disso, aconteceu a fundação do movimento na cidade de Santos, um dos 9 municípios que compõem a Baixada Santista, no litoral paulista. Na ocasião 3 mulheres, donas de casa e mulheres/mães de vítimas, lideradas por Débora Maria da Silva que havia perdido seu filho em um daqueles dias, iniciaram a incansável luta, encerrada no luto e na dor de ter perdido seus filhos naquilo que ficaria conhecido como o maior massacre de civis do período democrático brasileiro em todo o estado de São Paulo, em tão pouco tempo.

Nos anos que passou em busca de justiça, este Movimento ganhou notoriedade com a publicação de livros e relatórios, dando visibilidade aos crimes que vitimaram seus filhos, através de depoimentos em universidades e entrevistas para pesquisas de TCC's/Mestrados e Doutorados. Além disso, organizaram atos em praças públicas pronunciando palavras de ordem contra as inúmeras violações impetradas pela polícia militar nas periferias, concederam entrevistas em mídias alternativas, em comissões de Direitos Humanos nas Câmaras Municipais, Estaduais e no Congresso Nacional. Nesses eventos, as mulheres/mães e familiares das vítimas contaram e contam suas histórias de luta, chegando a denunciar esses crimes em órgãos e instituições que defendem os direitos humanos²⁵, a nível nacional e internacional.

²³ Trata-se do projeto de pesquisa realizado a partir da parceria entre o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF/UNIFESP e a Universidade de Oxford, com fomento do Fundo Newton em conjunto com o Movimento Independente Mães de Maio. A equipe foi composta pelas mães de vítimas e por pesquisadores (docentes e alunos de mestrado e graduação) dos campi: São Paulo; Guarulhos; São José dos Campos e Baixada Santista da Unifesp, coordenados pelo Prof. Dr. Javier Amadeo. Para mais informações sobre os resultados consultar o Relatório Final no link: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf

²⁴ Assim é como se autodenomina a organização criminosa atuante principalmente no Estado de São Paulo.

²⁵ A exemplo: O Movimento Independente Mães de Maio (representando mães de nove vítimas) apresentou em março de 2015 denúncia ao CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. (AMADEO *et al*, 2018, p. 92)

Essas ações tornam-se uma importante contribuição na articulação com outros movimentos, inspirando e ultrapassando as fronteiras em busca de apoio para somar na luta contra o terrorismo de Estado, que vem ano após ano aumentando assustadoramente.

Entre as comissões da verdade que investigaram os crimes cometidos na ditadura, empenhadas na luta contra as violações dos direitos humanos praticadas pelo Estado no período da ditadura civil-militar, surgiu a criação da Comissão da Verdade da Democracia como resultado da solicitação do Movimento Independente Mães de Maio, e também das ações de diversos movimentos sociais. A CVDMM foi criada em maio de 2014²⁶ como uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo com o objetivo de denunciarem os crimes que seguem ocorrendo no período democrático.

Na mesma linha, em dezembro de 2015 foi criada a Subcomissão da Verdade dos Tempos da Democracia – Mães de Acari (como ficou conhecido o Movimento iniciado pelas mães das vítimas da Chacina de Acari) vinculada à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Como resultado dessas articulações entre os vários movimentos, temos como exemplo além do Movimento das Mães de Acari (RJ)²⁷ e do Movimento Independente Mães de Maio (SP), a Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense (RJ), as Mães em Luto da Zona Leste (SP), as Mães de Curió (CE), as Mães de Manguinhos (RJ), as Mães de Maio do Cerrado (GO), as Mães do Xingu (MT), as Mães Mogianas (SP), a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (RJ), a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado do Espírito Santo, as Mães da Bahia, dentre tantas outras. Pode-se observar que num país de tantas chacinas cometidas por agentes de segurança pública, essa articulação se justifica através dos inúmeros movimentos criados em todo o território nacional.

As ações deste movimento avançaram e nos anos de 2016/2017/2018/2019²⁸ organizaram os Encontros de Mães e Familiares de Vítimas contra a Violência do Estado, a nível nacional. Além disso, são realizados encontros regionais e estaduais que trazem como objetivos principais a criação de espaços de debate para discutir ações e estratégias que possam intensificar suas reivindicações política e social, possibilitando que várias outras organizações e movimentos se unam às mulheres/mães para fortalecer a luta contra a violência do Estado.

²⁶ Como informou em entrevista concedida ao grupo de pesquisadores do CAAF/Unifesp – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP a Coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio – Débora Maria da Silva, afirma que esta comissão foi extinta em 2016, sem avanços, por forças políticas contrárias à sua criação.

²⁷ Como citado, este movimento nasceu no período democrático, anterior ao ano de 2006.

²⁸ Nota da autora: devido a atual conjuntura de pandemia, os encontros de 2020 e 2021 foram suspensos.

Nesses encontros, são sistematicamente redigidas cartas abertas, onde manifestam sua total indignação pelo modo que o sistema de justiça trata os jovens (seus filhos) moradores das periferias. Sobre isso, Alves (2017) contribui afirmando que:

Entender o legado do sistema da escravatura no Brasil, como constituinte do atual sistema penal pode se revelar importante meio para uma democratização da Justiça. [...] A igualdade formal preconizada pela Constituição Federal garante a todas as pessoas os direitos fundamentais e sociais de forma isonômica. Mas, o poder judiciário reconhecer a existência do racismo institucional é um passo fundamental, pois mesmo na igualdade formal, em que todos e todas são iguais perante a lei, existem mecanismos «invisíveis» de discriminação que fazem com que algumas pessoas sejam menos iguais ou menos humanas, ou não humanas. As práticas rotineiras de policiamento de comunidades predominantemente negras e o crescimento nas estatísticas prisionais [...], bem podem ser lidos como um diagnóstico da insidiosa persistência do racismo e da colonialidade da justiça criminal no Brasil contemporâneo. (ALVES, 2017, p. 117)

Esta afirmação reforça a luta dessas mulheres/mães contra o genocídio da juventude e do povo negro, pela desmilitarização ou democratização das polícias, pela retratação do Estado, contra toda manifestação de racismo ou xenofobia, contra todas as formas de opressão e de exploração.

Além disso, dentre as reivindicações principalmente por justiça e a punição dos autores dessas mortes, também são exigidos que o Estado cumpra o seu papel criando mecanismos de reparação para as famílias, como forma de reconhecer os crimes cometidos pelos excessos da polícia militar denunciando as autoridades como arbitrariamente violadora dos direitos humanos.

◇ ***Débora Maria da Silva – A mulher/mãe que fundou o Movimento Independente Mães de Maio***

Conforme exposto, não é possível falar do início do Movimento Independente Mães de Maio sem conhecer um pouco mais sobre a pessoa responsável pela sua fundação, principalmente porque perdeu seu filho para a violência de Estado e se trata de uma mulher/mãe, negra, trabalhadora, dona-de-casa e moradora da periferia de Santos/SP.

Conviver com Débora Maria da Silva é constatar os motivos que a transformaram em fonte de inspiração para muitas (centenas) mulheres. Desde que me aproximei do Movimento, e mais fortemente depois que construímos juntas o processo de pesquisa articulada entre o

Movimento e as Universidades – Unifesp e Oxford²⁹, é contagiante ser movida por sua franqueza e sua disposição em continuar enfrentando as adversidades que se interpõem no caminhar da luta, mesmo após 15 anos. Débora é inspiração por tudo que representa.

Partindo dessa proximidade e conhecendo sua história, sinto-me à vontade para incluir brevemente os motivos pelos quais são intensificadas essas sensações, no entanto, a intenção aqui é dialogar com a própria Débora no que diz respeito a sua história de vida. Para isso, trago elementos das nossas conversas e também dos fatos contatos por ela nos livros que foram produzidos pelo Movimento Independente Mães de Maio.

Em muitos relatos e entrevistas que Débora concedeu, afirma que nasceu em Pernambuco e sempre diz que carrega o sangue nordestino, com muita honra. Veio morar em Santos na zona noroeste da cidade ainda pequenina, e cresceu às voltas com a mesma cultura patriarcal de sua mãe paraibana e de seu pai pernambucano. Seu pai era muito rígido e foi por um longo período pastor evangélico da Igreja Batista. Débora, assim como inúmeras mulheres do seu tempo, foi educada para casar-se e ter filhos.

Segundo consta em uma publicação do próprio Movimento³⁰, Débora diz que estava com quase 17 anos quando conheceu um rapaz por quem se apaixonou perdidamente, e engravidou. Com ele teve 3 filhos, duas meninas e um menino e acrescenta que a vida não foi doce no período em que ficou casada, mas suportou tudo que pôde pelos filhos. Quanto a isso, relata que:

[...] Eu era menininha nova, muito leiga de tudo e eu conheci o pai dele na praia. Logo em seguida eu peguei gravidez. [...] foi uma gravidez muito sofrida, para mim, porque o pai dele era um homem muito mulherengo. É uma das piores partes da minha vida. [...] O pai gostava muito de ir às festas, todo sábado tinha uma Festa do Chopp no clube, e ele ia, voltava só de manhã. E eu estava com aquela barriga crescendo, eu tinha um ciúme dele mortal, eu gostava muito dele, mas ele não me dava muita audiência, porque ele já veio de um casamento [...]. Então ele já vinha de uma convivência [...]. Eu sofri muito. (SILVA, 2019, p. 57)

Sobre o filho Rogério³¹, relembra as fases enfrentadas durante a gravidez, e com certa angústia sobre os momentos do seu nascimento.

[...] fui operada às pressas porque ele (o Rogério) estava morrendo. O Rogério nasceu todo roxo. Mas eles fizeram uma cirurgia tão devastadora que eles me mutilaram – não sei se foi o desespero porque o Rogério estava morrendo, porque passou da hora de nascer, ou porque (depois a gente tem o conhecimento, já mais velha, do que os

²⁹ Para mais informações sobre os resultados consultar o Relatório Final no link: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf

³⁰ Referências retiradas do livro Memorial dos nossos filhos vivos: as vítimas invisíveis da democracia. Produzido pela editora Nós por Nós, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, lançado no ano de 2019. Disponível para venda através do Movimento Independente Mães de Maio.

³¹ O filho de Débora Maria da Silva é Edson Rogério Silva dos Santos, vítima dos crimes ocorridos em maio de 2006. Foi assassinado no dia 15 por grupos de extermínio e na ocasião tinha 29 anos, residia na cidade de Santos/SP e trabalhava como gari. (AMADEO *et al*, 2018, p. 134).

médicos fazem com as mulheres negras). Eles fazem as negras sentirem dor...Ao invés deles cortarem certinho na minha barriga, fizeram pior que um corte de autópsia. Aos 17 anos eu sofri essa violência, eu fiquei com trauma até hoje. [...] eles me operaram a sangue frio. [...] Eu desmaiei. Eu gritava que estava com dor e o médico falava para mim que eu não estava com dor, que a anestesia me deixava sem sentir da barriga para baixo, mas o médico sabia que eu estava sentindo. Quando eu falei que não estava aguentando mais, eu desmaiei, [...]. (Ibidem, p. 58)

Afirma que o marido sempre foi muito distante, e que por isso ela sempre desempenhou o papel de pai e mãe dos filhos. Afirma que Rogério foi mimado, tanto pela família quanto por ela mesmo, mas enfatiza que durante a curta vida do filho, ele sempre foi atencioso e educado, e desde pequeno demonstrava uma grande inteligência em comparação às outras crianças da mesma idade. Tinha grande aproximação com os avós, e a fé esteve muito presente em sua vida. Mãe e filho tinham uma enorme cumplicidade e Débora fala sempre com carinho sobre os momentos vividos com ele.

Em muitas das histórias que conta sobre seu filho, Débora sorri quando se lembra de como Rogério adorava “pipas”. Ela diz que ele era viciado em empinar pipas na rua, isso desde pequeno. Rogério foi motivo de orgulho para a mãe, não tinha vícios e depois de adulto, trabalhava com afinco pois acreditava que somente assim conseguiria sair do aluguel e ter sua casa própria, principalmente depois que conheceu uma moça e com ela teve um filho.

Por ocasião dos fatos ocorridos naquela semana do mês de maio de 2006, Débora relata que dias antes da morte de seu filho, eles passaram ótimos momentos juntos, porque no mesmo dia que comemoravam o Dia das Mães, também foi seu aniversário e estar em companhia da família (filhos e netos) a deixaram imensamente feliz. Memórias que levará para sempre, mesmo não conseguindo mais comemorar ambas as datas.

Sabendo que estavam acontecendo os ataques e os assassinatos, Débora conta que o clima geral era de muita apreensão e após receber o aviso de um familiar que trabalhava na PM, de que as pessoas de “bem” deveriam ficar em casa, se tornou mais angustiante tentar entrar em contato com o filho, sem resposta. Só se acalmou um pouco quando o filho chegou em sua porta, conversaram brevemente e ele se foi a caminho de casa.

Contudo, afirma que naquela noite não conseguiu dormir e lembra que no dia seguinte, ela ouviu a notícia de sua morte pelo rádio através de um programa policial que costumava acompanhar diariamente.

Enlouqueci. Parecia que o mundo tinha desabado em cima de mim. Não acreditava, mas logo veio a confirmação.

Sofri muito, mas muito mesmo. Imagine uma mãe receber a notícia da morte de seu filho pelo rádio! Passei alguns dias sem comer, sem dormir, tentava uma explicação: por que fizeram isso? Aconteceu. Era um trabalhador.

Durante 40 dias eu vegetei, acabei me hospitalizando, mais ou menos por 10 dias. Foi quando eu senti ele dizer: Mãe, se levanta! Seja forte! (Do luto à Luta, p. 25)

Diante disso, Débora inspirada por uma forte decisão deu início à peregrinação acompanhada por mais duas mães, em busca de outras mães que perderam seus filhos naqueles dias sangrentos. Relatou que ninguém queria saber da dor que as mães sentiam, nem delegacias, nem Ministério Público, ninguém.

Foi assim que Débora, resoluta, deu início ao Movimento Independente Mães de Maio e nos primeiros anos, reuniu as mães de vítimas da Baixada Santista, moradoras da cidade de Santos e São Vicente/SP.

Como uma das fundadoras e coordenadora do Movimento, buscou junto às outras mães, reivindicar o andamento das investigações, organizou atos simbólicos para relembrar os crimes ocorridos em maio de 2006, iniciou junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo um processo coletivo, que gerou uma denúncia na CIDH – com pedidos de reparação às mães e familiares das vítimas e solicitação de transferência de competência do Estado de São Paulo para a justiça federal ou a “federalização” dos crimes.

Débora, sempre atuante denunciou os crimes em palestras nas universidades e outras instituições, deu apoio as mulheres/mães que tiveram seus filhos assassinados nos anos seguintes, porque a violência do Estado não parou, pelo contrário, permanece crescente nos dias atuais.

Além disso, articulou contato com mulheres/mães de outros estados e cidades pelo Brasil afora, e também fora do país, com mães e familiares da Colômbia, do Chile, do México, dos E.U.A, etc. Está presente em discussões sobre a violência de estado em várias instâncias, municipal, estadual e federal. Sentou-se com procuradores, defensores, pesquisadores, movimentos sociais de outros segmentos, sempre buscando respostas e justiça para os crimes ocorridos desde 2006.

Sua constante e persistente luta fica expressa em suas palavras e ações, no entanto, sua maior preocupação tem sido em relação ao adoecimento das mulheres/mães e a injustiça social pelas quais essas mulheres/mães e familiares de vítimas dos crimes impetrados pelo Estado, estão expostas.

Essas pautas e outras tantas que surgiram na caminhada do Movimento fundado por Débora leva como bandeira a busca pela transformação da sociedade contra o racismo, o fascismo, a xenofobia, a misoginia. Luta pela igualdade e a favor dos direitos humanos, pela memória, verdade e justiça, contra a violência coerciva que o Estado reiteradamente implementa nas periferias de todo país, através da polícia militar.

De acordo com sua afirmação, Débora diz que:

As Mães de Maio, vamos seguir exigindo do Estado o direito à memória, à verdade, a justiça e à liberdade! Como já fizeram tantas guerreiras e guerreiros na época da ditadura e em outros períodos históricos, a quem sempre temos sido solidárias. Nós também vamos lutar por este direito, de ontem e de hoje. Nunca terei medo da morte. Jamais irei recuar. Nunca deixarei de lutar por um país completamente livre, onde todos os pobres e negros sejam respeitados, tenham dignidade, igualdade e justiça! (Do luto à luta, p. 26).

Suas palavras ainda hoje, demonstram a mesma determinação que outrora a fizeram levantar daquela cama de hospital. Ao ser indagada sobre a luta nos 15 anos do Movimento que fundou, responde que “*Não se deve romantizar a luta*” e complementa:

[...] Tem horas que eu penso que o meu corpo já não aguenta mais. [...] eu acredito que enquanto eu tiver forças, eu vou lutar pelos meninos, para continuarem vivos. Porque lutando para os meninos continuarem vivos, eu estou lutando pelos meus netos, [...] eu quero deixar um mundo melhor para eles e um exemplo que seja multiplicador e eles tenham orgulho [...]. Que eles tenham um país melhor. Se tivesse um levante de todas essas mães que tiveram seus filhos assassinados, dos familiares, o Brasil não era mais um país genocida. (Memorial dos nossos filhos vivos, p. 68).

Essas são palavras ditas por uma mulher/mãe que durante a caminhada, muito aprendeu, mas muito ensinou e nos ensina. Ao pronunciá-las, acrescenta: “*Nós, Mães de Maio vamos parir um novo Brasil, porque a nossa luta vem do útero!*”.

1.4 O papel do Movimento nos anos posteriores (2012, 2014 e 2015)

Como já dito, a partir dos crimes³² ocorridos na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)³³, nasceu o Movimento Independente Mães de Maio pela iniciativa de Débora Maria da Silva que unida a outras duas mulheres/mães partiram em busca de outras mães e familiares de vítimas com a intenção de reivindicar justiça pelo assassinato de seus filhos.

³² Segundo o Relatório foram apurados os casos ocorridos na região da Baixada Santista, e na pesquisa foram utilizados os dados de 60 casos. Para maiores informações consultar: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf

³³ A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) compreende 9 municípios: Santos; Cubatão; Bertioga; Guarujá; São Vicente; Praia Grande; Mongaguá; Itanhaém e Peruíbe.

Na luta iniciada, essas mulheres/mães movidas pela perda, lançaram mão de suas próprias vidas e do estar entre seus familiares – esquecendo-se de si mesmas – para cobrar do Estado a responsabilização pelos crimes ocorridos em maio de 2006 e em anos posteriores³⁴.

Assim, entre as tantas ações implementadas, o movimento formalizou anos após sua fundação, em 13 de março de 2015, uma Denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Brasil, por violação da Convenção de Direitos Humanos, através do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Ainda, segundo o relatório citado, algumas das reivindicações apresentadas na denúncia têm por base as recomendações feitas pela CNV como medidas compensatórias aos familiares das vítimas da ditadura civil-militar: a) - *Obrigações de investigar e punir*; b) - *Reparação dos danos materiais e imateriais*; c) - *Reparação do dano moral*; d) - *Reabilitação*, e) - *Garantia de não repetição*. Após quinze anos dos fatos ocorridos no estado de São Paulo, a luta das mulheres/mães e familiares segue consolidando essas reivindicações, mobilizando a organização de grupos³⁵ e unificando a pauta contra a violência perpetuada pelo Estado brasileiro ainda no período democrático.

Mesmo com a persistência da luta no decorrer dos anos, sem nenhuma resposta efetiva da parte do Estado, pelo contrário, os diversos questionamentos sobre a violência de Estado no Brasil, continuamente intensificado com aumento assustador ano após ano, as mulheres/mães passaram a desenvolver um papel importante junto à outras mulheres/mães, que criminalizadas seguem enfrentando a negação do acesso às medidas compensatórias.

Diante de tanto descaso, essas mulheres/mães permanecem impulsionadas, corajosamente, acolhendo outras mulheres/mães, denunciando os crimes que vitimaram seus filhos em várias instâncias, a nível nacional e internacional, percorrendo uma trajetória de busca obstinada por respostas. A partir disso outras mulheres/mães, assim como Débora, tornaram-se uma fonte de inspiração para outros segmentos das lutas sociais, sendo símbolo nacional da luta pelo fim da violência policial, contra a criminalização e o genocídio da juventude pobre e preta em todo o país.

³⁴ A partir dos dados apresentados na pesquisa *Violência de Estado no Brasil: uma análise dos crimes de maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição* – conforme link do Relatório na nota anterior – constam como casos dos anos posteriores que integram a luta do Movimento Independente Mães de Maio: ano de 2007 que vitimou Rogério Monteiro Ferreira; ano de 2012 que vitimou José Rodrigo de Pina Junior; ano de 2013 que vitimou Ricardo Ferreira Gama (trabalhador terceirizado da Unifesp – campus Baixada Santista) e ano de 2015 que vitimou Emerson dos Santos da Silva.

³⁵ Como por exemplo o movimento das Mães de Acari que iniciou a luta em 1990 e das Mães da Candelária em 1993, ambos no Rio de Janeiro, dentre outros em todo o país.

A demonstração de acolhimento está presente em situações diversas, tanto no momento em que, continuamente, outras vítimas são feitas pelas forças repressivas do Estado, quanto nas demandas mais delicadas, por exemplo, o oferecimento de escuta, auxílio às demandas de ordem social³⁶, espaço de fala, orientação e encaminhamentos aos órgãos de competência judiciária, etc.

A exemplo disso, após o ano de 2006 com o início do Movimento, este acolhimento se deu também em outros fatos ocorridos na cidade de Santos e região, mas intensificou-se nas articulações com outros movimentos ao longo da caminhada, inclusive a níveis nacional e internacional.

Vale ressaltar que para essas mulheres/mães, é de grande significado sentirem-se acolhidas por outras mulheres/mães que as oriente e que as escute de um modo especial, justamente porque são movidas pelo mesmo sentimento que as demais, o vazio da ausência que o tempo e as injustiças não conseguem aplacar.

Neste estudo, para colaborar com as afirmações feitas até aqui, além das narrativas das mulheres/mães contidas nos livros publicados pelo movimento, foram convidadas as mulheres/mães e familiares das vítimas e suas narrativas farão parte da discussão ao longo do texto.

1.5 Quem são essas mulheres/mães: o que vivem e como vivem após os crimes

◇ Caso de 2006 – Verinha e Lucimara

Conheci Vera Lúcia Gonzaga dos Santos ou Verinha, quando me aproximei do Movimento Independente Mães de Maio, por ocasião do trabalho conjunto entre o grupo de pesquisadores do CAAF/Unifesp e o grupo de mulheres/mães do movimento na pesquisa³⁷ sobre os crimes de maio de 2006.

³⁶ Nota da autora: As demandas de ordem social que se faz referência, nesse momento conjuntural, trata principalmente de buscar atender as mulheres/mães que se viram expostas às necessidades básicas, sem nenhum tipo de auxílio durante a pandemia, como por exemplo, buscar parcerias para o fornecimento de cestas básicas, auxílio financeiro para pagamento de contas, compra de gás de cozinha, etc.

³⁷ Trata-se do projeto de pesquisa realizado a partir da parceria entre o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF/UNIFESP e a Universidade de Oxford, com fomento do Fundo Newton em conjunto com o Movimento Independente Mães de Maio. A equipe foi composta pelas mães de vítimas e por pesquisadores (docentes e alunos de mestrado e graduação) dos campi: São Paulo; Guarulhos; São José dos Campos e Baixada Santista da Unifesp, coordenados pelo Prof. Dr. Javier Amadeo. Para mais informações sobre os resultados consultar o Relatório Final no link: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf

Verinha foi uma das mulheres/mães que após a morte de sua filha, fundou junto com Débora e outras quatro mulheres/mães o Movimento Independente Mães de Maio. Ela fez parte do movimento por 12 anos, participando de todas as ações, inclusive, muito colaborou com a pesquisa citada, até seu falecimento em 03 de maio de 2018 antes que fosse divulgado o relatório final da pesquisa.

No relatório, conforme os dados obtidos, consta que foi no dia 15 de maio de 2006, durante a semana dos ataques dos encapuzados na cidade de Santos, que ocorreram os assassinatos de Ana Paula Gonzaga dos Santos – mulher, 20 anos e grávida de 9 meses – e seu companheiro Eddy Joey de Oliveira Lavesaris com 22 anos. O casal deixou uma filha, na época com 2 anos, que ficou sob a responsabilidade da avó, e posteriormente, a tia Lucimara assumiu os cuidados da menina até os dias de hoje.

Neste trabalho, serão utilizadas as narrativas de Verinha que foram publicadas, mas considerando nossa aproximação e sua ausência, convidei sua filha mais velha Lucimara para contar sua história de vida e também sobre as consequências que a morte de sua irmã causou no âmbito familiar.

No contato que tive com Verinha, ela sempre demonstrou ser uma mulher simples, risonha e muito observadora. Entre as tantas trocas que tivemos, uma passagem em especial me marcou muito. Foi quando estivemos no lançamento do projeto de pesquisa e Verinha, pedindo a fala, afirmou: *“O Estado matou minha filha, minha neta e meu genro me obrigando a conviver com isso, mas como eu posso dizer para meus outros filhos que o Estado também matou a mãe deles?”*³⁸

Em suas narrativas Verinha contou que teve uma gravidez tumultuada, e sua filha ao nascer de sete meses ficou internada por quatro meses por conta de problemas cardíacos. Mesmo assim, contou que Ana Paula teve uma infância normal, sempre cercada de muitos amigos. Quando indagada sobre a morte da filha, Verinha disse:

Não, nunca imaginei que ia enterrar um filho. Não a enterrei quando nasceu. Não fiz um aborto que os médicos queriam, porque era gravidez de risco, poderia morrer eu e ela. Pra vim quatro ‘abençoados’ e fazer o que eles fizeram com uma mulher grávida? E depois queriam jogar a culpa no tráfico. [...] porque iriam matar se ela não devia nada e era amiga de todo mundo? (Vera Lúcia dos Santos, Memorial dos nossos filhos vivos, 2019, p. 24)³⁹.

³⁸ Por ocasião do lançamento do Projeto de Pesquisa Violência de Estado no Brasil: uma análise dos crimes de maio de 2006, foi realizado um evento no British Consulate General – Consulado Britânico em São Paulo.

³⁹ Livro “Memorial dos nossos filhos vivos: as vítimas invisíveis da democracia”. Produzido pela editora Nós por Nós, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, lançado no ano de 2019. Disponível para venda através do Movimento Independente Mães de Maio. Contato: debi1977@gmail.com

No destaque, percebe-se que inconformada com o descaso que as autoridades dispensaram aos crimes ocorridos naquele período, Verinha tomou para si a responsabilidade nas investigações e fazendo parte do movimento que alcançou destaque após as denúncias feitas, como resultado, Verinha em 2008 foi presa e acusada de traficar drogas⁴⁰.

No relato de Verinha dez anos depois, afirmou que:

Antes de tudo isso acontecer comigo, eu acreditava na Justiça. Achava que só iam para a cadeia pessoas que eram culpadas de algum crime. Por isso me senti humilhada com a prisão. Sabia que um monte de gente ia achar que eu era culpada. Precisei conviver com isso, mesmo sem dever nada a ninguém. (Vera Lúcia dos Santos, *Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006*, 2016, p. 75).

Em memória à sua luta por justiça e pelas contribuições que deu ao Movimento, em outra narrativa publicada no ano de 2019, posterior ao seu falecimento, Verinha disse:

[...] a gente não quer vingança, a gente quer justiça. Mas a justiça não vem para nós! Se a gente afirmar que quem matou nossos filhos foi policial, ou a gente morre, ou a gente vai presa, como aconteceu comigo e com outra mãe. Fiquei 3 anos e 2 meses presa. Ninguém pagou por isso. Eu que paguei por isso. (Vera Lúcia dos Santos, *Memorial dos nossos filhos vivos*, 2019, p. 26).

Nessa fala, Verinha nitidamente expõe a situação que viveu como um desabafo. Um desabafo que demonstra toda a dor que sentia, pois, além de ter perdido sua filha, criada com todo amor e cuidado possíveis, ainda foi culpabilizada pela sua morte. Como justificativa, Verinha ouviu das autoridades que sua filha morreu porque pertencia ao tráfico, e depois, foi presa como traficante numa tentativa torpe e intimidatória de calar-se e calar as outras mulheres/mães que já estavam na luta.

Verinha falava muito pouco de si mesma, de como vivia ou como se sentia, mas nas poucas ocasiões afirmava que teve uma vida difícil (como todas as mulheres/mães trabalhadoras). Casou-se cedo e teve quatro filhos, duas mulheres e dois homens e dizia que seu marido e companheiro foi uma das melhores pessoas que conheceu.

Sua vida com ele seguiu bem até que ele adoeceu, ficando acamado por 10 anos. Verinha contou que de sua parte, se empenhou em oferecer todos os cuidados necessários a ele, durante aquele período, mas infelizmente ele não resistiu à doença e faleceu.

⁴⁰ Em entrevista concedida por Verinha e publicada no livro “Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006” publicado pelo Movimento através da Editora Nós por Nós em 2016, produzido pela Ponte Jornalismo e organizado por André Caramante, consta a referência sobre o fato que deu origem à sua prisão.

Na narrativa que a filha Lucimara concedeu, relata que na época a família residia em Curitiba/PR e como a doença do pai estava se agravando, sua mãe decidiu retornar para Santos/SP. Sobre esta passagem Lucimara conta que:

Com o falecimento do meu pai, a gente passou algumas crises bem graves na minha família. Os meus irmãos começaram a sair, perderam totalmente o juízo com muita coisa e eles culpavam o tempo inteiro a minha mãe, porque meu pai não estava mais presente. [...] e a minha mãe [...] sempre tentou de todas as formas, de um jeito ou outro, fazer papel do pai e a mãe nesse meio tempo que meu pai faleceu. (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

Com essas palavras, Lucimara colabora com o que sua mãe declarou, quando disse que a vida não foi fácil. Afirma que após o falecimento do pai, já estava casada e com um filho pequeno. Disse que veio residir em Santos para ajudar a mãe com os cuidados na manutenção dos trabalhos domésticos, e depois precisou auxiliar financeiramente trabalhando fora.

Porque quando meu pai faleceu, [...] Eu que tive que cuidar da minha mãe, cuidar dos meus irmãos, era eu que trabalhava para poder ajudar dentro de casa... a minha irmã era nova, não trabalhava, meus irmãos sem juízo nenhum, e aí, quem ajudava minha mãe era eu o tempo inteiro. (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

Na ocasião da morte da irmã grávida e do cunhado, Lucimara disse que tudo piorou muito, porque a mãe, lá mesmo no hospital quando recebeu a confirmação, desmaiou e quando voltou a si repetia “*não deixa fazerem isso comigo*”. E complementa: “Foi ali que eu percebi o quanto ela ia - a partir daquele momento, sofrer - porque ela falava o tempo inteiro: “*eu demorei tantos anos pra fazer ‘ela’ virar uma mulher e agora vão fazer isso comigo*”. (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

A partir daquele dia, Lucimara afirma que mesmo recebendo todo o apoio da família e amigos para manter-se de pé, a mãe jamais foi a mesma.

[...] minha mãe nunca foi de demonstrar sentimento, abraçar, beijar, falar que amava, mas ela fazia de outras formas. Sempre estava ali ajudando os filhos da melhor forma. A gente falava “mãe, é isso, isso e isso” Ela dizia: “não, vem pra cá”, “ah, mãe, tá difícil, estou pagando aluguel, muito caro, e “tô passando por isso”, “ah, vem morar comigo”. De certa forma, ela mostrava o jeito de amar dela, de um jeito diferente, mas a gente entendia. E depois que minha irmã faleceu, ela parou com tudo isso. Às vezes, ela ficava assim, pra dentro de casa sentada, com o cigarro dela na mão, o copinho de café dela parado, a gente via ela olhando pro nada e virava e mexia, ela falava “quando será que isso tudo vai acabar?”. Sempre. (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

Lucimara relembra que nos dias seguintes após o velório, estavam cuidando das documentações para assumirem a tutela da sobrinha (filha da irmã assassinada) quando Verinha

chegou em casa com um olhar diferente dizendo que conheceu a Débora. Contou que a partir dali, Verinha passou a fazer parte do Movimento de Mães, com o incentivo da família.

Ela só falava assim pra mim: “agora a gente vai conseguir provar e vai conseguir fazer com que eles paguem o que eles fizeram”. Porque a gente já sabia quem era, só que quem somos nós? E aí conseguimos fazer com que, de certa forma, ela criasse vida, porque a gente ficava aqui: “Mãe, vai! Vai mesmo, vai na reunião, vai lá! Vai ficar com a Débora, vai se reunir! Vai ficar com outras pessoas!” (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

Na opinião de Lucimara, estar no Movimento fez muito bem para sua mãe. Percebia que ela se sentia forte para lutar, mas só nos primeiros anos, antes de ser acusada injustamente e ficar presa por quase quatro anos. Sobre este fato, Lucimara relembra tristemente que ao mesmo tempo que a mãe foi presa ela também foi presa por dois anos.

Em decorrência da prisão de ambas, a denúncia sobre os assassinatos de sua irmã e do marido não seguiu adiante, porque as duas pessoas que poderiam entrar com o processo na justiça eram elas (mãe ou irmã), o que não ocorreu.

Verinha, após cumprir a pena retomou as atividades junto ao Movimento e nos anos seguintes participou ativamente. Nas palavras de Lucimara, naqueles anos:

[...] ela saía de casa, ela ia fazer as coisas dela, ela ia pra guerra dela, ela ia pras lutas dela... Só que quando ela voltava pra casa, a gente sentia, que ela fez tudo aquilo, mas ela ‘tava’ tentando dar força para as pessoas, numa coisa que nem ela sentia força. Sabe? Ela dizia assim: “Ah, de certa forma a gente tá ajudando. De certa forma, a gente tá mostrando para todo mundo o que as pessoas fazem, o que esses caras são capazes de fazer. Eles acham justo tirar as pessoas que amamos, eles acham justo tirar a vida de um filho.” Só que no fundo, no fundo, o tempo inteiro, infelizmente, a minha mãe, ela morreu junto com a minha irmã. No dia que a gente enterrou minha irmã, a gente enterrou a metade da minha mãe. Eu vi. (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

Reforçando as palavras de Lucimara, destaca-se uma passagem que Verinha em sua narrativa, disse:

[...] Em 10 anos, nada aconteceu. A nossa luta tá. Por ela, por ele, pela minha neta, não posso fazer mais nada... Mas a gente ainda tenta manter esses outros adolescentes vivos. Acho que cada um deles que a gente vê na televisão é um filho nosso que tá indo de novo. É uma mãe que vai passar por todo esse estágio novamente. É uma mãe que vai estampar camiseta, é uma mãe que vai chorar o filho. (Vera Lúcia dos Santos, Memorial dos nossos filhos vivos, 2019, p. 26).

Em complemento a isso, em outra passagem ela afirmou:

Cadê nossos governantes? Cadê nossas autoridades? Tem autoridades sim! Se eu entrar num mercado e roubar uma lata de leite [...], eu ia presa! Como fui sem dever. [...] Então, a justiça é pra nós. Porque pro grupo de extermínio, pro estado, isso é uma vergonha! Quantos adolescentes por ano que são mortos pela mão da polícia? [...]

Então onde eu digo: tudo que foi feito com esses meninos, a gente não vê justiça não! [...] Então tem mães aí morrendo de câncer, de depressão. Mães que andam travadas, dopadas de remédios, por saber que o filho foi assassinado e nada foi feito. [...] Entra um presidente, sai outro, entra um vereador, sai outro, entra um prefeito sai outro e o grupo de extermínio continua no mesmo lugar. Agindo, nos mesmos lugares que agiram lá em 2006.

[...] E a partir do momento que a pessoa usa um manto de impunidade, ele pode fazer o que quiser. [...] Agora a gente tá com fé na denúncia que foi feita lá fora, para a OEA⁴¹. Que o nosso país sofra uma sentença, pra eles aprenderem a não matar filho dos outros. Que filho de juiz, deputado, esses filhos não morrem. Por que só os nossos? Por que só os de baixa renda? Por que só os negros?

Então a gente pode perder a esperança. [...] Dez anos se passaram, nunca foi investigado, nunca sequer passou um investigador procurando saber, ouvir... Quem perdeu fomos nós, que perdemos nossos filhos! E, ninguém perdeu emprego, ninguém perdeu serviço, ninguém perdeu farda, ninguém perdeu nada. Quem perdeu fomos nós! (Vera Lúcia dos Santos, Memorial dos nossos filhos vivos, 2019, p. 26-27).

Verinha não falava muito, mas as palavras que nos deixou demonstram o que pensava sobre a violenta perda de sua filha, neta e genro. Por ocasião de sua morte, cogitou-se que ela havia se suicidado, contudo, nada pôde comprovar essa suspeita. O que se sabe com certeza é que pela sua trajetória de vida e pelas palavras registradas nos depoimentos que concedeu, o que se evidencia era seu sofrimento, assim como todo ressentimento pelas injustiças que vivenciou. Essas palavras trazem a certeza de que Verinha estava adoecida e, por fim, sucumbiu imersa na dor e angústia que sofreu pela perda das pessoas que amava.

Para Lucimara, restou a saudade da irmã e da mãe. Hoje, é mãe de dois filhos e mãe da sobrinha que criou. Afirma que tudo fez para manter a família unida após a morte da mãe, mas lamenta não conseguir acolher os irmãos.

[...] Porque depois disso, tudo piorou. As coisas ficaram fora de controle durante um bom tempo, e aí, eu procuro forças todos os dias em continuar criando meus filhos. Por isso... todo mundo me vê sorrir, todo mundo me vê brincar, todo mundo me vê sempre alegre... ninguém me vê reclamar, ninguém me vê falar, [...] de todo meu coração, eu só não desisti de tudo ainda, porque eu não quero que meus filhos sintam o mesmo.

É muito complicado. Minha mãe faleceu, eu fiquei dias, eu não dormia, não comia, não conseguia falar com ninguém, assim, eu não conseguia explicar o que estava acontecendo, não conseguia explicar o que eu estava sentindo. (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

Quando Lucimara contou sua trajetória de vida, faziam dois anos que sua mãe havia falecido e ao ser indagada sobre seus sentimentos, disse que desde então,

[...] todos os dias...eu sou obrigada a criar um novo motivo, uma nova razão pra levantar no outro dia. Todos os dias, eu tenho que ser forte. Eu tenho que acordar. Eu

⁴¹ Como citado anteriormente, trata-se da denúncia feita pelo Movimento Independente Mães de Maio na CIDH contra o Estado brasileiro através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

tenho. Antes de dormir, eu peço pra Deus: “Deus, eu sei que com todos os meus pensamentos, eu não sou uma pessoa que sou a mais merecida de ter vida, mas eu preciso acordar amanhã”. Quero fazer diferente. Eu quero mudar. Quero que os filhos tenham motivos para ser feliz. Eu quero que eles tenham motivos pra ter vida, pra ter uma profissão, pra ter uma família... Por que como eles vão querer ter uma família, vendo tudo que aconteceu com a família deles lá atrás? Eu morro de medo por tudo, por eles. (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

Com todas as questões colocadas, Lucimara segue sua vida ao lado dos filhos. Para ela, é inevitável tentar protegê-los, para que não passem pelas mesmas experiências que ela teve, e diz que:

Eu lembro das coisas que aconteceram na minha vida e eu sinto muita vontade de chorar, eu sinto muita vontade de correr e nunca mais parar. Tem dias que eu não tenho vontade de voltar pra minha casa. Tem dias que eu saio daqui, sem vontade de voltar. Não pelos meus filhos, mas por todo peso do que eu já vivi. Não tem sido fácil. (Lucimara, narrativa concedida em 2020, online).

Complementa dizendo que *“Pra chegar aqui hoje, eu sou muito grata a Deus, porque eu consegui superar obstáculos que eu achei que eu nunca fosse capaz, em todos os aspectos”*.

◇ **Caso 2012 – Helena e Margarete**

Conheci Helena e sua irmã Margarete no início da pesquisa sobre os crimes de maio de 2006, porque ambas fazem parte do grupo de mulheres/mães do Movimento Independente Mães de Maio. Helena, é uma mulher/mãe que foi acolhida pelo movimento. Relatou que após o assassinato de seu filho, conheceu Verinha e foi acolhida pelo Movimento *“Foi onde ela levou a Débora para conversar comigo. Ela (Débora) levou todo mundo que ela conhecia. Foi reportagem, levou várias pessoas que me ajudaram na época, me confortaram [...] as mães que já estavam na luta”*⁴².

Sobre o crime que vitimou seu filho, na reportagem de um jornal⁴³ em circulação, foi no dia 07 de outubro de 2012 que ocorreram os ataques na cidade de Santos, incluindo o assassinato de um policial. Era um dia de eleições e nesses ataques uma das vítimas foi Rodrigo de Pina Júnior – jovem negro de 25 anos, o filho caçula de Helena Pina – mulher/mãe negra e trabalhadora. Essa reportagem trata os ataques como sendo um só, mas ao contrário, os assassinatos de civis só ocorreram após a morte do policial, conforme Helena relatou para a pesquisa sobre os crimes de maio.

⁴² Citação retirada do livro “Memorial dos nossos filhos vivos” (p. 140) publicado no ano de 2019 pela Editora Nós por Nós com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

⁴³ Para ver a reportagem completa, consultar em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2012/10/seis-pessoas-sao-assassinadas-no-domingo-de-eleicoes-em-santos.html>

[...] momentos antes já estavam acontecendo coisas erradas, que a gente sabia, de policiais de grupos de extermínio que andavam no lugar, matavam, e era tipo assim, quando acontecia o fato de morrer algum policial, ninguém ficava na rua, ninguém mesmo, ele então, nem pensar [...] tinha muita gente na rua, criança, mãe com bebê, foi pânico, e quem pôde correr, correu [...] pegaram meu filho pelas costas, ele caiu, dizem que ele ainda citou o nome da pessoa [...]. (AMADEO et al, 2018, p. 212)

Na narrativa de Helena, ela conta que viveu a vida inteira em Santos, quase sempre no mesmo bairro onde ocorreu o assassinato de seu filho. Casou-se e teve três filhos, duas mulheres e um homem. Rodrigo nasceu quando sua filha mais nova tinha treze anos e por isso, seu filho sempre foi muito querido pelas irmãs, pela família toda. Helena adoeceu após a perda de seu filho, e sua saúde piorou muito quando soube o nome do suspeito pelo crime.

Conforme relata:

[...] Infelizmente, o conheci atualmente, o que me quebrou. [...] E foi muito difícil pra mim. Até então eu era uma mulher saudável, que participava de todos os eventos... Era eu e a família, meu filho, meu marido, que hoje também se tornou um trapo. Eu caí pra me tratar no NAPS (Núcleo de Assistência Psicossocial) e o meu marido caiu na bebida. [...] hoje eu não vivo, eu sobrevivo. Não tenho vontade de nada na vida..., minhas filhas, minhas netas me cobram isso, mas não tenho vontade de nada. (Helena Pina, Memorial dos nossos filhos vivos, 2019, p. 135)

Com o adoecimento de Helena, busquei a colaboração de sua irmã Margarete – pela sua proximidade e cuidados com Helena e também porque desde o fato, ambas compõem o movimento social – para falar sobre suas trajetórias de vida e as consequências causadas em sua vida e de toda a família após o fato.

Ao contrário de Helena que se apresenta timidamente, carregando no olhar uma sombra constante de tristeza, sua irmã Margarete é risonha e jovial. Quando a convidei para participar dessa pesquisa e falar sobre sua trajetória de vida, prontamente se dispôs.

Margarete conta que nasceram em Santos/SP, filhas de uma família de negros e da classe média. Justifica dizendo que considerava serem de classe média porque o pai era trabalhador da estiva, no Porto de Santos/SP desde os anos de 1949, quando a profissão de Estivador permitia viverem em um padrão mais alto, com muito conforto. No total, a família tem seis irmãos e irmãs, e todos se casaram, formando suas próprias famílias. Afirma que depois de casada, foi morar em São Paulo, mas mesmo um pouco distante, ela e Helena sempre foram muito apegadas uma na outra, sempre eram as duas e ainda é.

Margarete teve um casal de filhos e disse que depois de oitos anos, separou-se do marido e retornou para a casa do pai em Santos. Relata que sempre trabalhou fora de casa e seu pai ajudou muito, mas que não parou de trabalhar porque sua vida sempre foi para trabalhar e criar os filhos com conforto. Alguns anos depois, reatou o casamento e ficou viúva recentemente.

Sobre a irmã Helena, relembra que ela sempre foi da classe média, porque o marido trabalhava nas docas como Estivador e Helena sempre foi do lar, nunca precisou trabalhar fora de casa. Tinha uma vida muito confortável, residindo durante anos no mesmo bairro da Vila Mathias, mas na ocasião que o filho foi assassinado ela estava morando no Gonzaga.⁴⁴

Margarete se emociona ao falar sobre o dia que o sobrinho foi morto. Disse que foi até o local onde aconteceu o ataque de encapuzados e relata que:

[...] eu sei que eu desmaiei, aí depois, fui até o local, mas de longe, não cheguei perto, só vi o corpo dele ali... que eu tenho na minha mente até hoje o corpo dele ali. E esse foi o fatídico dia. Desse dia em diante, só te falo uma coisa... morreu ele, morreu a mãe dele, todos nós morremos um pouquinho ali, todos nós morremos um pouquinho naquele dia. (Margarete. Narrativa concedida em 2020, online).

Para Margarete, depois desse dia a família ficou transtornada. Afirma que a irmã daquele momento até os dias de hoje, não voltou a viver. Conforme declarou:

[...] com três pra quatro meses depois do falecimento dele, de tudo que aconteceu, ninguém chamou a gente em Distrito, ninguém fez nada, ninguém procurou... como se nada tivesse acontecido. Eu, meu cunhado e Helena que foi no Distrito, depois de 15 dias... a Helena falou alguma coisa lá que eu não lembro, que não estava... Resumo, foi arquivado, crime de autoria desconhecida, e isso deu. Aí a Helena começou a definhar, definhar... em 3 meses, ela perdeu os dentes, a cabeça dela embranqueceu, ela chegou a pesar 45kg. Hoje ela vive a base de remédio, remédio pra dormir, remédio pra acordar... remédio para ansiedade, remédio pra não sei o quê... tudo calmante tarja preta. Ela não vive. (Margarete. Narrativa concedida em 2020, online).

Complementa dizendo que a família da irmã foi destroçada. O marido de Helena demonstra ser forte, mas que *“várias vezes já viram ele chorando, ele chora pros amigos, [...] ele é frequente no cemitério, mesmo sem ninguém saber, caladinho, quietinho... não demonstra, isso aí é o modo dele querer ser, transparecer ser forte, mas no fundo, a gente sabe que não é.”* Já as filhas casadas e com seus filhos (netos de Helena) seguem a vida. Contudo, ressalta que a sobrinha (filha mais nova de Helena) desenvolveu distúrbio alimentar e a outra sobrinha (filha mais velha de Helena) passou a viver pela casa e pelos filhos. Disse que desde que o irmão dela morreu, ela desenvolveu um processo de superproteção dos filhos, nada mais existe, somente os cuidados da casa e dos filhos.

⁴⁴ Nota da Autora: O bairro da Vila Mathias é tradicional na cidade de Santos, construído próximo ao centro da cidade. Hoje tem muitas casas antigas, construídas para os trabalhadores do porto no entorno da área portuária, no início do século 19. O bairro do Gonzaga é considerado hoje, um dos melhores bairros da cidade, cercado de muitos comércios e prédios de apartamentos para a classe média santista.

Continua dizendo que a aproximação delas junto ao Movimento deu forças para continuar. Que o apoio das mulheres/mães foi essencial para elas. Afirma que hoje a irmã está um pouco melhor.

[...] ela já tá melhorando, agora tá aceitando... aceitando não, porque nunca, vai morrer sem aceitar o que aconteceu. Mas ela já está mais participativa com os filhos, com os netos, já vai em aniversário deles. Natal e Ano Novo não conte com ela, ela nunca mais fez nada dentro da casa dela. Natal ela se isola, e não vê ninguém, e o Ano Novo, ainda vai pra casa da filha, participa, tudo, mas Natal não. Natal, ela prefere se isolar [...]. (Margarete. Narrativa concedida em 2020, online).

Para Margarete ver a irmã melhorar é um grande passo. Acredita que o tempo ameniza um pouco, mas acrescenta que mesmo assim *“Fica o buraco, sempre, a gente vê que tá faltando alguma coisa. Sempre tá faltando aquilo, fica um vão, um buraco...”*. De qualquer modo, a vida de ambas seguiu o curso, e com muita fé *“[...] a gente tem fé nos orixás, fé em Deus, primeiramente Deus. E eu acho que ameniza bastante sim, ameniza sim [...]”*.

Com esta afirmação, Margarete complementa dizendo que continuarão lutando, porque a luta é um meio de mantê-las vivas, mesmo que seja difícil e revoltante encarar a impunidade, continuarão lutando.

◇ **Caso 2012 – Adriana**

Meu contato com Adriana se deu através de interesses em comum a partir da nossa profissão de assistentes sociais, em um evento que ocorreu na universidade. Nos aproximamos e por conta da minha atividade como pesquisadora junto ao Movimento Mães de Maio, acredito que Adriana se sentiu à vontade para relatar sua triste experiência com a violência policial.

Disse que sua filha havia sido vítima de ataques de encapuzados na cidade de São Vicente/SP, conforme apurado através da reportagem⁴⁵ publicada na ocasião pelo jornal Folha de São Paulo.

Na reportagem, consta que as cidades de Santos e São Vicente sofreram naqueles dias, uma série de assassinatos em retaliação pela morte de um soldado da polícia militar. O caso que envolveu o ataque à filha de Adriana ocorreu no dia 12 de abril de 2012, mas a reportagem aponta que entre abril de 2010 e abril de 2012 mais vítimas foram feitas por policiais que

⁴⁵ Para ver a reportagem completa, consultar em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/04/1075328-homicidios-deixam-santos-e-sao-vicente-em-estado-de-alerta.shtml>

participavam em grupos de extermínio. Durante o período, foram feitas mais de 23 vítimas, todas em retaliação pela morte de policiais.

Assim, convidei Adriana para falar sobre sua experiência de vida. Em sua narrativa, Adriana relata que seus pais migraram da região de Ribeirão Preto/SP para Santos/SP e alguns anos mais tarde, se fixaram em São Vicente/SP. Sua família é composta por ela e mais quatro irmãos, sendo que ela é gêmea com outra irmã. Disse que seus pais se separaram quando ela tinha oito anos, e a família também se separou. Ela e a irmã foram com a mãe de volta para o interior. Contou que moraram cerca de quatro anos em casa de tias. Relembra que aquele período foi muito difícil, porque foram marginalizadas por serem filhas de mulher separada.

Quando tinha doze anos, sua mãe retornou para São Vicente e um ano depois ela começou a trabalhar em um programa da cidade, que oferecia oportunidade de trabalho para menores aprendizes. Relata que sempre trabalhou e que conheceu um rapaz comprometido quando tinha dezessete anos e engravidou. Disse que teve muita vergonha de estar grávida, que recebeu todo o apoio da mãe, mas foi muito julgada pela família, porque se recusou a dizer o nome do rapaz. Os planos e sonhos que tinha foram adiados.

Depois que sua filha nasceu Adriana continuou trabalhando. Após certo tempo precisou de ajuda e foi pedir ao pai da criança, que se recusou a contribuir com a manutenção da vida da filha. Durante muito tempo, Adriana só trabalhou, não se permitindo ter outro relacionamento.

Sua filha completou seis anos quando Adriana conheceu um rapaz e começou a namorar sério. Namoraram por dois anos e passaram a viver juntos, indo residir em Florianópolis/SC. Disse que a vida com ele foi bem complicada, e depois de oito anos juntos se separaram e ela, retornou para São Vicente com a filha quase adolescente, e grávida do segundo filho.

Minha filha não aceitou a mudança de cidade, e sendo uma menina de natureza muito forte, começou a causar problemas na escola. Mesmo sendo uma mãe muito rígida, ela com dezesseis anos se apaixonou e quis casar com o rapaz. Alguns meses depois, descobriu que estava grávida de dois meses, foi quando ocorreu o ataque.

No dia do fato, felizmente foi socorrida a tempo e sobreviveu, no entanto, sofreu um aborto um mês depois. Adriana afirma que nunca denunciou o crime, porque sofreram ameaças e por medo de retaliações, não buscou cobrar investigações.

Chegando na minha casa, ela passou por todo o processo de curativo, tudo, eu fui cuidando. Só que a gente tinha muito medo. E a gente não teve respaldo nenhum. Nenhum. No hospital, a gente teve um problema muito sério com a imprensa. A imprensa queria muito o depoimento dela e eles perturbaram. Só que época, eu estava realmente com muito medo. [...] Mas de qualquer forma, a gente não teve nenhum tipo de respaldo. Ninguém procurou a gente. Não tinham como achar. E o único

vínculo que eu tinha, a partir dali, era a Delegacia do 5º DP, que eu vivia indo lá dar depoimento e ela dizia que viu uma moto de tal jeito, não falava mais do que isso. Tinha muitíssimo medo, na delegacia a gente era tratado muito mal e tudo que a minha filha tinha que ir fazer, eu tive que ir junto porque ela era menor de idade [...]. (Adriana, Narrativa concedida em 01/06/2020, online)

Após a situação vivenciada por Adriana e sua filha, ela afirma que a filha ficou muito revoltada e se envolveu com companhias “erradas” até completar a maioridade e acabar sendo presa. Para Adriana é muito difícil entender o motivo que levou a filha a seguir um caminho tão diferente e complicado.

Eu busquei preservar a minha saúde mental. Me arrependo, às vezes, porque eu não acho que eu lutei por ela o suficiente. Mesmo na questão do ataque, quando a gente se calou, ela se calou por minha causa. Ela queria meter a boca no mundo. Só que eu tenho muito medo da perseguição policial, eu tinha muito medo. E ela não tinha medo. Só que parecia que ela não tinha nada a perder. Hoje ela tem uma bala alojada na espinha, ela não engravida. Tenta engravidar de tudo que é jeito e não engravida. A gente sabe que tem alguma coisa com a perda do bebê. E a gente tá indo e ela vai vivendo [...]. (Adriana, Narrativa concedida em 01/06/2020, online)

Adriana fala com muito carinho sobre a filha e lamenta o que ocorreu. Disse que hoje a filha tem vinte e quatro anos, mas não se sente motivada a transformar sua vida para melhor. Complementa dizendo que sempre que a filha a procura – porque fica por vários meses sem dar notícias – ela faz o que pode para ajudar.

◇ **Caso 2014 – Rute e Camila**

Pela minha atuação no Movimento Independente Mães de maio, no ano de 2018 fui convidada a acompanhar as mulheres/mães do movimento de Santos/SP ao III Encontro Nacional de Mães de Familiares de Vítimas da Violência de Estado realizado no mês de maio em Salvador/BA. Foi lá que tive conhecimento da história de Davi Fiúza, através da mulher/mãe Rute Fiúza que já fazia parte da Rede Nacional de Mães e fundava, naquele ano, o Movimento Mães de Maio da Bahia.

O caso de Davi foi noticiado em todos os jornais, por ocasião de seu desaparecimento e segundo consta na reportagem publicada através de entrevista concedida por Rute, foi no dia 24 de outubro de 2014, por volta das 7h:30 da manhã que testemunhas viram um jovem negro, encapuzado, com pés e mãos amarradas, ser colocado no porta malas de um carro, junto à viaturas da polícia. Desde então, Davi que tinha na época 16 anos, nunca mais foi visto.

Este episódio aconteceu na Comunidade Vila Verde, no bairro de São Cristóvão área periférica de Salvador/BA. Ainda, segundo consta na reportagem, a abordagem de Davi decorria de uma operação da PETO (Pelotão Tático Operacional) e da 49ª CIPM (Companhia Independente da Polícia Militar) envolvendo policiais que estavam participando de um curso de nivelamento para soldados.

Desde o desaparecimento do jovem Davi que Rute vem lutando para que os responsáveis sejam identificados e que se faça justiça. Como ela mesmo diz na reportagem citada, não perde a esperança de localizar o corpo de seu filho:

Essa parte é a mais difícil, porque eu fico imaginando que tudo bem que a matéria já não sente mais dor, a matéria se desfaz, mas nós temos um... isso já está arraigado em nós, a gente enterrar os mortos, fazer um funeral, o último momento, terreno, que você tem com aquela pessoa; eu não pude fazer isso com o Davi, então, eu não tive luto. Claro que vai ter um momento na minha vida que já pensei em simbolicamente fazer um funeral dele, já pensei, até para que eu tenha tranquilidade, mas o que me aflige mais é eu não ter feito o funeral. (Rute Fiúza, mãe de Davi Fiúza. Por: Cassiano Ricardo Martinez Bovo. Justificando - Jornal online. Publicação de 24 de outubro de 2019)⁴⁶.

No mesmo período que conheci Rute, conheci sua filha mais velha, Camilla e a convidei para contribuir com sua narrativa de vida para este estudo. Camilla conta que quando criança não teve contato com o pai biológico, e quando a mãe se casou, o padrasto a registrou no mesmo nome dos irmãos, que eram então, quatro meninas e um menino. Camilla conta sempre residiram em um bairro da periferia de Salvador/BA, e na época que seu irmão desapareceu estava estudando jornalismo na Universidade Federal da Bahia.

Depois do ocorrido, Camilla disse que a família ficou desesperada e passaram a buscar por notícias do menino Davi, cotidianamente.

[...] Porque imagine, eu ficava sentindo esse medo, essa angústia [...] E foi muito duro, foi uma coisa... eu não sei explicar, porque na época, eu só senti um vazio estranho. Não conseguia entender porque estava acontecendo aquilo, o que tinham feito com ele, pra onde tinham levado e fui em uma delegacia, fui em outra delegacia, eu lembro que minha mãe chegou até a ir no módulo policial, e enfim, se sentiu mal lá [...] E acontece que eu fiquei bastante tempo, não só eu, todo mundo. Eu, minhas irmãs, minha mãe, todo mundo procurando, meu pai, enfim... Minha mãe, principalmente, sofrendo, protestando... Minha mãe fez um protesto em frente da Secretaria de Segurança Pública [...] (Camilla, narrativa concedida em /2020, online).

⁴⁶ Veja reportagem completa em: <https://www.justificando.com/2019/10/24/24-de-outubro-davi-fiúza-mais-um-desaparecido/> e também <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39440276>.

Para ambas, Rute e Camilla resta a angústia de não saber quais os reais motivos que levaram ao desaparecimento de seu filho e irmão, pior ainda é não ter feito um funeral digno, conforme as convenções religiosas. Como disse Camilla em sua narrativa:

Então...foi muito chocante, tudo aquilo foi muito perturbador. E passava noites sem dormir. Isso me afetou muito, afetou muito a gente...e minha saúde mental mesmo, nunca mais ficou como era antes. Eu senti que eu fiquei um pouco perturbada com tudo aquilo. Porque o desaparecimento, você não fecha um ciclo. Você não tem aquela simbologia. Aquele ato simbólico de enterrar o seu ente querido e dizer “acabou por aqui”. O desaparecimento é como se fosse algo sem resposta. Então, você ter um irmão, você amar o seu irmão, você sentir muito afeto, enfim, você ter esse sentimento por ele, você nutrir esse sentimento e não ter oportunidade de se despedir... não só de se despedir, mas de enterrar o seu corpo, é como se ele ainda estivesse por aqui. É como se ele tivesse do seu lado, mas você não pode abraçar ele, mas você sabe que nunca vai ver, você nunca vai poder fazer algo. (Camilla, narrativa concedida em /2020, online).

Camilla quando indagada sobre as consequências mais sentidas pela família após o desaparecimento do menino Davi, ela afirma sobre si mesma que:

Eu acabei sendo diagnosticada com transtorno do pânico, com ansiedade generalizada, com transtorno bipolar, várias coisas que eu não tinha antes, que eu nunca tive, sabe? Até a capacidade de escrever. De tudo, de tudo, de você se concentrar... fazer mínimas coisas que as pessoas fazem no dia a dia... para mim tornaram maçantes. Eu engordei 20 kg, não tenho vontade nenhuma de viver, de sair, de olhar o sol, então, assim, fico trancada em casa o dia inteiro, com medo. (Camilla, narrativa concedida em /2020, online).

Sobre Rute, Camilla diz que vê a mãe como uma heroína porque não sabe de onde a mãe tira forças para continuar. Sempre teve uma imagem da mãe como sendo muito inteligente e tranquila. Sobre a saúde da mãe, Camilla relata *“Minha mãe passou por um processo de adoecimento sim, os médicos até disseram que ela estava com síndrome do pânico, só que ela não aceitou esse diagnóstico...”* Para Camilla, a mãe não aceitou esse diagnóstico porque não quer deixar de lutar por justiça, e para ela, tomar medicamentos seria como amortecer a dor e a saudade que sente do filho. E complementa, acho que *“pra ela é como se fosse demonstrar uma fraqueza, mas eu fico muito preocupada, porque sei que não é isso”*.

◇ **Caso 2015 – Jucélia**

Tive contato com Jucélia ou July – como carinhosamente a chamamos – através do Movimento Independente Mães de Maio. July foi acolhida pelo movimento desde que seu filho, Emerson dos Santos da Silva, conhecido como Mercinho, foi assassinado por policiais militares

em uma operação policial realizada no dia 05 de setembro de 2015, na área periférica do bairro Perequê, localizado na cidade do Guarujá, litoral de São Paulo.

Segundo informações publicadas no blog Frequência Caiçara (Mídia Livre)⁴⁷, a Polícia Militar declarou que o jovem foi alvejado porque trocou tiros com os policiais e que foram encontradas drogas com o rapaz. Esta versão não foi confirmada por testemunhas que afirmam que os policiais forjaram essas alegações.

Em contribuição na discussão deste trabalho, convidei July para falar sobre sua trajetória de vida e quais os rebatimentos ocasionados após sua irreparável perda, considerando que para a mulher/mãe July, muitas perguntas ficaram e permanecem sem resposta. Por exemplo, quando é indagada sobre aquele dia, afirma desalentada que foi o resgate que levou o corpo do filho, no entanto, testemunhas afirmam que seu filho foi colocado dentro de um saco preto.

Para July, além do assassinato do filho que por si já se torna inexplicável, isso é uma das questões que a acompanham desde o dia do fato, conforme ela mesmo indaga: *“Eu me pergunto: se ele estava morto, porque o resgate que levou? Acho que quem teria que levar era a funerária né? E se ele estava vivo, porque pôs ele dentro desse saco preto?”*⁴⁸

July é uma mulher que fala pouco e muito observa. Na sua narrativa, disse que é nascida em Salvador/BA e filha de pais separados por conta de desavenças políticas. July diz que após a separação dos pais, a princípio ela e os irmãos ficaram com a mãe. Lembra que *“[...] A minha mãe era muito nova na época, não tinha condições, financeiras de criar a gente e naquela época, mãe solteira não tinha valor. [...] Minha mãe, quer dizer, se tornou a ovelha negra da família. Separada, com filhos [...]”*. Por conta disso e por não ter condições financeiras a mãe a deixou na casa de parentes e a partir dali July foi passando de casa em casa de parentes até que quando completou doze anos, entrou em contato com a família do pai que residia em Sergipe e eles foram busca-la em Salvador.

Aos dezesseis anos encontrou o endereço do pai e entrou em contato com ele. Diz que ele enviou uma passagem e ela veio morar com ele no Guarujá em São Paulo. Com o tempo, July relata que tinha muitas brigas com seu pai, até que conheceu um rapaz e engravidou. Passaram a viver juntos como marido e mulher, e com ele July teve quatro filhos, três rapazes e uma moça.

⁴⁷ Disponível em: <http://ontonrtv.blogspot.com/2016/11/um-ano-e-dois-meses-da-morte-de-emerson.html>

⁴⁸ Citação retirada do livro “Memorial dos nossos filhos vivos” (p. 77) elaborado pelo Movimento Independente Mães de Maio e publicado no ano de 2019 pela Editora Nós por Nós com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Com o passar dos anos, o casamento não dava certo e July acabou se separando do marido, na época o filho mais velho (Mercinho) estava com doze anos. Após a separação, July disse que adquiriu um terreno no bairro do Perequê (onde reside ainda hoje), construiu sua casa e ali criou seus os filhos. Comenta que algum tempo depois reatou o casamento, pensando nos filhos ainda adolescentes, mas que não deu certo mesmo.

[...] eu comecei a reagir [...], eles já estavam grandes, já sabiam que não dava mais pra separar, já entendiam as coisas, aí comecei a reagir, comecei a trabalhar... Quando chegava em casa, ele falava que eu estava com macho, ia atrás de mim no serviço, fazia escândalo, eu perdia o emprego... Comecei a estudar, ele ia no colégio, fazia escândalo... Tudo isso eu passei. Todas essas coisas eu passei. Eu largava o emprego com vergonha, parei de estudar por vergonha também, de ele ir lá e fazer essas vergonhas. Mas mesmo assim, eu não desisti, eu reagi. (July, narrativa concedida em /2020, online).

Os filhos cresceram e cada um seguiu sua vida. Sobre Mercinho, conta que ele foi pai muito cedo, tinha dezessete anos, mas que nunca se casou. Morou com ela até o dia que foi assassinado. Lembra com muita emoção que eram muito próximos.

[...] ele se jogava na cama... ele dormia comigo, era o único. Ele era diferente em tudo. Eu costumo falar que ele era diferente... Era o “mais” em tudo. Era o que mais... a gente brigava, a gente discutia, era o que mais me contava as aventuras dele... Ele não me escondia nada, nada. Ele não tinha segredo comigo. Ele gostava de me exibir, [...]. (July, narrativa concedida em /2020, online).

Para July, após a morte de seu filho a vida não fazia mais sentido. Afirma que não dormia mais e só chorava, até que conheceu Débora e a partir desse dia, passou a acompanhar as ações do movimento de mães.

[...] eu entrei no movimento. Me ajudou bastante, muito mesmo. [...] abaixo de Deus, foi as Mães, foi o movimento que me pôs de pé. Porque eu não queria saber de nada, só queria dormir. Eu não tinha ânimo pra nada, só dormir. Eu dormia que eu perdia a noção do tempo, não sabia quando era sábado, quando era domingo... Aí me incentivaram a procurar uma psicóloga, procurei. (July, narrativa concedida em /2020, online).

Ao ser indagada sobre o acompanhamento psicológico, ela relata que:

Foi através do movimento que eu fui procurar psicóloga. Daí ela falou assim: “Realmente, eu não tenho nada para te falar. Você tem toda razão, eu não fui formada pra isso, eu não aprendi isso. Eu não aprendi. Você tem toda razão. Mas a única coisa que eu vou te falar, não sei se vai servir pra alguma coisa, mas é só o que eu tenho para te falar” e serviu. Aí eu falei do movimento, ela falou que era pra eu continuar, que estava me fazendo bem. Ela falou assim, que era pra eu procurar fazer algo que eu gostaria de ter feito e nunca fiz. Primeiro ela falou que era pra eu procurar Deus. “Procure Deus. Você acredita em Deus?”, eu respondi, “Claro”. Ela disse: “Então continue acreditando”, e falou pra eu continuar no movimento. “Tá se sentindo bem, tá te fazendo bem?” Eu falei “tá”, ela disse “então continue”. (July, narrativa concedida em /2020, online).

July complementa dizendo que tem seguido a vida, participando das atividades do movimento, que no momento estão interrompidas por conta da pandemia, mas que os conselhos da psicóloga a ajudaram muito. Disse ter feito um curso de teatro e que isso também contribuiu bastante.

[...] eu sou obrigada a ser forte. Sou obrigada. Aí eu tenho que sempre estar me movimentando, procurando fazer alguma coisa... porque se não tiver nada pra fazer, eu desabo. [...] Deus tem me dado força. Primeiro Deus, segundo o movimento. Justiça da Terra, eu não espero. Eu não espero ser desarquivado, eu não espero nada, nada, nada. Sinceramente, eu não espero nada. (July, narrativa concedida em /2020, online).

July permanece trabalhando e tem se dedicado a causas sociais neste período conturbado que todo o mundo atravessa.

Como exposto, da aproximação com as mulheres/mães e o contato com suas histórias, surgiram muitas inquietações em relação à suas condições, não somente pelo “sofrimento” expresso nas várias ocasiões em que nos reunimos, mas também pelas perguntas sem respostas, pela criminalização que sofreram e sofrem, pela vulnerabilidade social e pela frequente referência discriminatória quando as mulheres/mães buscam ser tratadas com os mesmos direitos dispensados aos homens.

No Brasil, isso se evidenciou no tratamento dispensado às mulheres vítimas da violência no período ditatorial e intensificou-se no período democrático. Assim, partindo de perguntas como: Porque nós mulheres/mães suportamos toda sorte de imposições sociais? Porque as mulheres/mães ainda hoje são submetidas à submissão e ao jugo masculino? A exemplo das mulheres/mães citadas aqui, porque ao terem partido em busca de justiça pela morte violenta de seus filhos, são reiteradamente chamadas de “loucas”⁴⁹ ou criminalizadas pela luta em busca

⁴⁹ Nota da autora: Em explicação a esta referência cito o artigo intitulado “*De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado*” nele a autora faz um comparativo sobre as lutas das Madres de la Plaza de Mayo da Argentina e as Mães de Maio no Brasil. Em um trecho sobre as Madres da Argentina afirma que “Chamaram a atenção de jornalistas, a quem o governo continuava a responder que aquelas eram mulheres transtornadas, mães loucas [...]” (p. 132) Em outro trecho sobre as Mães de Maio no Brasil diz que “E ela saiu, como louca, à procura das outras mães que tinham perdido seus filhos também” (p. 139). Compreende-se que esta referência foi dada justamente porque as mulheres/mães que ousaram se insurgir e lutar por justiça contra o Estado que violentamente lhes tirou os filhos, assim foram classificadas pelos governantes e pela sociedade. GONÇALVES, Renata. O artigo foi publicado no ano de 2012 na Revista Lutas Sociais, São Paulo.

de respostas para os crimes que vitimaram seus filhos? Todas essas questões me fizeram refletir sobre o que está colocado sobre as mulheres/mães no contexto social e subjetivo.

Assim, para compreender como se dão essas relações foi necessário buscar referências teóricas sobre as concepções e implicações acerca da figura feminina em nossa sociedade.

CAPÍTULO 2 – CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES A RESPEITO DA FIGURA DA MULHER/MÃE

*Abafaram nossa voz,
mas se esqueceram de que não estamos sós [...]*
Essa vai pra você que sentiu aí no peito
O quanto é essencial ter no mínimo respeito
Essa dor é secular e em algum momento a de curar
Diga sim para o fim de uma era irracional, patriarcal.

(Música: Pra todas as mulheres – Mariana Nolasco)

2.1 Mulher/Mãe e a Religião

Conhecer as histórias dessas mulheres/mães – que se entrecruzam com as histórias de tantas outras de mulheres –, e considerando as conquistas alcançadas pelas mulheres/mães com o passar do tempo, torna-se importante resgatar onde se estabeleceu a condição feminina como colocada ainda hoje em nossa sociedade.

Segundo Nogueira (2011, p. 125) esta condição tem demonstrado uma tensão constante (fundamental e contraditória) sobre as relações sociais, porque esta se dá através da *intencionalidade do convencimento contemplado nas diversas dimensões* como por exemplo, a religião. Por sua vez, sendo considerada uma das posições secundárias que supõe a práxis interativa e intersubjetiva, acaba desempenhando um papel importante quando interfere diretamente nessas relações através “*da arte, da política, da ética, etc.*”, de tal modo que impõe regras de conduta para dominação da mulher, correspondendo aos anseios da burguesia.

Ainda para Nogueira (2004) a dominação da mulher já se verificava nos séculos precedentes à Era Cristã a partir da divisão social do trabalho, pois “tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela manutenção da subsistência, cujos campos incluíam a alimentação e a higiene de homens e crianças”. (MENICUCCI, 1999, p. 59 apud NOGUEIRA, 2004, p. 04).

Entretanto, a autora alerta que somente a partir do século III (d.C) é que as mulheres passaram a ser recenseadas, levantando uma reflexão acerca das imagens literárias das mulheres a partir de então, já que naquele período as mulheres e escravos não eram considerados cidadãos, somente o homem livre tinha o status de pertencer à *pólis*⁵⁰.

⁵⁰ A *pólis* surge com o desenvolvimento da civilização grega e corresponde às diversas Cidades-Estado que se formaram no território grego instituindo diferentes formas de organização política. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-formacao-polis-grega.htm> Acesso: 15/09/19.

A autora reforça que Marx e Engels explicam perfeitamente essa divisão social⁵¹ do trabalho quando permitem compreender que essa divisão está presente no surgimento da família, gerando a divisão sexual⁵² do trabalho entre as funções femininas e masculinas. Além disso, enfatiza que o conflito entre homem e mulher se espelha na família monogâmica, em consequência da opressão masculina presente no espaço doméstico sob o domínio patriarcal.

O contexto expresso pela autora trata da imagem atribuída à mulher e da sua condição, construída historicamente em nossa sociedade a partir da religião e sua interferência nas relações sociais, inclusive no que tange ao papel de domínio exercido pelo Estado através de seus aparelhos ideológicos.

Oportunamente abro um parêntese para discorrer sobre o conteúdo de um pequeno artigo que chamou a atenção, porque trata da relação entre as imagens arquetípicas das mulheres na perspectiva católica/cristã⁵³ e considerar o debate posto atualmente a respeito do conservadorismo existente frente às opressões, principalmente aquele voltado ao gênero feminino e outras questões que permeiam a condição da mulher na sociedade.

Isso posto, nos faz pensar que estamos no século XXI e há muito que se discute as conquistas da mulher a partir da divisão sexual do trabalho, contudo, não é concebível considerar que a mulher conseguiu garantir a mesma liberdade e autonomia conferida aos homens, já que vende sua força produtiva por menores salários, é submetida a cargos inferiores, à jornadas triplas de trabalho, conciliando o ser mãe, dona de casa e provedora do lar. Sem citar outras tantas questões, como por exemplo: o direito ao próprio corpo e de decidir sobre o aborto (que ainda é considerado crime e tabu), e também sobre o índice crescente de violência contra a mulher (número de mortes absurdo) que só têm aumentado.

Ainda hoje, avaliar essa condição sob a ótica religiosa requer um certo cuidado já que existe um dito popular afirmando que “*religião não se discute*”, entretanto, a mulher ainda é

⁵¹ [...] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos: ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade [...] (MARX e ENGELS, 1977:46 apud NOGUEIRA, 2004:04).

⁵² [...] A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre homem e mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia: e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia [...] iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até os nossos dias, no qual o progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. [...] (ENGELS, 1980:70-71 apud NOGUEIRA, 2004:05).

⁵³ Nota da autora: Não é a intenção questionar a fé dessas mulheres/mães, mas a abordagem por esta via deixa margem para explicar os modos de ser, pensar e agir das mulheres influenciadas pela religião católica/cristã que trata desde os seus fundamentos em alinhar-se ao poder do Estado.

mantida sob o jugo do patriarcado com base na moral cristã, em conformidade com os modos de produção e reprodução capitalista, mesmo após a chamada “*emancipação*”⁵⁴ a partir da inserção no mundo do trabalho assalariado.

Diante disso, se torna premente aprofundar essa discussão, tendo em vista os interesses que estão presentes ao longo dos séculos e que seguem fortemente, a ditar regras de conduta para as mulheres/mães. Afinal, ser mulher/mãe é mesmo padecer no paraíso?

Nesse sentido, concorda-se quando Marx afirmou que a “*religião é o ópio do povo*” e basicamente se caracteriza por manter as massas anestesiadas pelas falsas promessas de felicidade construídas no regime capitalista. Para Gramsci (1978) a religião enquanto unidade de fé está entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a ela, portanto, podendo ser chamada de ideologia.

Dessa forma, a religião vista como uma ideologia, vem sendo ao longo dos anos utilizada de maneira a alimentar o espírito das pessoas, ideológica e politicamente, através de uma herança cultural, transmitida pelo domínio ocidental pelo poder da fé. Esse modo de fazer, aponta maneiras de realização de sonhos e de desejos, como algo a compensar as injustiças e violências causadas pelo próprio regime, que só produz e reproduz desigualdades.

Muito embora, nos dias atuais, a finalidade dogmática seja o de manter os meios encontrados para a dominação da mulher onde um certo estado de coisas possa corroborar com o modo de produção e reprodução do capital, é inegável que isso se dá através da crença religiosa onde as mulheres/mães são incentivadas à submissão e controle dos homens, sendo estimuladas e educadas desde a tenra idade a obedecerem determinadas regras e adotar comportamentos diferentes dos permitidos a eles.

A busca por explicar como foi construído este modo de dominação e quais os motivos que permeiam sua permanência é que se toma como ponto de partida, a religião judaico-cristã, não conforme está descrita na Bíblia Sagrada católica romana, mas a partir do que não está escrito. Trata-se de estudos da história e da psicologia a respeito das imagens arquetípicas femininas relacionadas à Eva e Maria (a mãe de Jesus) citadas nos escritos bíblicos católicos e uma outra mulher, que não aparece nesses escritos, chamada Lilith tida como mito na religião judaica.

⁵⁴ *Grifo da autora.* Sobre o conceito de emancipação não se pretende o aprofundamento, tampouco problematizar essa questão, já que existem vários autores que versam sobre o assunto.

No artigo⁵⁵ consultado, o que chama a atenção – pela coerência e reflexão suscitada – é a explicação sobre os motivos de manterem nos escritos a história de Eva e de Maria, escondendo a história de Lilith.

Consta na bíblia que os principais arquétipos femininos são o de Eva que aparece como a mulher que trouxe o pecado para a humanidade e o de Maria, a mulher que trouxe aquele que salvaria a humanidade do pecado, mas nela não aparece Lilith, concebida como a primeira esposa de Adão, nascida do barro como ele.

Na história de Lilith, contam que ela entrou em conflito com seu marido e com seu criador, contestando sua posição de inferioridade. Ao rebelar-se em busca de igualdade escolheu não se submeter, partindo para o exílio, sendo transformada em demônio. Para compensar a tristeza de Adão, o criador esperou que este adormecesse e a partir de sua costela, criou Eva, a mulher que saiu do homem – dependente e submissa – sendo conhecida oficialmente como a primeira esposa de Adão, a mãe da humanidade.

Após a criação de Eva, a Bíblia revela que ela foi tentada pela serpente a desobedecer a ordem de não comer o fruto proibido, que lhe daria o poder de conhecer o bem e o mal. Entretanto, ela decide comê-lo e dividir com seu marido, ao que imediatamente foram castigados. Segundo o artigo, nesta passagem fica explícito a proposta de subserviência imposta à condição feminina, tanto ao marido quanto ao Ser onipotente:

[...] quando Deus pergunta sobre a desobediência, Adão culpa Eva e esta culpa a serpente. Os três são penalizados, a serpente – que segundo lendas tinha asas – rastejaria para sempre; o homem teria que trabalhar para se sustentar; a mulher e a serpente seriam inimigas; a mulher teria dores de parto e seria dominada pelo marido; e por fim a humanidade estava banida do Paraíso [...] (Gênesis, cap. III); (2018, p. 02).

Em continuidade a esta passagem, fica para a posteridade, o imaginário de que Eva é culpada pelo pecado original, disseminada para todas as mulheres/mães através dos tempos. Comparando as histórias de Eva e Lilith, observa-se que Eva mesmo tendo incutido à desobediência, fica ao lado de Adão, recebendo e cumprindo a sentença, carregando o estigma do pecado, da impureza, da fragilidade, da ingenuidade e do sofrimento estendido à todas as mulheres/mães na sociedade cristã, ou seja, foi a partir de Eva, que sendo culpada pela desventura da humanidade, trouxe para a mulher o estereótipo daquela que dá ouvidos ao diabo, propensa a ser enganada.

⁵⁵ Artigo - Título: Eva, Lilith e Maria: As imagens arquetípicas da Mulher. Publicado em 04/08/2018. Disponível em: <https://resilienciamental.com/2018/08/04/eva-lilith-e-maria-as-imagens-arquetipicas-da-mulher/>

Isso perseguiu as mulheres durante muito tempo, principalmente durante a Inquisição, com a caça às bruxas. Comparando ambas, Lilith escolheu viver sozinha e livre, justamente por isso que, como mulher, não recebeu o castigo da maternidade, no sentido das dores do parto e do sofrimento.

Voltando a atenção para o papel de mãe do salvador da humanidade atribuído a Maria, nota-se que na história contada nos escritos bíblicos, ela permanece sempre virgem mesmo após o parto, remetendo à mulher cristã perfeita, sempre casta sexualmente e que depois da maternidade torna-se assexuada, como devem ser todas as mulheres/mães.

A explicação para este fato está presente na análise a seguir:

É importante ressaltar que, dentro de uma sociedade visivelmente machista e de pensamento masculinizado que é a ocidental, fruto das misoginias judaica e ateniense, a maternidade e a geração da prole foram o ápice da vida feminina durante séculos, onde os prazeres sexuais das mulheres, sempre tolhidos, deviam estar associados com a possibilidade de procriação. Vale salientar que o modelo feminino de Maria é complementar ao de Eva no sentido da maternidade, pois Eva é o exemplo de boa esposa: companheira, submissa, que fica ao lado do marido; e Maria é por excelência o modelo de mãe ideal, sendo o casamento e a geração de prole ideias subsequentes (Ibidem, 2018, p. 03).

Em complemento, a respeito da submissão, tem-se que:

Apesar de toda valorização de Maria em oposição ao pecado de Eva há na imagem das duas algumas semelhanças, pois ambas só podem ser percebidas e são diretamente associadas às figuras masculinas que lhe acompanham, Adão e Cristo. Nesse sentido, há a dependência da imagem masculina para complementar o papel feminino nas duas personagens, pois Maria só é Maria pelo fato de ser mãe de Cristo, e Eva só veio a existir pelas necessidades de Adão. Quando se pensa em Maria há a associação imediata dela com seu papel de mãe de Jesus, e quando se pensa em Eva, ela é inseparável de seu companheiro Adão, no binário Adão e Eva, com exceção do momento da tentação e do pecado, onde parece que Eva foi a única culpada pelo pecado original (Ibidem, 2018, p. 03).

Outra análise que nos chama à reflexão é a que descreve a figura de Maria levada à condição de conformismo diante do sofrimento pela perda do filho.

Além disso, Maria e Eva coincidem em mais um aspecto: o sofrimento. Para Eva são as dores de parto, para Maria *as dores de ver o próprio filho no caminho para o Calvário*⁵⁶. Estas imagens nos trazem um modelo do feminino que só se realiza na maternidade, a qual sempre lhe traz sofrimentos, desde o parto e continuamente nas preocupações maternas e, supostamente, instintivas da mãe para com o filho, a querer poupar-lhe sempre e em sofrer com os seus sofrimentos, como se fosse um castigo divino (Ibidem, 2018, p. 03).

⁵⁶ Grifo da autora.

A respeito de Lilith, é possível encontrar referências sobre o mito que envolve sua figura nas escrituras hebraicas⁵⁷, que não constam nos escritos bíblicos da era cristã. Segundo a análise contida no artigo pode-se observar que ela é descrita como uma mulher que desde a criação assume suas convicções, ambições e sexualidade.

Para além das várias interpretações que possam haver sobre ela, o que se considera aqui em acordo com a análise feita, é exatamente a sua natureza desafiadora, que pode ser vista como um exemplo de coragem do espírito feminino por não se submeter nem ao homem, nem ao divino. Neste sentido, enfatiza-se que:

Lilith teria tido um castigo a altura de suas afrontas no ponto de vista da misoginia judaica, pois o preço por sua rebeldia foi tornar-se um demônio. Lilith fora criada como mulher, mas a nova condição a impedia de um convívio com a humanidade, e de acordo com a punição onde mulher e serpente seriam para sempre inimigas, Lilith e seu arquétipo tornaram-se drasticamente opostos e até mesmo, rivais de Eva e o modelo de mulher que ela sugere. [...] O mito de Lilith reforçou, nesse ponto, o preconceito contra as mulheres que eclodiu principalmente durante as Inquisições medieval e moderna, onde milhares foram queimadas sob a acusação de bruxaria, principalmente aquelas que explicitavam sua sexualidade e sua força, tornando-se um incômodo social (Ibidem, 2018, p. 04).

Sob esse olhar, a história colocada corresponde exatamente às várias formas de dominação construídas ao longo do tempo sobre as mulheres/mães. Sem perder de vista o contexto histórico de transição do sistema feudal ao advento do sistema capitalista, vale ressaltar em qual momento a religião judaico-cristã passou a fazer parte das nossas vidas, no entanto, não há provas concretas de quem seria o responsável pelas tantas narrativas contidas nas escrituras sagradas.

O fato é que somente durante o reinado de Constantino I⁵⁸ (306 a 337 a.C.) que o cristianismo passou a ser aceito no Império Romano (313 a.C.) que naquele período passava por uma grave crise e por isso o cristianismo era visto como uma ameaça aos romanos, sendo alvo de grandes perseguições.

Dentre as reformas implementadas por Constantino I após incorporar o cristianismo ao Império Romano, foram as normas de conduta baseadas na moral judaico-cristã que fortaleceram sua ascensão ao poder, fazendo com que se consolidasse seus dogmas e suas tradições.

⁵⁷ Segundo apontado no artigo em questão, há referência à figura de Lilith nos escritos contidos no Torah e no Midrash (2018:03).

⁵⁸ Para outras informações, consultar: <https://www.infoescola.com/historia/constantino/> e também <https://www.infoescola.com/historia/imperio-romano/>

Embasada pelas questões aqui colocadas, é possível identificar que a dominação das mulheres pelo poder da fé. Partindo das descrições e análises sobre os arquétipos femininos identificados nas escrituras cristãs, pode-se juntar a este cenário o contexto em que se deu a adoção do cristianismo pelo Império Romano (alinhamento entre Estado e religião), que dominava grande parte da Europa e se encontrava em um momento de severo declínio frente ao descontentamento do povo.

Esta herança de domínio sobre o corpo feminino se expressa ao longo do processo histórico a exemplo da imagem arquetípica de Eva, identificada como sendo uma mulher induzida à submissão porque traiu seu marido, desafiando as ordens do criador. Justo por isso foi castigada, e a seu cargo foi colocada a responsabilidade de reproduzir biologicamente (gerando filhos) e socialmente (educando, cuidando, alimentando) a humanidade beneficiando de modo específico o progresso e acumulação de riquezas, próprio da sociedade capitalista, gerando inúmeras desigualdades.

Sobre Maria, podemos notar que a imagem construída pela religião, de mulher pura, casta e assexuada, que só se realiza pela maternidade, transmite para a posteridade o encargo do sofrimento gerado pelas preocupações maternas, pois o filho, ao supostamente transgredir as leis, foi condenado à morte e o Estado ao aplicar a condenação de forma violenta, se exime da responsabilidade, não assumindo o fato. Para a mãe Maria, restou se conformar e sofrer diante da dor gerada pela perda do filho.

Isso posto, pode-se justificar o intento da dominação masculina através da religião a partir do papel que a mulher até então desempenhava na sociedade, anteriormente ao sistema capitalista. Para Federici (2017) no período conhecido como medieval, as mulheres tiveram uma grande influência nas lutas do campesinato, sendo perseguidas e mortas por atuarem à frente dos movimentos heréticos⁵⁹, desafiando a autoridade masculina e o poder da Igreja.

A explicação sobre este período pode ser encontrada na existência (ou não) de Lilith, que reforçou o preconceito contra as mulheres principalmente durante as Inquisições medieval e moderna, onde milhares foram queimadas sob a acusação de bruxaria.

Como destacado no trecho a seguir sobre a condição da mulher no período conhecido como o da “caça às bruxas”, em toda a espécie de tortura e punição infligida a elas é possível notar traços contidos no imaginário de cunho moralizador cristão.

⁵⁹ O movimento herético teve início nas demandas populares de renovação espiritual e justiça social, pois denunciavam as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas. (FEDERICI, 2017, p. 70)

De acordo com o procedimento padrão, as acusadas eram despidas e depiladas completamente (se dizia que o demônio se escondia entre seus cabelos); depois, eram furadas com longas agulhas por todo o corpo, inclusive na vagina, em busca do sinal com o qual o diabo supostamente marcava suas criaturas (tal como os patrões na Inglaterra faziam com os escravos fugitivos). Muitas vezes, elas eram estupradas; investigava-se se eram ou não virgens – um sinal da sua inocência; e, se não confessavam, eram submetidas a ordálias ainda mais atrozes: seus membros eram arrancados, sentavam-se em cadeiras de ferro embaixo das quais se acendia fogo; seus ossos eram esmagados. E, quando eram enforcadas ou queimadas, tomava-se o cuidado para que a lição a ser extraída de sua pena não fosse ignorada. (FEDERICI, 2017, p. 333-334)

Para a autora, a “caça às bruxas”, na verdade, foi uma guerra contra as mulheres. A tentativa de degradação e de demonização foi coordenada com o intuito de destruir seu poder social, pois ocupavam uma posição de destaque na sociedade comunal, porque detinham ocupações que posteriormente foram considerados trabalhos masculinos⁶⁰.

Nesse sentido, verifica-se que desconsiderar a existência de Lilith, deixando sua história fora dos escritos bíblicos foi proposital e conveniente para reforçar a ideia de que a mulher que detém poder é geralmente perversa e, ao contrário, a docilidade e a bondade, são atributos associados à submissão feminina ou na passividade em aceitar imposições.

Ainda para Federici (2017) foi no período da “caça às bruxas” que os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade, foram forjados, principalmente em relação àquelas mulheres que explicitavam sua sexualidade e sua força, tornando-se um incômodo social. Afirma que naquele período, foi introduzida uma nova legislação, com a finalidade de regular a vida familiar e as relações de gênero e de propriedade.

Desse modo, a imagem degradada da mulher, no plano ideológico, possibilitou construir a imagem da feminilidade estereotipada, fraca de corpo e da mente, biologicamente inclinada ao mal, justificando o controle masculino sobre as mulheres e a nova ordem patriarcal.

2.2 A Mulher/Mãe na sociedade capitalista

Tomando por base a questão religiosa para explicação do constante domínio dos homens sobre as mulheres, através dos seus corpos, concorda-se com Federici (2017) quando afirma que as ações degradantes impostas às mulheres no período da “caça às bruxas” fortaleceu a transição das sociedades comunais para o sistema capitalista.

⁶⁰ Dentre as muitas ocupações destacam-se: ferreiras, açougueiras, padeiras, candeieiras, chapeleiras, cervejeiras, cardadeiras de lã e comerciantes. (SHAHAR, 1983:189-200; KING, 1991:64-67 apud FEDERICI, 2017:64). A autora, também destaca que no século XIV, as mulheres ocupavam outras profissões tais como: professoras escolares, médicas e cirurgiãs, competindo com homens formados em universidades.

Importante salientar que a “caça às bruxas” foi mais intensa na Europa na era medieval e segundo a autora, naquele período, em todo o mundo, houve a expulsão de populações inteiras de suas terras pelo uso da força, seguido de grandes campanhas de cristianização no processo de colonização, destruindo a autonomia das pessoas.

[...] constitui-se em uma estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com o objetivo de propagar terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros. Também foi uma estratégia de cercamento, que, segundo o contexto podia consistir em cercamentos de terra, de corpos ou de relações sociais. [...] foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio. (FEDERICI, 2017, p. 381-382)

Acrescenta que devido à luta das mulheres foi possível oferecer resistência anticolonial e anticapitalista durante muitos anos, entretanto, no período de colonização a caça às bruxas foi substituída pela preocupação com a adoração ao diabo, dando lugar a outro tipo de perseguição, que considerava a idolatria e as práticas mágicas como debilidades de pessoas ignorantes.

Esta nova prática se deslocou para a América Latina e Brasil, trazida pelos espanhóis aos locais colonizados e que já desenvolviam o emprego de trabalho escravo nas plantações.

No entanto, a abolição da escravidão não pressupôs a desaparecimento da caça às bruxas do repertório da burguesia. Pelo contrário, a expansão global do capitalismo, por meio da colonização e da cristianização, assegurou que esta perseguição fosse implantada no corpo das sociedades colonizadas e, com o tempo, posta em prática pelas comunidades subjugadas em seu próprio nome e contra os próprios membros. (Ibidem, 2017, p. 414).

Sobre o período que o Brasil, em pleno processo de colonização e escravização de mão-de-obra negra e indígena, Saffioti (1976) discorre com detalhes acerca da posição que a mulher ocupou na formação da sociedade brasileira em transição ao sistema capitalista, tanto a mulher branca quanto a mulher negra.

A autora afirma que o Brasil colonizado apresentou uma estrutura social baseada em castas, e diferentemente das sociedades de castas típicas – que permite a ascensão social individual – aqui apresentou-se com fundamento econômico e pecuniário, tornando a liberdade da mão-de-obra escravizada, negociável.

Para as mulheres, naquele contexto, as relações de produção se apresentaram como elementos decisivos, visto que para a mulher negra o caráter era devastador porque a condição de escrava, além do elemento econômico social, significava ser instrumento de trabalho sem direitos (para ambos os gêneros) de nenhuma espécie (SAFFIOTI, 1976, p. 163).

Complementa que:

[...] cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas. Se, por um lado, a função da negra escrava, enquanto mero instrumento de prazer sexual de seu senhor, não indica que, nesta relação, as partes envolvidas tenham superado o “nível primário e puramente animal do contato sexual”, por outro, o produto desta relação assumia, na pessoa do mulato, a forma de um foco dinâmico de tensões sociais e culturais. (Ibidem, p. 164).

Para a autora, a exploração econômica da mulher escravizada, era mais elevada do que a exploração do homem escravizado, porque era utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, posto que contrariava a ordem estabelecida tanto na dimensão econômica quanto familiar.

Nesse sentido, as mulheres negras se destinavam à satisfação das necessidades sexuais, enquanto às mulheres brancas cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos. Assim, afirma que:

Dada a socialização da mulher branca para o desempenho dos papéis de dona-de-casa e mãe de família legalmente constituída, necessária se fazia a existência de uma classe de mulheres, com as quais os jovens brancos pudessem praticar as artes do amor anteriormente ao casamento. Assim, a escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas ainda àquelas impostas pela forma de colonização adotada [...] (Ibidem, p. 167).

Diante disso, a autora complementa que a mulher era socializada para o casamento escolhido por seu pai e em muitos casos com homens mais velhos. As mulheres mesmo oprimidas pelo pai ou marido, passaram a buscar compensação para os desejos e sentimentos, não sendo raro que mulheres solteiras se tornassem mães, mesmo correndo o risco de serem encerradas em conventos, posto que:

Todo o processo de socialização da mulher encaminhava-a para essa submissão. À menina negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a menina respondona ou saliente; adoravam-se as acanhadas, de ar humilde. (Ibidem, p. 172)

Ainda para Saffioti (1976) essa prática se fundamenta no período de colonização, ficando a cargo dos jesuítas a apropriação da ação educativa, criando escolas de primeiras letras e fundando colégios. Em nome de Deus, os jesuítas representavam a única força capaz de barrar a autoridade do patriarca da família, de modo que doutrinavam os meninos nas escolas e as mulheres nas capelas e igrejas, ensinando-as a submeterem-se à Igreja e aos maridos.

Essa tradição destinava as mulheres à inferioridade social e à ignorância, estabelecendo o princípio da segregação sexual, validado pela Igreja Católica influenciando a personalidade feminina e conseqüentemente essa reclusão e ignorância ligavam as mulheres brancas e negras a um mesmo sistema que não poderiam alterar-se sem que o outro viesse a sofrer modificações. (p. 188)

Nesse processo a transformação das relações da família patriarcal não chegou, à época, a atingir a plena consciência da mulher. Para a autora, o universo sócio-cultural restrito das mulheres, as mantiveram afastadas das correntes de transformação. Desse modo, dadas as suas condições sociais, as mulheres eram consideradas mais conservadoras que os homens, sendo, portanto, um elemento de estabilidade na sociedade, ou seja, *“eram os filhos e não as filhas que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas, até mesmo alterações na moda feminina.”* (p. 173).

De qualquer modo, observa que por não serem fontes de direitos políticos foi restrita a participação feminina no processo de desintegração da ordem escravocrata, diante disso as relações de trabalho entre as mulheres brancas e negras permaneceram as mesmas, permitindo o convívio sem interferências na ordem patriarcal.

Mesmo as modificações ocorridas na transição do sistema escravista, assim como a urbanização e a chegada de imigrantes ao Brasil não foram suficientes para influenciar as mulheres nas reformas sociais e políticas. A baixa instrução feminina contribuiu para que a Igreja Católica continuasse defendendo o pensamento conservador, confinando a mulher à preservação da família, negando sua participação política, invocando razões de caráter moral e social.

Isso se expressa nas relações colocadas ainda nos dias atuais, visto que mesmo considerando a laicidade estatal, a condição da mulher se baseia nas condições morais impostas pela cristianização, incluindo as perseguições de ordem religiosa como a “caça às bruxas”.

Na sociedade moderna, as mulheres/mães ao ultrapassarem essa ordem ou quando não se submetem ao autoritarismo patriarcal, são vigorosamente caracterizadas como “loucas” ou pior que isso. A exemplo das mulheres/mães que citadas aqui se colocaram contra a ditadura civil militar e que por isso foram presas, violentadas e mortas, as mulheres/mães de vítimas da democracia, criminalizadas na luta por justiça, são duramente castigadas por serem mulheres/mães negras, as mesmas que anteriormente foram estigmatizadas e empurradas à margem da sociedade, demonizadas e mortas na era medieval, posteriormente à ordem escravocrata, foram colocadas abaixo de homens negros, sem direito à trabalho e instrução, ficando condicionadas à exploração dos seus corpos no chamado trabalho “livre”.

Percebe-se que essa influência permanece ainda hoje, visto que às mulheres/mães negras a situação de subalternidade se dá inclusive, em relação às mulheres/mães brancas. A condição de classe se expressa nas relações de trabalho, no acesso à melhores condições de instrução, de saúde, de moradia e também na luta por justiça quando consideramos principalmente a mulher/mãe negra, que atualmente permanece sendo empurrada à margem social através do racismo mascarado de liberdade de expressão.

Essas mulheres/mães, ao perderem seus filhos para a violência impetrada pelo Estado, através do uso indiscriminado da força, sofrem de preconceitos pela condição de serem mulheres/mães e são julgadas constantemente pelo consenso da sociedade machista e misógina, por serem mulheres/mães de pessoas que foram assassinadas pelo braço armado do Estado, a polícia militar.

A mesma sociedade é levada a acreditar que “bandido bom é bandido morto”, legitimando a violência praticada, se esquecendo que a exemplo do disposto na lei “toda pessoa é inocente, até que se prove ao contrário”, é condição dada a qualquer pessoa humana.

No consenso social brasileiro está intrinsecamente enraizada a tipologia daquele que é considerado “o bandido”, ou seja, é o pobre e preto que carrega este estigma desde o fim da escravização no século dezenove, entretanto, este mesmo consenso se sensibiliza com a violência praticada pelo Estado, em outros países, mas no contexto brasileiro isso é aceito e naturalizado.

Mas, porque isso acontece? Porque se estabelece esse consenso social? As perguntas que ficam são: De onde vem esta violência? Como se enraizou no conceito social que toda pessoa preta e pobre é potencialmente um “bandido” ou “criminosa”? Por que a violência do Estado é naturalizada e legitimada pela sociedade?

Em busca das respostas, no próximo capítulo trago referências teóricas que dialogam com estas questões – as relações de poder, a estrutura de Estado e seus aparelhos ideológicos – são pontos chave para refletir sobre as relações sociais colocadas sobre as mulheres/mães.

CAPÍTULO 3 – A VIOLÊNCIA DE ESTADO

*[...] Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome, de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais [...]
Será que nunca faremos senão confirmar
Na incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos.
Será, será, que será, que será, que será,
Será que essa minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir
Por mais zil anos
Ou então cada paisano e cada capataz
Com sua burrice fará jorrar sangue demais
Nos pantanais, nas cidades
Caatingas e nos gerais [...]*

(Música: Podres Poderes – Caetano Veloso)

3.1 Estado e Dominação: relações de poder em nome de Deus

Diante das questões colocadas anteriormente, torna-se imprescindível resgatar a origem da formação do Estado e as concepções que surgem através da história, que estão intrinsecamente relacionadas à violência praticada pela força repressiva do Estado – a polícia militar – e as diferentes formas de dominação frente ao consenso social.

Para tanto, busca-se a partir da teoria política a compreensão dessa dominação e suas implicações nas relações sociais, ou seja, nas relações entre as classes – uma vez que toda história que conhecemos trata da luta de classes.

Segundo Lênin (2017) o Estado não começa e acaba nele mesmo, mas é produto histórico que legitima e institucionaliza a legislação burguesa e as formas de exploração, repressão e controle.

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (LÊNIN, 2017, p. 25)

Esta interpretação encontra respaldo no fim das sociedades comunais, com a instauração da propriedade privada. Segundo a explicação de Bobbio (1987) pode-se compreender que:

Com o nascimento da propriedade individual nasce a divisão do trabalho, com a divisão do trabalho a sociedade se divide em classes, na classe dos proprietários e na classe dos que nada têm, com a divisão da sociedade em classe nasce o poder político,

o Estado, cuja função é essencialmente a de manter o domínio de uma classe sobre a outra recorrendo à força, e assim a de impedir que a sociedade dividida em classes se transforme num estado de permanente anarquia. (BOBBIO, 1987, p. 74)

Desse modo o Estado não nasce como o conhecemos hoje, visto que para o autor existe a compreensão de que o termo “Estado” pode ser substituído pelo termo “sistema político” e isto posto, ambos têm em comum a referência ao fenómeno do poder, considerando que a teoria de Estado concebida por ainda hoje vigente se apoia sobre a teoria dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário e das relações entre eles e justifica citando outra definição desses três poderes como sendo, respectivamente, “a formação, a distribuição e o exercício do poder”⁶¹. (Ibidem, p. 76-77)

Para ele, o processo político de Estado e o exercício do poder pode assumir as formas e efeitos desejados. Coloca como exemplo:

- poder físico e constrictivo que tem a sua expressão concreta mais visível no poder militar;
- poder psicológico que se efetiva à base de ameaças de punição ou promessas de recompensas consistindo principalmente no domínio econômico;
- poder mental que é exercido através da persuasão e da dissuasão tendo sua forma elementar presente na educação.

Ainda conforme a reflexão de Bobbio (1987, p. 78), partindo do conceito clássico da teoria política concebida por Aristóteles, percebe-se que as formas de exercício do poder ainda permanecem as mesmas ao longo dos séculos.

Em sua afirmação destaca o poder do pai sobre os filhos, do senhor sobre os escravos, do governante sobre os governados. Acrescenta que o poder paterno é exercido no interesse dos filhos, o senhorial ou despótico no interesse do senhor e o político no interesse de quem governa e de quem é governado – aqui vale destacar a afirmação do autor, observando que nas formas corruptas de regimento político, o governante tornado tirano, governa apenas em seu próprio benefício.

Em complemento ao exposto, torna-se importante explicar que toda forma de dominação parte do princípio de legitimidade e nesse sentido, o autor afirma que:

[...] o poder do pai é um poder cujo fundamento é natural na medida em que nasce da própria geração; o senhorial é o efeito do direito de punir quem se tornou culpado de um grave delito e é, portanto, passível de uma pena igualmente grave como é a

⁶¹ Nota da autora: O autor cita o texto *Poder e Sociedade* de Lasswell e Kaplan (1952) para exemplificar como se dão as relações de poder na configuração do Estado e nas relações existentes entre eles.

escravidão; o poder civil, sozinho entre todas as demais formas de poder, está fundado sobre o consenso expresso ou tácito daqueles aos quais é destinado. (Ibidem, 1987, p. 79)

Em consideração a esta explicação sobre os princípios de legitimação do poder, o escritor sinaliza para o reconhecimento de outras formas que diferenciam o poder político e nesse sentido a Igreja exerce um papel fundamental para estabelecer o domínio sobre as massas e a legitimação do consenso, afirmando que a prerrogativa da Igreja trata da finalidade enquanto a prerrogativa do Estado é estabelecer sua eficácia. Dessa forma, afirma que os detentores do poder tendem,

A atribuir ao Estado o direito e o poder exclusivo de exercer a força física sobre um determinado território e com respeito aos habitantes deste território, deixando à Igreja o direito e o poder de ensinar a verdadeira religião e os preceitos da moral, de salvaguardar a doutrina dos erros, de dirigir as consciências para o alcance dos bens espirituais, acima de tudo a salvação da alma. (Ibidem, 1987, p. 80)

Em vista disso, complementa:

O poder político vai-se assim identificando com o exercício da força e passa a ser definido como aquele poder que, para obter os efeitos desejados [...] tem o direito de se servir da força, embora em última instância, [...] Aqui o critério de distinção entre poder político e poder religioso é novamente o meio empregado: o poder espiritual serve-se principalmente de meios psicológicos mesmo quando se serve da ameaça de penas ou da promessa de prêmios ultraterrenos; o poder político serve-se também da constrição física, como a que é exercida mediante as armas. (Ibidem, p. 80)

Essa breve exposição traz à luz o que já referenciou-se sobre o alinhamento do Estado (enquanto poder político) à Igreja como forma de dominação, e concordando com essa explanação, é importante lembrar que o Estado moderno no sistema capitalista tem sua formação vinculada à teoria política concebida na era medieval, com o propósito de orientar a monarquia para os meios de governar, contudo, essa teoria se estabeleceu e se aplica a todas as formas de dominação ao longo da história.

Assim, para o Estado tornou-se conveniente manter essa definição, entretanto, o autor observa que os critérios adotados para o exercício do poder político – único que está em condições de recorrer à força, porque detém seu monopólio – e desse modo, se servindo dele para obter os efeitos desejados, lhe permitem adotar no sistema capitalista a chamada “tipologia dos três poderes” definidos como: econômico, ideológico e político, ou seja, da riqueza, do saber e da força. (Ibidem, p. 82).

Isso posto, explica que:

O poder econômico é aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil. Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem contra os que não os possuem, exatamente no sentido específico da capacidade de determinar o comportamento alheio. Em qualquer sociedade onde existem proprietários e não proprietários, o poder do proprietário deriva da possibilidade que a disposição exclusiva de um bem lhe dá de obter que o não proprietário (ou proprietário apenas da sua força de trabalho) trabalhe para ele e nas condições por ele estabelecidas;

O poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação. Deste tipo de condicionamento deriva a importância social daqueles que sabem, sejam eles os sacerdotes nas sociedades tradicionais, ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados “intelectuais”, nas sociedades secularizadas, porque através dos conhecimentos por eles difundidos ou dos valores por eles afirmados e inculcados realiza-se o processo de socialização do qual todo o grupo social necessita para poder estar junto. (Ibidem, p. 83).

Para Bobbio (1987, p. 83) o que existe em comum entre as três formas de poder apresentadas é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico, ou seja, os superiores e os inferiores.

Ainda sobre as formas de poder, não se pode descartar o poder exercido (não oficialmente) pela mídia. Por mídia, entende-se os canais de televisão e rádio, mas principalmente a internet, que apesar de não estar intrinsecamente vinculada ao Estado, é orientada e obedece ao poder ideológico da classe dominante. É através da mídia que o alinhamento do poder político e ideológico exerce mais rapidamente o domínio da população a favor da elite.

Quando se identifica no poder ideológico a questão moral religiosa, não há como descartar as relações sociais presentes no Brasil. No que se refere ao estado “laico” previsto na atual Constituição Federal (1988), o que se destaca na conjuntura dos últimos anos são as influências explicitadas e as formas de dominação com o crescimento do neopentecostalismo, expressão radical do fundamentalismo religioso cristão.

Nesse sentido, a mídia exerce um importante papel com o aumento persistente dos canais televisivos concedidos pelo Estado às Igrejas, para exibição dos cultos e dogmas religiosos. Em vista disso, apesar da laicidade prevista constitucionalmente e a diversidade atribuída ao princípio democrático de direito, é mais e mais crescente o discurso de ódio propagado por essa corrente conservadora.

Sob uma ótica de moral normativa e a égide dogmática do fundamentalismo religioso, pessoas ocupam cargos públicos e se elegem para mandatos – vereadores, prefeitos, deputados, senadores, etc. – ocupando as instâncias políticas e as instituições que estruturam a sede do poder. Com isso, propagam esse discurso que se acentua nas massas, cooptando parte considerável da população não apenas de camadas com maior vulnerabilidade social, mas também de setores economicamente médios.

Em consequência disso temos o crescimento da intolerância religiosa, do racismo e de outras expressões fortemente enraizadas no machismo (potencializando o aumento do feminicídio e a violência contra as mulheres), os incessantes ataques contra setores progressistas da sociedade civil e a criminalização dos movimentos sociais, sem contar a relação com a indústria armamentista, a defesa do latifúndio, o genocídio dos trabalhadores em especial os jovens negros na periferia e das comunidades indígenas.

Tudo isso sob a “benção do divino” e o respeito às autoridades governamentais, conforme a justificativa indicada, presente no Novo Testamento da Bíblia Sagrada em Romanos, Capítulo 13 que trata da submissão das pessoas:

Submetei todas as pessoas às autoridades superiores; porque não há autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que quem se opõe à autoridade resiste ao estabelecido por Deus; e os que resistem trarão a condenação sobre si mesmos. (Bíblia Sagrada, Romanos - 13:1, p. 1293).

Com isso, o tripé – Estado, Religião e Mercado – oferecem o alicerce para o projeto de poder que está em acelerado curso na sociedade brasileira. Este projeto fortalecido pela anuência do Estado – liberal na economia e conservador nos costumes – serve aos interesses da classe dominante, contribuindo com a perda de direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora.

Para compreender como esses elementos se apresentam, se radicalizam e se estabelecem, volta-se para uma questão: Como se dá a dominação das massas populares a partir das relações sociais? Para isso torna-se necessário apontar como nossa sociedade se estrutura. Por estrutura busca-se o significado em Althusser (1980) que a compreende a partir da teoria marxista, ou seja,

[...] a estrutura de qualquer sociedade é constituída pelos níveis ou instâncias articuladas por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica (unidade das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura, que comporta em si mesma dois níveis ou instâncias: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política, etc.). (ALTHUSSER, 1980, p. 25-26)

Nesse sentido, outra questão essencial para entender como se efetiva essa dominação é identificando aquilo que os teóricos denominam de aparelhos ideológicos de estado.⁶² Para Althusser (1980, p. 42-43) existe uma distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado porque se situam do lado do aparelho (repressivo) de Estado, mas não se confunde com ele. O autor amplia esse conceito a partir da teoria marxista que compreende o Aparelho de Estado como: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., a isso ele classifica como Aparelho Repressivo de Estado porque, para ele, funciona pela violência.

Contudo, o autor compreende por Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições distintas e especializadas que apresentam outras realidades, por ele são designadas como:

O AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas); O AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas ou privadas); O AIE familiar; O AIE jurídico; O AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos); O AIE sindical; O AIE da informação (imprensa, rádio e televisão, etc.); O AIE cultural. (Ibidem, p. 44)

Diante do exposto, em complemento às afirmações de Bobbio (1987) acerca das formas de poder identificando a religião como uma delas, em Althusser (1980) vimos que a partir da classificação que faz dos Aparelhos Ideológicos de Estado, a Igreja (que detém o poder ideológico-dogmático-cristão) aparece como o principal meio de dominação.

Com isso, pode-se observar que nos últimos trinta anos, as ações da Igreja se intensificaram e de modo geral as pessoas não precisam mais sair de suas casas para participarem dos cultos religiosos. Nesse sentido, podemos reafirmar a eficácia que o chamado “quarto poder – a mídia” pode obter no exercício do poder ideológico.

Para a efetiva dominação das massas, a mídia tem o papel fundamental pois torna-se o elemento maciço da alienação, no sentido de transmitir informações que contribuem com a ideologia dominante. Entre os fatores que constituem esse “fenômeno” a já citada fabricação da realidade levada como informação, é imposta à sociedade de modo a servir aos interesses – se não diretamente do Estado, certamente serve aos da classe dominante, que propaga um discurso único como base propagandista do totalitarismo, do capitalismo monopolista e seu Estado de violência.

⁶² Nota da autora: Sobre isso, Althusser (1980) explica que os clássicos do marxismo trataram o Estado no âmbito da prática política como uma realidade mais complexa. Para ele, Antônio Gramsci foi o único teórico que se aventurou nesse sentido, afirmando que o Estado não se reduzia unicamente ao aparelho repressivo de Estado, mas sim um conjunto de instituições da sociedade civil: a Igreja, as Escolas, os sindicatos, etc. (Nota de Rodapé, p. 42).

As consequências desse estado de violência potencializadas pelos meios de comunicação, podem ser sentidos através do “medo social” que conforme Baierl (2004) explica, existe uma linha tênue entre a violência visível e o invisível da violência, ou seja, a violência como vem se constituindo na atual realidade, leva as pessoas à paralisa, alterando suas relações e as formas de ser no espaço em que vivem e em seus contextos individuais, de forma que tudo vai depender do conjunto de normas e regras tecidas nesses contextos, dos códigos apreendidos e internalizados pelas pessoas.

Este problema se agrava conforme se multiplica na sociedade e daí se origina a “cultura do medo” que segundo Pastana (2003, p. 92) é a forma de exteriorização cultural dada pela transformação no comportamento das pessoas, e isso, segundo a autora isso se caracteriza e favorece as relações de poder como meio de dominação. Como exemplo, aponta o efeito que essa cultura se dá de forma hegemônica⁶³, contudo, afirma que as respostas culturais associadas ao medo do crime, não são homogêneas e desse modo não é possível desassociar da questão de classe social. Aponta essa questão da seguinte forma:

O empresário manda blindar o automóvel, transformando-o num veículo de segurança e proteção contra eventual ataque de bandidos sequestradores ou de assaltos nas esquinas. Na sua casa são colocados alarmes, câmeras de vídeo, portões automáticos, tudo como medidas preventivas. Mesmo com todo esse aparato, ele ainda contrata segurança particular para defesa da sua vida e do seu patrimônio. Já o trabalhador levanta o muro de sua casa, coloca grades nas janelas, lanças no portão, cacos de vidro nos muros e, como segurança particular, arruma um cão raivoso e feroz. (PASTANA, 2003, p. 93).

Continua afirmando que não há dúvidas quanto aos diferentes comportamentos se considerada a classe social e traz uma reflexão importante quanto ao status produtor do medo e da violência.

A classe trabalhadora tem mais desvantagens, porque ao mesmo tempo em que é o setor privilegiado para recrutamento da criminalidade tradicional e a principal vítima, é ainda o setor mais perseguido pelo aparato repressivo-punitivo e o menos protegido pelo setor judiciário, além de ser estigmatizado segundo a famosa associação entre pobreza e criminalidade.

A elite, no entanto, é a que se sente mais ameaçada, embora seja constatado que na maioria dos casos isso não deriva de experiências ou riscos diretos. Frequentemente a insegurança assume o valor da ameaça global ao modo de vida, ao lugar conquistado na sociedade e aos privilégios de que goza. (Ibidem, p. 93).

Nesse processo, o medo também tem sido utilizado como instrumento de manipulação de pessoas, escravizando-as e deixando-as subordinadas às relações de poder e com o avanço

⁶³ Nota da autora: Concorda-se com a autora citada que considera por hegemonia o conceito trazido por Gramsci que a define como – a capacidade de unificar blocos sociais não homogêneos, marcados por profundas contradições, através da ideologia imposta pela classe dominante. (PASTANA, 2003, p. 92)

das tecnologias de comunicação, o tempo e o espaço receberam uma nova configuração acelerando a dominação através da ideologia dominante.

Isso considerado, as diferentes formas de poder alinhados aos aparelhos ideológicos de Estado, potencializam o discurso atualizado a partir da lógica dominante, onde a moral está presente em conceitos baseados no resgate do modelo patriarcal e da família tradicional, bem como a religião cristã permanece como legitimadora do respeito às autoridades – pois as mesmas vêm de Deus, portanto, ao Estado cabe fazer uso da força para garantir que se cumpra suas determinações.

3.2 Estado de Exceção: força repressiva e a política da morte

Dito isso, volta-se a atenção para responder as perguntas que emergem em referência ao uso da força repressiva – que somente ao Estado cabe fazer uso –, contudo, é importante identificar em quais momentos o Estado considera lançar mão dessa repressão.

Na tentativa de compreender como isso ocorre, busca-se em Agamben (2004) a possível explicação para que o Estado faça uso da coerção – lançando mão da força repressiva, representada pelo seu aparelho ideológico –, ou seja, as forças armadas e a polícia militar.

O autor explica que uma guerra civil, uma insurreição ou a resistência da população podem ser consideradas fortes elementos que exigem respostas imediatas do Estado, e nesse sentido afirma:

[...] pode-se identificar uma condição de estado de exceção, que do ponto de vista jurídico significa a instauração de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não só de adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. [...] um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais de Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Complementa dizendo que “*O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo*” (2004, p. 13). Seguindo este raciocínio, o autor toma a questão da resistência como motivo adotado pelo Estado para aplicar o suposto estado de emergência.

Quanto a esta afirmação pode-se identificar sua veracidade no que diz respeito às manifestações da sociedade civil contra o autoritarismo dos governos, ocorridas no Brasil.

Outra questão importante a ser discutida é que se tratando do um estado de exceção permanente, pode-se identificar as práticas repressivas implementadas pelo Estado, a partir da

constante “guerra às drogas”, disseminado pela mídia que utiliza um discurso de eterno combate e é absorvido pela sociedade como consenso para o uso da força coerciva do Estado contra a população pobre e preta das periferias e favelas de todo o país.

Essa violência implementada pelo Estado, vem sendo utilizada como uma parte integrante do sistema estatal que se caracteriza contrariamente ao direito constitucional atualmente em vigor, abrindo precedentes para a arbitrariedade e os autoritarismos, como já vistos e vivenciados em nosso passado ditatorial. Sobre isso, é importante resgatar a fala de Débora Maria da Silva, que assim compreende:

Esse sistema se chama Estado, que se considera gigante e é autoritário, mas eu tenho uma certeza: mais gigantes somos nós, as Mães de Maio, que jamais iremos nos curvar perante essa tamanha barbárie que fizeram com nossos filhos, pois vivemos em um Estado dito democrático de direito que camufla uma verdadeira ditadura continuada, operando livremente, assolando lares de famílias periféricas, sem direito à justiça, à verdade e à liberdade. (Débora Maria da Silva, “Do luto à Luta”, p. 26).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a adoção do uso da força utilizada ideologicamente pelo Estado no contexto democrático, não se fundamenta somente pela legitimação dos consensos, mas essencialmente pela violação dos direitos.

Para Mbembe (2018) o estado de exceção exposto por Agamben (2004) está colocado na estrutura político-jurídica deixando de ser uma suspensão temporal do estado de direito para se tornar permanente, ou seja, se mantém fora do estado normal da lei. (2018, p. 8).

Este autor tomando o princípio de soberania estatal afirma que (na esfera do poder político) a base normativa é o direito de matar. Complementa com o conceito de biopoder foucaultiano, afirmando que essa formulação “*parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer*” (2018, p. 17), ele explica que:

Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. (MBEMBE, 2018, p. 17).

Isso posto, o autor reforça que o conceito foucaultiano nada mais é que “racismo”, já que para ele o biopoder é uma tecnologia destinada a permitir o exercício de eliminação biofísica, percebida no extermínio do outro, preservando o eu. Ele afirma que a exemplo da população negra, ora escravizada e vitimada pela opressão colonialista, pode-se perceber o quanto o sentido de morte e liberdade ficaram entrelaçados.

Desse modo, o autor expõe que as formas de subjugar a vida ao poder da morte – denominada como necropolítica – reconfiguram as relações de resistência, sacrifício e terror (p. 80). Complementa dizendo que “o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais contemporâneos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade”. (MBEMBE, 2018, p. 68).

Assim, podemos afirmar que para o Estado obter êxito nas ações de coerção, manipulação e domínio da população, utilizando seu aparelho ideológico de estado, recorre ao poder ideológico (escolar). Temos como exemplo, as alterações das leis de diretrizes e bases⁶⁴ escolares que exclui do nível médio, o ensino da filosofia e da sociologia. Outro exemplo é implementando escolas militares ou ainda excluindo qualquer possibilidade de educação sexual como meio de prevenir gravidez na adolescência ou abuso sexual.

Contudo, o Estado quando detecta falhas no implemento coercitivo-ideológico demonstrado pela insatisfação da população que recorre à luta para resistir ao terror do arbítrio, o Estado lança mão do poder repressivo – a polícia militar e as forças armadas – para intervir e reafirmar seu domínio⁶⁵.

A consequência é a violência reiterada e legitimada pelo consenso como forma de frear a própria violência gerada pelo Estado – quando declara uma guerra às drogas fictícia – que permite um estado de exceção permanente, que restringe as liberdades, impõe o silêncio transformando as narrativas em negação à memória, abordando contextos que perpetuam as estratégias para o extermínio daqueles que se colocam contra a ordem social estabelecida.

⁶⁴ Nota da autora: Na realidade a alteração na LDB não exclui as disciplinas citadas, contudo, passa a não ter obrigatoriedade do aluno em cursar as disciplinas oferecendo o critério como opcional. Para mais informações consultar: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>

⁶⁵ Nota da autora: Um exemplo dessa prática é o “aperfeiçoamento” da LEI 13.964 de 24 de dezembro de 2019 conhecida como a Lei Anti-Crime que segundo consta em seu Artigo 1º - *Esta Lei aperfeiçoa a legislação penal e processual penal*. Sua alteração aponta mais rigorosidade contra a população, oferece maior legitimidade nas abordagens policiais (carta branca para matar) e contribui com a isenção e responsabilidades do Estado, favorecendo o autoritarismo. Para mais informações consultar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm

CAPÍTULO 4 – AS MULHERES/MÃES: O SOFRIMENTO E ADOECIMENTO

*“Companheira me ajude,
que eu não posso andar só.
Eu sozinha ando bem,
mas com você, ando melhor”!*

*(Palavras de Ordem cantadas pelas mulheres/mães
nos Atos contra a Violência de Estado)*

4.1 Memórias silenciadas transformadas em potência: o sofrimento ético-político

Para iniciar este capítulo, retomo o que afirmei anteriormente acerca do efeito do tempo e da memória em nossas vidas. Enfatizando o que se discutiu a partir disso como um elemento crucial para manter a evocação da memória sobre o tempo vivido: as narrativas dos sujeitos históricos. Nesse sentido, o Estado pratica a violência e o medo como meio de dominação, e impondo o silêncio tem o intuito de apagar a história coletiva.

Sobre essa imposição Teles (2015) denomina como políticas do silêncio. Para o autor, as ditaduras como a que vivemos por mais de 20 anos no Brasil trazem uma *“clara intenção de calar e desaparecer com as falas”* e nas democracias é utilizada como uma *“tentativa de quebrar o monopólio do sujeito da memória”* (p. 93).

O autor, fazendo uso de sua reflexão em referência a Le Breton afirma que:

Os regimes de índole autoritária impõem o silêncio por meio do uso da força, gerando rupturas sociais. A herança autoritária atua no sentido de reduzir a sociedade ao silêncio imposto e de neutralizar o pensamento e a narração na criação de novos valores de convivência social, e o “silêncio torna-se então um vestígio arqueológico, um resto ainda não assimilado”. (LE BRETON, 1997, p. 11 apud TELES, 2015, p. 93).

Em vista disso, pode-se afirmar que a despeito do estado de exceção imposto pelo governo ditatorial – através dos atos institucionais – restringindo as liberdades e violando os princípios básicos dos direitos humanos, a eles sucederam o silêncio que permanece e se evidencia no período democrático, tornando o resgate da memória e dos testemunhos daqueles dias, quase inexistente.

Esta explicação contribui muito com a discussão, no sentido de compreender em que momento do nosso passado recente se coloca a perpetuação das práticas implementadas pelo Estado e sua força repressiva, porque a partir dos silêncios da memória, o passado é negado e o estado de exceção permanece.

Tal referência é repleta de sentidos, porque traduz categoricamente aquilo que é próprio de governantes arbitrários, que utilizam o sistema estatal – força de repressão – para impor o silêncio “*sobre a dor dos eventos e das histórias que se sucedem*” (p. 94) e levando isso em conta, o consenso se concretiza através do poderio ideológico sob o silêncio e negação histórica.

Para Oropeza (2009), este silêncio imposto é para convencer que nada aconteceu e que se nada aconteceu, não foi tão grave assim, então é melhor esquecer. Mas é preciso fazer frente ao passado, resgatando a memória para destruir as mentiras e imposturas que alguns insistem em continuar impondo. Para o autor, para perdoar é preciso recordar e só há perdão se houver memória e reconhecimento.

[...] no se trata de perdones individuales pues no sólo han sido destruidas vidas personales. La destrucción también ha tocado estructuras sociales, formas de convivencia, instituciones, estructuras sentimentales y morales como la confianza y la cooperación. El perdón, si se da, no es sólo un asunto personal porque lo dañado es el mundo social en el cual esas personas viven sus vidas. Por ello no hay reconciliación posible sin *reconocimiento público del daño* y sin asignación de responsabilidades. Esto significa que ninguna sociedad con un pasado criminal puede reconciliarse si sólo tiene a mano estrategias de impunidad y no la voluntad de justicia. (OROPEZA, 2009, p. 17).

Assim, considerando o exposto reafirma-se que nem mesmo o tempo é capaz de aplacar nossas dores porque sem o reconhecimento dos crimes praticados no passado, as injustiças permanecem e se transformam em sofrimento. Em consequência a isso, o silêncio pela negação histórica causa dor e sofrimento que, por fim, abre precedentes para o adoecimento.

Sobre isso, Bertini (2014) fundamentada em Sawaia (2009, 2018) destaca que a dor é intrínseca ao ser humano e está relacionada à capacidade de sentir. Já o sofrimento é resultado das opressões causadas pelos efeitos das desigualdades sociais. Esse sofrimento, de acordo com estudos da psicologia social está relacionado às injustiças sociais, contendo várias dimensões, tais como: humilhação, vergonha, depreciação e desadaptações, como algo vivenciado e sentido na relação entre subjetividade e sociedade, não sendo visível, tampouco compartilhado coletivamente (p. 62-63).

Dito isso, é importante destacar nas narrativas das mulheres/mães onde identifica-se as diferenças entre as categorias dor (sentida) e sofrimento (resultado das injustiças sociais).

◇ **Sobre as dores (sentimentos/relação com saudade, tristeza, mágoa, etc.)**

- *Agora você me diz, essa menina tinha 20 anos. Hoje ela teria 30, uma filha com 12 e a outra com 10. Uma vida inteira pela frente. (Verinha)⁶⁶*

- *Eu não quero mais fazer aniversário. Parou em maio de 2006. (Débora)⁶⁷*

- *[...] hoje eu não vivo, eu sobrevivo. [...] Como mãe, achei que não era o tempo dele. Não é a ordem. A ordem era ele enterrar a mãe. [...] Não tem como esquecê-lo. (Helena)*

- *[...] tem horas que eu lembro daquelas sensações que senti. [...] meu irmão poderia estar ajudando minha mãe, meu irmão poderia estar cuidando de minha mãe...[...] (Camilla)*

- *O tempo ameniza um pouco. [...] Agora estamos melhor, mas não é aquilo como era antes, não é, falta alguma coisa. (Margarete)*

- *Eu sempre falo pra ela, o que ela precisar de mim, ela me liga, que eu vou fazer o que eu posso. (Adriana)*

- *[...] eu sou obrigada a ser forte. Sou obrigada. Ai eu tenho que sempre estar me movimentando, procurando fazer alguma coisa... porque se não tiver nada pra fazer, eu desabo. (July)*

- *[...] de todo meu coração, eu só não desisti de tudo ainda, porque eu não quero que meus filhos sintam o mesmo. (Lucimara)*

- *[...] a matéria se desfaz, mas nós temos um...isso já está arraigado em nós, a gente enterrar os mortos, fazer um funeral, o último momento, terreno, que você tem com aquela pessoa [...]. (Rute)*

◇ **Sobre o sofrimento (resultado das opressões/relação com humilhação, revolta, vergonha, depreciação, etc.)**

- *A gente tá cansado de ver: lá no asfalto a bala é de borracha. Na favela não! Na favela e no morro a bala é de verdade. (Verinha)⁶⁸*

- *[...] os capitães do mato, o Estado e as chibatatas hoje se concentram nas balas de revólveres dos policiais. A pena de morte está completamente declarada e descarada nesse país que se diz democrático. (Débora)⁶⁹*

- *As mães, que se reúnem até hoje, me dizem que os policiais voltavam ao local onde pegaram os filhos delas e falavam que, se fizessem um estardalhaço, morreriam. Sempre polícia. (Rute)⁷⁰*

⁶⁶ Frase retirada do livro “Memorial dos nossos filhos vivos”, 2019, p. 26.

⁶⁷ Nota da autora: Essa referência é abordada porque o filho de Débora foi assassinado dias após comemorar o aniversário da mãe. Faz parte da sua narrativa publicada no livro “Memorial dos nossos filhos vivos”, 2019, p. 69.

⁶⁸ Frase retirada do livro “Memorial dos nossos filhos vivos”, 2019, p. 27.

⁶⁹ Frase retirada do livro “Do luto à luta”, 2011, p. 26.

⁷⁰ Frase retirada do livro “Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006”, 2016, p. 160.

-[...] toda a esperança que eu tenho, toda aquela réstia de esperança, ela vai sendo queimada. A cada dia, ela vai sendo apagada, [...] a gente vai ficar sempre pedindo por justiça e vamos continuar morrendo? (Camilla)

-[...] quantos já morreram depois desses? Quantos, quantos? Só esse ano, já morreram uns 10. Só aqui em Santos, morreram 5 [...]. (Margarete)

-[...] são várias violações que a gente passa. Essa parte do judiciário, assim, é cruel pra mãe, pra todos, [...]. (Adriana)

-[...] eu sofri muito [ameaças] no começo, eu não dormia em casa, meus filhos não dormiam aqui. A gente saía de casa, a gente não confiava em ninguém. [...] os caras encapuzados no beco da minha casa. Foi a partir daí que a gente começou a dormir fora. Cada dia a gente dormia num canto [...]. (July)

- Hoje, depois do que aconteceu com a minha mãe, eu já acho que eu não sou tão forte assim, eu acho que eu sou uma pessoa que consigo, de certa forma, eu consigo me camuflar naquele momento. Eu consigo dançar conforme toca a música. (Lucimara)

- Na delegacia falaram pra mim que era pra eu correr atrás e fizesse o que pudesse, porque infelizmente eles não poderiam fazer nada. (Helena)⁷¹

Estes sentimentos compõem o conceito de “sofrimento ético-político”, sendo proveniente das afetações provocadas pelo ciclo de desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, opressor e excludente, existindo uma diferença entre dor e sofrimento conforme identificado.

Contudo, para as mulheres/mães de vítimas da violência de Estado, após o impacto da dor gerada pela violenta perda de um/a filho/a querido/a, são levadas pelo medo a adotarem o silêncio, desenvolvendo uma espécie de esquecimento dos afetos, e portanto, devido a suas condições – social, de gênero, étnico-racial, territorial – silenciam o sofrimento, acarretando um espaço amplo para o desenvolvimento de doenças, como o câncer ou então doenças psíquicas graves, como a melancolia. (BERTINI, 2014, p. 65).

Em complemento ao exposto, pode-se observar em outros destaques retirados das narrativas das mulheres/mães elementos que reafirmam o conceito de sofrimento ético-político como fruto das afetações causadas pelas desigualdades, ou seja, a relação existe no conjunto de condições que dão origem ou complementam esse sofrimento.

◇ **Sufrimento ético-político (relação com classe social, gênero, étnico-racial, territorial)**

⁷¹ Frase retirada do livro “Memorial dos nossos filhos vivos”, 2019, p. 139.

- [...] foi uma gravidez muito sofrida, para mim, porque o pai dele era um homem muito mulherengo. É uma das piores partes da minha vida. (Débora)
- [...] Eu que tive que cuidar da minha mãe, cuidar dos meus irmãos, era eu que trabalhava para poder ajudar dentro de casa. (Lucimara)
- [...] Agora ele tá tendo outra visão, ele começa a ver no outro lado, ele tá percebendo que ele sofre no cotidiano, ele como negro, [...]. (Margarete)
- Eu me lembro nitidamente de ter sete anos de idade, de eu lavar a louça pendurada num banquinho e ter que arear as panelas, lavar louça, cuidar da casa. (Lucimara)
- Eu me preocupava muito com o que meus vizinhos falavam, com o que meu pai falava. Eu estava sendo julgada desde os 17 anos de idade e continuava sendo julgada [...] (Adriana)
- [...] minha avó, ela trabalhava muito, ela começou a trabalhar bem nova, e aí, quem criava minha mãe era a mãe dela. Ela dava tudo que minha mãe precisava, ela era uma mulher bem independente a minha vó, desde novinha, e minha bisavó cuidava de minha mãe. (Camilla)
- [...] ela fez natação, ela fez inglês, com toda nossa dificuldade, eu sempre trabalhei [...]. Eu não tratava meus dentes e os minha filha eram tratados. Eu não tenho os últimos dentes, porque eu não tinha dinheiro pra fazer canal, mas ela tinha dinheiro pra tratamento odontológico dela, ortodôntico. (Adriana)
- Com a crise, as coisas foram piorando em casa. Infelizmente eu pago aluguel, aí minha afilhada viu uma oportunidade nas eleições de eu arrumar um dinheiro, e eu fui pra rua panfletar. (Helena)
- [...] somem com um jovem negro da periferia e têm como prêmio a honra de vestir e ostentar o manto da polícia militar do Estado da Bahia. (Rute)

Tomando a explicação sobre sofrimento ético-político como premissa, é importante destacar o conceito de saúde adotado pela OMS – Organização Mundial da Saúde que é definida como “Um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. (VIANNA, 2012, p. 4)⁷².

Ainda para Vianna (2012), para descrever a condição de saúde deve-se considerar três planos: o subindividual, o individual e o coletivo. Explica que o plano subindividual é aquele que corresponde ao nível biológico e orgânico, fisiológico e fisiopatológico, definido pelo equilíbrio colocado entre normalidade-anormalidade/funcionalidade-disfunção, de modo que a

⁷² Nota da autora: É importante destacar que Vianna (2012) compartilha da colocação de Narvai (2008) afirmando que esse conceito tem recebido muitas críticas de profissionais da área da saúde. Esses profissionais classificam o conceito da OMS de utópico e não operacional, pois consideram que o mesmo se caracteriza mais como declaração do que uma definição. (2012, p. 5)

ocorrência de enfermidade e a doença se dá quando é percebida certas características, tais como queda de ânimo ou algum sintoma físico. (Ibidem, p. 5).

No plano individual, as disfunções e anormalidades ocorrem em sujeitos biológicos e sociais ao mesmo tempo, ou seja, o processo de saúde-adoecimento é resultado das condições gerais de existência dos indivíduos, grupos e classes sociais, abarcando as dimensões individuais e coletivas. Já no plano coletivo, o mesmo processo é a expressão de um processo social mais amplo, representados por determinantes de análise, a exemplo: família, domicílio, bairro, município, etc. (VIANNA, 2012 apud NARVAI et al, 2008, p. 5).

Levando em conta o processo de saúde-doença exemplificado pode-se observar que seus princípios se baseiam no completo bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, vale destacar que as mulheres/mães com frequência apresentam processos de adoecimento, no entanto, são levadas a acreditar que estão acometidas de adoecimento mental.

- [...] levanto, faço meu café, tomo meu banho e sou obrigada a fazer comida porque meu marido infelizmente chega em casa meio dia pra almoçar [...] sou obrigada a fazer comida, porque se não, não faria, porque não tenho vontade de comer. Essa é minha vida. Vivo a base de remédio [...]. (Helena)

- [...] lá na psicóloga, falei tudo que eu queria falar, desabafei, aí ela começou a chorar, ela respirou fundo... Eu pensei até que ela ia falar “some daqui, não volte mais”. Ela simplesmente olhou para mim e falou assim: “É, realmente eu não tenho nada para te falar. Você tem toda razão.” (July).

A partir dos relatos em destaque, se percebe que as demandas de dor e sofrimento apresentadas pelas mulheres/mães ou nada pode ser feito ou a estratégia é a medicalização de suas vidas, que as mantém entorpecidas e alheias aos acontecimentos cotidianos, sem possibilidades de afetações.

Por outro lado, esse processo de adoecimento no plano subindividual causa muitas preocupações, e para quem convive diretamente com as mulheres/mães isso abre precedentes para a busca de ajuda técnica/médica que sem estratégias ou por não considerarem a origem de seus sofrimentos, atendem a lógica do mercado farmacológico.

Diante disso, como exemplo cito aqui uma passagem que ocorreu anos atrás com as mulheres/mães que compõem o movimento, como tentativa de suprir suas demandas. Um grupo de técnicos propôs que as mulheres/mães de vítimas da democracia (ou mais precisamente do Movimento Independente Mães de Maio) participassem de um projeto que implementou as

Clínicas do Testemunho nos mesmos moldes que foram aplicados às vítimas da ditadura civil-militar.

Lamentavelmente, este projeto não atingiu o mesmo resultado, considerando as diferentes realidades entre as vítimas da ditadura e as vítimas da democracia. Em vista disso, as mulheres/mães se sentiram usadas pelo grupo que as analisou e após a finalização do projeto nunca mais foram contatadas, nem para uma devolutiva do processo.

Para a liderança do movimento, apontar o adoecimento dessas mulheres/mães se torna um processo desgastante, porque as propostas que chegam sempre são voltadas ao tratamento psíquico que não abarcam questões específicas das mulheres/mães, que agravando a situação as levam ao nível do adoecimento físico e em vários casos, à morte.

Contudo, o que se percebe nas relações entre as mulheres/mães é que o diálogo e as trocas de experiências têm causado um efeito que, retomando o que destacamos acerca do conceito saúde-doença no plano individual e coletivo, possibilitam alcançar um certo entendimento entre elas, porque se compreendem na dor e no sofrimento e em consequência retomam suas forças para seguirem na luta.

Em vista disso, retorna-se ao conceito de sofrimento ético-político de Sawaia (2009) que propõe a superação desse sofrimento através da potência de ação, ou seja,

[...] o sofrimento ético-político coloca em cena o retorno afetivo da vivência do contexto social vivenciado, fazer uma leitura da situação social a partir do afeto significa desvelar uma realidade concreta, muitas vezes encortinada por ideologias ou conformismos. (BERTINI, 2014, p. 67).

Isso posto, destaca-se que para a psicologia social “liberdade e determinação não são excludentes, assim como objetividade e subjetividade” (p. 18), de modo que:

[...] as análises não se reduzem à compreensão das marcas que as determinações deixam em nossos corpos e mentes. Entendem que o fenômeno psicossocial está inserido na estrutura e organização capitalista de expropriação da sociedade brasileira, mas vão além, escutam e analisam a força de resistência e a transformação da subjetividade, rebatendo a concepção tradicional das ciências humanas e sociais de subjetividade assujeitada, reacionária e da ordem do erro e da patologia. (SAWAIA, 2018, p. 17).

A autora pressupõe que esse processo é da “subjetividade revolucionária” que parte da luta pela emancipação – constantemente cerceada pela ordem social – sendo igualmente importante acontecer e durar porque depende de outros corpos.

Sobre isso, em sua obra “Afeto e Comum” a autora, fundamentada nos escritos de Espinosa e Vigotski, reúne um conjunto de artigos que abordam a questão da superação das

afetações através dos afetos, ressaltando que “Por afeto (*affectio*) compreendo as afecções (*affectus*) do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e, simultaneamente, as ideias dessas afecções (ESPINOSA, E. III, def. 3 apud SAWAIA, 2018, p. 30).

Complementa, explicando que:

Como dito acima, o afeto tem duas dimensões: a da experiência da afetação (*affection*) e das modificações que meu corpo e minha mente sofrem na forma de emoções e sentimentos (*affectus*), sendo que dessa flutuação depende a minha força vital de resistência ou a qualidade ética de minha existência. Em outras palavras, afeto é a forma pela qual experimentamos em nosso corpo e mente o efeito das relações que partilhamos com outros corpos, o que para Espinosa significa a transição de um estado de maior ou menor potência de vida para outro, encontros que aumentam ou diminuem nosso *conatus*. Palavra latina que designa esforço para perseverar na existência e aumentar a potência de vida, o que é um direito natural de todos (ESPINOSA, Ética III, Prop. VII apud SAWAIA, 2018, p. 30).

Assim, a partir da apropriação do conceito proposto pela autora, e diante da abordagem utilizada pelo Movimento Independente Mães de Maio através do diálogo e das trocas afetivas, busca-se nas narrativas das mulheres/mães que colaboraram com este estudo, destacar quais as estratégias que utilizam para a superação do sofrimento ético-político.

Vale lembrar que nem todas as mulheres/mães nesse estudo estão inseridas no movimento social, mas considera-se que certamente lançam mão de meios para superação, levando em conta suas experiências de vida, como estratégia para seguirem em frente nos seus cotidianos.

4.2 Como superar o sofrimento ético-político e seguir em frente?

Pensando na experiência vivenciada enquanto participante das ações desenvolvidas junto às mulheres/mães do Movimento Independente Mães de Maio e (re)descobrimo com elas a importância das trocas e dos afetos, inicio essa parte do estudo com esse questionamento.

Existem formas ou estratégias de superação do sofrimento ético-político decorrente das afetações vividas? Se existem, como elas se materializam na realidade cotidiana das mulheres/mães? Se existem, como as mulheres/mães se sentem em relação a essas estratégias?

Na tentativa de identificar a resposta para essas questões, destaca-se nas narrativas das mulheres/mães trechos que de alguma forma simbolizam uma possível estratégia para superação desse sofrimento.

- *A religião ajuda bastante. A fé ajuda. A fé, a religião ajuda...[...] a gente tem fé nos orixás, fé em Deus, primeiramente Deus. E eu acho que ameniza bastante sim, ameniza sim, porque eu passei um período muito conturbado da minha vida. (Margarete)*

- *[...] a única coisa que eu gostaria de ter feito na minha vida, que eu nunca fiz, é teatro, [...] estávamos ensaiando uma peça pra apresentar no Teatro Municipal de Santos [...] e outra coisa também, a plantação. Eu peguei um terreno aqui e eu comecei a plantar. Isso foi antes do teatro. (July).*

- *[...] ela se apega e muito, bastante, bastante... porque é um acalento, né? É um acalento, é um ânimo que a gente tem, é um acalento, é um ânimo, é uma força, ajuda bastante. O acompanhamento psicológico que ela tem é no NAPS, mas é aquilo, no NAPS não pode se aprofundar muito, porque não dá, você entra bom e você sai maluco de lá. Então, se ela for tomar os medicamentos que a psiquiatra do NAPS passa pra ela, ela fica chapada o dia inteiro...ela fica fora do ar. (Margarete sobre a irmã Helena)*

- *A minha mãe, ela era kardecista, né. A gente acredita no kardecismo aqui em casa. Eu sou kardecista. [...] a gente consegue acreditar que mesmo o que é trágico tem um sentido na nossa vida. De certa forma, a gente acredita que mesmo aquilo que aconteceu, por mais que tenha sido horrível, foi preciso, foi necessário pra nossa evolução. (Lucimara sobre si e sobre a mãe Verinha)*

- *Deus tem me dado força, né? Primeiro Deus, segundo o movimento. Justiça da Terra, eu não espero. Eu não espero ser desarquivado, eu não espero nada, nada, nada. Sinceramente, eu não espero nada. (July)*

- *[...] ela sempre foi uma pessoa muito tranquila, nunca vi minha mãe do jeito que eu via quando aconteceu isso com meu irmão, sabe? De sair, de protestar e de falar, e eu senti sim que ela usou, é como se fosse uma estratégia para aguentar... Ela diz sempre que transformou o luto em luta, e isso, eu acho muito bonito, porque eu queria ser assim [...]. (Camilla sobre a mãe Rute).*

- *Me sinto Mães de Maio porque não tenho mais como respirar sem esse movimento. Ele me alimenta. (Débora)⁷³*

- *Sou espírita [...]. Eu não acho que a Ana Paula, minha neta e meu genro morreram. Não é assim que eu vejo. Digo para mim mesma que eles foram viajar. E que um dia vou viajar também. Vamos nos encontrar em outro lugar e mataremos as saudades. (Verinha)⁷⁴*

- *Uma esperança de paz. (Rute)⁷⁵*

⁷³ Retirada do livro “Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006”, 2016, p. 51.

⁷⁴ Nota da autora: Este trecho foi retirado da entrevista que Verinha concedeu e foi transformada em narrativa por Bruno Paes Manso. Ao final da narrativa, a referência citada é uma afirmação de Verinha quanto aos motivos de seguir na luta. Destaca-se na íntegra para melhor compreensão do contexto “Apesar de tantos motivos para desanimar, Vera me conta que segue firme por causa da religião, que a ajuda a afastar os piores pensamentos quando a dor aperta”. Do livro “Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006”, 2016, p. 82.

⁷⁵ Nota da autora: Este trecho foi retirado da entrevista que Rute concedeu e foi transformada em narrativa por Luís Adorno. Durante a narrativa, faz alusão a duas passagens em que Rute afirmou encontrar conforto na religião. Para contextualizar a referência citada, destaca-se “[...] pessoas ligadas à essa crença foram visitar e conversar com Rute, para tentar acalmar a dor que invadira seu coração. Ela passou a acreditar na ressurreição. E, assim,

Conforme destacado, nas narrativas da maioria das mulheres/mães a fé tem sido utilizada como uma tentativa de superar o sofrimento ético-político, em outros trechos pode-se perceber que a luta por justiça através do movimento social é que potencializa e propicia uma estratégia de superação, em outro caso, a junção da fé, da luta e de atividades cotidianas possibilitam que seja alcançado um certo conforto para enfrentar o sofrimento. Contudo, pode-se afirmar que nenhuma das narrativas das mulheres/mães demonstraram que fazer uso somente da religião ou da fé são suficientes para que o sofrimento seja superado.

espera que Davi esteja bem, num lugar melhor. “Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006”, 2016, p. 158.

CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

[...] Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo.

(BEAUVOIR, 1967, p. 7)

No momento que iniciei esta escrita, dediquei algumas linhas para compartilhar minhas crenças e uma delas foi a que se encontra relacionada com o trabalho de escrita e penso mesmo que a escrita é um conjunto de marcas das experiências. Desse modo, são as marcas que escrevem e enfatizei o tempo como responsável por amenizar dores, contudo, o tempo nada significa sem a memória, contada e recontada quantas vezes se fizerem necessário, como uma forma de resgatar o que muitas vezes insistimos em negar. Nossas memórias são as testemunhas do tempo.

Refletindo sobre isso e considerando minhas próprias marcas, quando passei a conviver com as mulheres/mães do Movimento Independente Mães de Maio, percebi que a despeito de suas perdas, todas nós mulheres/mães, partilhávamos quase que as mesmas histórias de vida e nas minhas reflexões tentava achar respostas para as perguntas que insistiam em me acompanhar.

Nessa insistência, esbarrei em uma possível explicação para o jugo feminino a partir da leitura do artigo que citei no primeiro capítulo, que trata da relação religiosa cristã entre Eva, Maria e Lilith (que não aparece nos escritos bíblicos), mas que aparece no artigo e é relacionada com um mito de mulher insurgente, transformada em demônio.

A partir dessa leitura, aquilo que antes se apresentava como uma inquietação se transformou na busca de conhecimento e do mesmo modo, de aprendizados. Alguns meses depois, numa conversa com outra colega sobre a influência das religiões na condição de vida das mulheres/mães, ela me alertou que nem todas as religiões retratam a figura feminina com submissão, aceitação e conformismos. Incluiu na conversa o exemplo da religião de matriz africana, o Candomblé – seja ele das Nações de Angola, Kêtu ou Jêje – dos povos bantos, yorubás ou fons, respectivamente, que apresentam a figura feminina como mulheres livres, guerreiras e respeitadas na sua condição de mulheres amorosas, pacientes e necessárias para o equilíbrio da sociedade.

Com isso em mente, no diálogo estabelecido com as narrativas das mulheres/mães e as referências teóricas abordadas, foi possível compreender como historicamente foi construída a

figura da mulher/mãe, e isso possibilitou agregar algumas respostas, como por exemplo, os motivos pelos quais as religiões não-cristãs como o Candomblé, por exemplo, são consideradas pagãs e justo por isso são demonizadas, pois retratam a mulher/mãe como símbolo de força.

Também foi possível identificar que o jugo feminino tem relação direta com a religião, que ocorreu mais acentuadamente no período medieval na Europa, com a “caça às bruxas”. Nesse período e posteriormente no período da colonização – pelos espanhóis, por exemplo – as mulheres/mães eram jogadas na fogueira porque não se submetiam às regras impostas à elas, assim como as mulheres/mães do Movimento, que se organizam e não se calam, não deixam de apoiar e acolher umas às outras, sendo chamadas de “loucas e bruxas” e justo por isso são estigmatizadas e demonizadas, tal como foi feito no imaginário com o mito de Lilith.

Isso se materializa na figura construída da mulher/mãe a partir dos dogmas religiosos com ênfase na moral e nos costumes desde a colonização brasileira. Foi possível compreender que os conceitos religiosos cristãos estão ainda hoje, fortemente enraizados e presentes na vida das mulheres/mães, entretanto, se diferenciam quando relacionadas à questão de classe social e as especificidades étnico-raciais colocadas sobre as mulheres/mães negras, com as quais dialoguei neste estudo.

Quanto a isso, em uma referência a Sueli Carneiro que disse “*Eu fui educada para ser uma mulher branca*” encontrei argumentos com os quais pactuei, que abarcaram considerações desde a colonização do nosso país, com a afirmação de que a educação voltada para mulher/mãe negra foi uma educação de submissão não somente ao patriarcado, mas também à mulher branca. Então, isso significa que a mulher/mãe negra foi e é educada para ser duplamente subalternizada, pois se encontra sob o jugo da mulher branca e sob o jugo do patriarcado – tanto ao homem branco quanto ao homem negro.

Esse jugo se materializa até os dias atuais, e é sentido quando o corpo da mulher/mãe negra é estigmatizado, sexualizado e violado, por exemplo, quando se faz referência que a mulher/mãe negra não sente dor, que mulher/mãe negra foi feita para o sexo, que mulheres/mães negras são parideiras. Também é sentido, quando uma mulher/mãe negra é reconhecida como aquela que aguenta serviços pesados como homens aguentam, e isso, acaba servindo como justificativa para perpetuar o jugo patriarcal na figura da própria mulher/mãe que sendo vítima dessa opressão, também oprime outra mulher/mãe.

Essa opressão pôde ser definida quando as relações de poder são identificadas na sociedade e em vista disso, na questão que trata da violência do Estado e seus aparelhos ideológicos de estado, se concretizou a inquietação a respeito dos dogmas morais da religião

cristã, colocados sobre a figura da mulher/mãe frente à violência propagada pela força repressiva do Estado, utilizada para reafirmar o senso comum e a dominação através da fé.

Diante disso, apurou-se que o Estado cerceia todos os direitos que o próprio Estado implementa através do Legislativo, mas não se efetiva no Executivo e tampouco o Judiciário consegue garantir que se cumpram esses direitos.

Nessa relação, entre o Estado e as estratégias ideológicas implementadas como dominação, aparece a “mídia” que ideologicamente defende seus próprios interesses em benefício do capitalismo, como potencial disseminadora dos conceitos impostos sobre a figura da mulher/mãe e sua condição de opressão historicamente colocada.

Essa imposição não oferece meios de superação das opressões da mulher/mãe na sociedade, visto que às mulheres/mães não é permitido controlar as decisões sobre o próprio corpo, ou seja, o Estado alinhado à ideologia cristã não permite que a mulher/mãe possa decidir se deseja uma gravidez ou não. Contudo, a partir do momento que a mulher/mãe que pariu sua filha ou seu filho mesmo contra a vontade, se dedica à sua educação e sustento, acaba por perdê-lo para o mesmo Estado que mata, tortura, desaparece com a filha ou filho dessa mulher/mãe. Desse modo, retorna-se ao poder cristão imposto e alinhado ao Estado que oferece para essas mulheres/mães somente o choro e a oração, pedindo um bom lugar para a filha ou filho, conforme as promessas de um lugar melhor, ouvidas por elas durante a vida inteira.

Para as mulheres/mães deste estudo, a violência de estado aparece sobretudo quando é voltada a suas filhas e filhos nas relações de poder que estrutura nossa sociedade, implementada na política de extermínio da população pobre e preta, moradoras das periferias de todo o país. Com efeito, os autoritarismos dos governantes vem sendo construídos a partir do domínio patriarcal utilizado ao longo dos séculos, ao passo que se a submissão através da crença não se efetiva, o Estado utiliza como opção para efetivar essa submissão o “silenciamento” das opressões vivenciadas com estratégias de guerra e a oferta de promessas de felicidade através da fé religiosa cristã.

Essa opressão vem carregada de dor e sofrimento como resultado das condições sociais e da violência a que estão expostas e diante disso, vale ressaltar que para as mulheres/mães que lutaram e sofreram irreparáveis danos desde o período ditatorial, este sofrimento foi silenciado e de certa forma superado com a mudança para o regime dito “democrático”.

Entretanto, por conta da negação das violências praticadas pelo estado autoritário é possível afirmar que as dores vivenciadas pelas mulheres/mães da democracia, são infinitamente maiores, porque a violência permanece ocorrendo cotidianamente. Todos os dias chegam notícias de jovens vítimas da letalidade policial, e conseqüentemente, outra mãe se

curva ao sofrimento e a dor da perda. Tendo isso em vista, pode-se afirmar que para as mulheres/mães o jugo não foi interrompido com a transição do nosso sistema político-ideológico, ao contrário, tem sido crescente ano após ano.

Em se tratando da violência de Estado e as condições sociais específicas – de gênero, classe e étnico-racial – como visto, é transformada em sofrimento ético-político. Este conceito pode ser aplicado ao jugo vivido pelas mulheres/mães porque ele se transforma em potência a partir do momento que conseguem de alguma forma implementar estratégias de superação como meio de sobrevivência. No entanto, o sofrimento ético-político advindo das afetações não é facilmente identificado, tampouco pode ser superado, porque a superação depende justamente das condições a que as mulheres/mães estão expostas.

No caso das mulheres/mães que integram o movimento social na luta por justiça, só poderá haver superação e reparação se houver reconhecimento e responsabilização pelos crimes cometidos pelo Estado, tanto os de ontem quanto os de hoje, bem como a necessidade de se encerrar o projeto de extermínio, por esse motivo lutam.

Para essas mulheres/mães a luta é criminalizada – não somente pelo motivo que as levaram a lutar por justiça – mas também porque são mulheres/mães que sofrem a opressão de gênero, e chamadas de loucas não se submetem. A elas, o Estado oferece como compensação acesso a programas que tratam o sofrimento pela perda como doença, como loucura e em consequência disso são medicalizadas, para que a mulher/mãe permaneça inerte, alheia e ainda mais submissa.

Já para as mulheres/mães, que não compõem o movimento social, que igualmente foram criadas para o casamento, para manterem o lar harmonioso, terem filhos, educa-los, para que tenham bons casamentos, tenham filhos, e assim, etc., etc. são levadas a permanecerem dentro da mesma lógica que foram educadas e não percebendo a violência a que estão expostas, recorrem à fé e às promessas de felicidade como forma de superar a dor e o sofrimento.

A essas mulheres/mães, quais seriam as verdadeiras possibilidades de transformarem as realidades que vivenciam cotidianamente, de geração em geração, nas constantes violações de direitos, frente às imposições do senso comum cristão-conservador do patriarcado?

A elas, resta rebelarem-se e permanecer cobrando as medidas compensatórias – aquelas especificadas pela CNV do período ditatorial e reiteradas na denúncia feita pelo Movimento Independente Mães de Maio no período democrático – principalmente o item que enfatiza a responsabilização do Estado pelas mortes de suas filhas e filhos e o pleno reconhecimento dos crimes cometidos em ambos os períodos.

Para a liderança do movimento, a superação do sofrimento e reparação só pode ocorrer quando o Estado reconhecer que mata, porque se trata de reconhecer e não de silenciar as mulheres/mães, porque o sofrimento é reiterado todo dia. Esse sofrimento adocece as mulheres/mães pois muitas delas vão dormir e não sabem se ao acordarem no dia seguinte, ainda terão suas filhas e filhos vivos ou ao seu lado – porque a prática dos desaparecimentos forçados como na ditadura militar não foi extinta –, existem mães que não dormem porque suas filhas e filhos trabalham à noite e por serem pretos e moradores da periferia essas mulheres/mães não sabem se voltarão para casa.

Nesse sentido, para as mulheres/mães que integram o Movimento Independente Mães de Maio a luta permanece enquanto esse reconhecimento não se efetivar e diante disso, segue desempenhando o papel que assumiu desde o início da caminhada há 15 anos atrás: de pressionar o Estado violador de direitos e negador de sonhos, não permitindo que a disputa de poderes permaneça contribuindo com a violência contra nossos jovens, pois deve prevalecer a justiça e o acolhimento das mulheres/mães que chegam dia após dia com a certeza de que suas vozes serão ouvidas, porque é na troca de afetos que se encontram e se reconhecem e isso potencializa a luta fazendo com que se levantem de suas camas todos os dias.

Por fim, constata-se que mesmo com os avanços conquistados pela mulher/mãe a partir das políticas de proteção previstas na Constituição Federal de 1988, por muitas vezes não se materializam nas diversas realidades, porque a violência contra as mulheres/mães persiste de várias maneiras e a pior delas é a violência praticada contra suas filhas e filhos.

Até aqui o Estado desde de sua configuração no Império Romano se apropriou de Deus (apesar da laicidade constitucional), e convenientemente o apresenta como um homem mesquinho, vingativo e punitivo. Foi o Estado que se apropriando desse Deus, reescreveu a história retirando Lilith que não aceitando as imposições do criador, rebelou-se, foi punida com sua demonização e por isso excluída dos escritos bíblicos. Essa estratégia confirma o meio de dominação das mulheres, porque colocando Eva nesses escritos, mesmo que apontada como a transgressora das regras impostas, como pecadora aceitou a punição e o castigo, ficando ali quietinha, submissa, aguentando toda a humilhação que certamente sofreu.

Com a figura de Maria o Estado e a religião provoca no imaginário das pessoas uma espécie de redenção pelo comportamento de Eva, no sentido de manter a submissão e aceitação da onipotência e onipresença de Deus, através do conformismo pela perda do filho.

Isso significa que retirar Lilith da história contribuiu para a dominação das massas populares porque ela ousou bater de frente, ela ousou não se submeter, ela ousou continuar

vivendo mesmo estigmatizada, mesmo recebendo o castigo, mesmo sendo demonizada ela não se curvou e a meu ver ela continua por aqui, ao longo dos séculos, na luta.

Assim, de acordo com todo o exposto nós mulheres/mães somos todas herdeiras de Eva e de Maria, principalmente na serenidade e amorosidade próprias das mulheres/mães, contudo é na figura de Lilith que encontro explicação para a resistência das mulheres/mães ao longo da história, porque ela retrata uma potência própria daquela mulher/mãe que abre a boca e fala, grita. É dela que vem o não assujeitamento, é aquela que se pode chamar de “louca” e de “bruxa”, que pode ser chamada de “demônio”, porque mesmo assim, vai continuar lutando por aquilo que acredita. Somente haverá paz quando para nós mulheres/mães de luta, o Estado reconhecer que falha em todas as instâncias, e sem isso não tem reparação das suas reiteradas violações. Em vista disso, não tem como as mulheres/mães superarem o sofrimento causado pelas constantes violações impostas.

Como dizem as mulheres/mães *“continuaremos na luta porque somos semente”* e a isso, sempre que ouço a referência penso que sim, somos semente de Lilith e enquanto nós mulheres/mães existirmos, haverá resistência. Enquanto houver mulheres/mães haverá resistência, porque nós somos a (re)existência do legado de Lilith, a mulher que não se submete apesar das adversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso dessa escrita, foram consideradas as experiências vivenciadas pela aproximação com as mulheres/mães na militância, e pela pesquisa participante que, como já dito, me permitiu enquanto pesquisadora não ser neutra na produção do conhecimento, isso porque a cada contato, a cada encontro que tivemos e temos, as emoções são profundamente sentidas. Cada palavra dita, cada troca cotidiana, cada lágrima, cada sorriso tem um único significado, o da partilha.

No entanto, devo salientar que no momento em que reflito sobre o desenvolvimento deste trabalho e minha atuação junto e com essas mulheres/mães, mais evidente se torna as reiteradas violações que elas sofrem. Partindo do papel que se espera vê-las desempenhar, não há como descartar a influência religiosa na questão feminina, sua relação com a violência de Estado e a luta por justiça proveniente da perda de seus filhos.

Para efeito de registro da luta que essas mulheres/mães vêm travando ao longo dos 15 anos desde que perderam suas filhas e filhos para a violência historicamente reiterada pelo Estado, no último mês a liderança do Movimento Independente Mães de Maio recebeu a notícia de que a denúncia feita no ano de 2015, pela violação dos direitos humanos contra o Estado brasileiro, foi aceita para julgamento na Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH. Em contrapartida, no mesmo mês foi negado o pedido de federalização dos crimes ocorridos em maio de 2006.

Assim, reitero que para essas mulheres/mães que aguardam a efetivação da sonhada justiça, resta existir e continuar resistindo. De certa forma, as conquistas no âmbito da luta e enfrentamento das injustiças proporcionam uma esperança, mas o afeto e as trocas as/nos mantêm firmes para transpor os percalços que a vida e o patriarcado nos impõem, resistindo aos discursos e promessas, resistindo à própria temporalidade.

Por esse motivo finalizo afirmando que aos indiferentes deixo a reflexão sobre as políticas públicas contra as violações dos direitos das mulheres. Essas políticas devem receber mais atenção, devem ser discutidas e não somente implementadas, elas devem ser efetivadas.

Penso que ser mulher em nossa sociedade é sinônimo de resistência, porque dadas as violências historicamente vivenciadas, seja no campo ou na cidade, o fato é que o Estado não abarca, não dá conta de suprir as consequências que resultam dessas violações e por isso, ainda temos muito que lutar pela garantia dos *nossos* direitos humanos.

Nessa luta travada todos os dias, durante todas as nossas vidas, seguimos firmes tecendo teias, criando laços, compartilhando medos e angústias, partilhando afetos e sorrisos, lágrimas e cumplicidades, companheirismos e empatia.

Porque somos bruxas e ousamos cuidar umas das outras.

Porque somos loucas e não aceitamos submissão.

Porque não nos calaremos e por isso, somos resistência.

Nós, mulheres/mães não seremos silenciadas, não seremos interrompidas.

Continuaremos soltando nossa voz, por nós e por nossas filhas e filhos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. R. *et al.* Memórias da Ditadura. **Instituto Vladimir Herzog**. São Paulo. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/>> Acesso em: 06, 10/11/2019 e 20/07/2020.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo, Boitempo, 2004.
- ALONSO JR, A. *et al.* Memorial da democracia. **Instituto Lula**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/massacres-chacinas#>> Acesso em: 10/11/2019.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALVES, D. **Rés Negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana**. *Revista CS*, 21, pp. 97-120. Cali, Colombia: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi, 2017.
- AMADEO, J. (Org.) **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos crimes de maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição**. Relatório Final. São Paulo: Unifesp, 2018.
Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf >
- ANDRADE, A. L. M. S. Constantino. **Info Escola Navegando e Aprendendo**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/constantino/>> Acesso em: 15/09/2019.
- ANDRADE, A. L. M. S. Império Romano. **Info Escola Navegando e Aprendendo**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/imperio-romano/>> Acesso em: 15/09/2019.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 14, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>
- ASSUMPCÃO, R. P.S. (Org.). **Educação popular na perspectiva Freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BAIERL, L. F. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **A etapa do Ensino Médio**. Ministério da Educação. Brasília: DF. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>> Acesso em: 30/09/2021.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BERTINI, F. M. A. **Sufrimento ético-político: uma análise do estado da arte**. São Paulo: Revista Psicologia e Sociedade nº 26, 2014.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução e edição autorizada da Bíblia Reina-Valera 1997. 1ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica Intercontinental do Brasil, 2011.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOVO, C. R. M. 24 de outubro: Davi Fiuza, mais um desaparecido. **Justificando**. 24 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2019/10/24/24-de-outubro-davi-fiuza-mais-um-desaparecido/>> Acesso em: 25/05/2021.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.) **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. São Paulo: Idéias&Letras, 2006.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra. Quando a vida é passiva de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARAMANTE, A. (Org.) **Mães em luta: Dez anos dos crimes de maio de 2006**. São Paulo: Editora Nós por nós, [2016].

CARAMANTE, A. Homicídios deixam Santos e São Vicente em estado de alerta. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 de abril de 2012. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/04/1075328-homicidios-deixam-santos-e-sao-vice-em-estado-de-alerta.shtml>> Acesso em: 25/05/2021.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Criminalidade: Social versus Polícia**. Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Governo Federal, junho, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/33/criminalidade-social-versus-policia>>

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – CNV. Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>>

CORONAVÍRUS BRASIL. Ministério da Saúde. DataSUS. Brasília: DF. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>> Acesso em: 25/08/2021.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. 1ª publicação na Grã-Bretanha pela The Women's Press Ltda, 1982. Tradução Livre Plataforma Gueto, 2013.

ESCURRA, M. F. **O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital**. Revista online de Filosofia e Ciências Humanas. Ano XI. São Paulo: Verinotio, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sidorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FIGUEIREDO, M. Z. A.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualitativa. **Distúrb Comun**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 129-136, abril, 2013.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975/1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980/1981). São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 63ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, R. **De antigas e velhas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado**. São Paulo: Revista Lutas Sociais - Nº 29 – jul./dez. 2012.

GONZÁLEZ, L. **Mulher Negra**. In: Revista Afrodíaspóra. São Paulo: IPEAFRO, a. 3, n.6- 7, 1985.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Vol. I, II, III e IV. Lisboa: Seara Nova, 1976

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. Doutrina do marxismo sobre o Estado. São Paulo: Boitempo, 2017.

LISBOA, J. “Mãe nunca deixa pra lá: onde está Davi Fiuza?” **BBC Brasil**. 10 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39440276>> Acesso em: 25/05/2021.

NOGUEIRA, C. M. F. M. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, C. M. F. M. **O trabalho Duplicado**: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MBEMBE, A. **Necropolítica, biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte**. 3ª ed. São Paulo: M1 edições, 2018.

MARTINS, A. Um ano e dois meses da morte de Emerson Santos e nenhuma resposta da justiça. **Frequência Caiçara – Mídia Livre**. 23 de novembro de 2016. Disponível em:

<<http://ontonrtv.blogspot.com/2016/11/um-ano-e-dois-meses-da-morte-de-emerson.html>>
Acesso em: 25/05/2021.

OROPEZA, I. D. *Memorias del dolor: Consideraciones acerca de las Comisiones de la Verdad em América Latina*. [S. l.]: Editorial Arlekin, 2009. ISBN: 978-9968-47-168-8.

PASTANA, D. R. **Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**. São Paulo: Editora Método, 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. *In: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> e
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm> Acesso em:
20/07/2020 e 30/09/2021.

RESILIÊNCIA MENTAL. Psicólogo. **Eva, Lilith e Maria: As imagens arquetípicas da Mulher**. Publicado em 04/08/2018. Disponível em:
<<https://resilienciamental.com/2018/08/04/eva-lilith-e-maria-as-imagens-arquetipicas-da-mulher/pdf>> Acesso em: 06/03/2019.

ROLNIK, S. *Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico*. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, set./fev., 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, B. de S. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016**. São Paulo: Cortez, 2018.

SAWAIA, B. B. **Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. São Paulo: Revista Psicologia e Sociedade, nº 21, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. (Org.) **Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial**. São Paulo: ALEXA, 2018. (e-book)

SILVA, B. B. da. **“Faz isso por nós, faz essa por nós”: reflexões sobre a periferia como sistema cultural e a universidade pública contemporânea**. Orientadora: Marília Velardi. Dissertação de Mestrado em Ciências. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2020.

SILVA, D. M. (Org.) **Do luto à luta**. Mães de Maio. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas, 2011.

SILVA, D. M. (Org.) **Memorial dos nossos filhos vivos**. As vítimas invisíveis da democracia. Mães de Maio. São Paulo: Editora Nós por nós, [2019].

SILVA, M. O. da S. e. *Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática*. *In: Pesquisa Participante: a partilha do saber*. São Paulo: Ideias&Letras, 2006.

SOUSA, R. G. A formação da pólis grega. *In: Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-formacao-polis-grega.htm>> Acesso: 15/09/19.

SOUSA, A. Chacina da Candelária: uma noite de brutalidade no Rio de Janeiro. *UOL*. 30 de novembro de 2019. Aventuras na História. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-chacina-da-candelaria-uma-noite-de-brutalidade-no-rio-de-janeiro.phtml>> Acesso em 25/05/2021.

SOUZA, J. **A Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TELES, E. **Democracia e Estado de Exceção: Transição e Memória Política no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2015.

TELES, M. A. de A. Familiares de Desaparecidos Políticos em Busca de Justiça: Uma Luta sem Tréguas! *In: Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 313-326.

VIANNA, L. A. C. **Processo saúde-doença**. Curso de Especialização em Saúde da Família. UNA-SUS (Universidade Aberta do SUS) – Unidades de Conteúdo. UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) – Pró-Reitoria de Extensão. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade01/unidade01.pdf> Acesso em: 20/08/2021.